

André Porto Ancona Lopez

TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS



Exposição Universal de 1889 em Paris (A)
Heloisa Barbuy

Outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia (A)
F. Torres-Londoño

Coridiano de crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo
Isabel C. R. da Cunha Frontana

Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras
André Porto Ancona Lopez

Sob o signo da nova ordem – Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina
José Luis B. Beired

história U
social P


Edições Loyola

Diagramação
Miriam de Melo Francisco

Preparação
Maurício Balhazar Leal

Revisão
Sandra Garcia

Programa de Educação em História Social
da Faculdade de Filosofia da USP
Rua do Lago nº 77 – Cidade Universitária
05508-900 São Paulo, SP

Edições Loyola
Rua 1822 nº 347 – Ipiranga
04216-000 São Paulo, SP
Caixa Postal 42.335 – 04299-970 São Paulo, SP
Tel.: (0**11) 6914-1922
Fax: (0**11) 6163-4275
Home page e vendas: www.loyola.com.br
e-mail: loyola@ibm.net

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra
pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma
e/ou quaisquer meios (eletrônica ou mecânica, incluindo
fotocópia e gravação) ou armazenada em qualquer sistema
ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 85-15-02017-3

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1999

A grande trilha
Feliz, com saudades
dos tempos do DPTEH na
esperança que o seu livro seja
o próximo a ser editado
Um grande abraço
André
SP/4/11/99

Ao nome, pela inspiração.
Ao pequeno lírio.

Sumário

Apresentação	13
Introdução	15
1ª PARTE: O PROBLEMA	
O historiador e a organização documental	25
Arquivística e Revolução Documental	33
História do Cotidiano e valorização do informal	47
Arquivos de instituições político-partidárias	55
Tipologia Documental na Arquivística	67
2ª PARTE: A PROPOSTA	
Percurso da coleta e informatização dos dados	81
Quadro de funções de um partido ou associação política complexa	87
Relação de funções e espécies documentais	97
A) <i>Classificada por níveis</i>	98
B) <i>Classificada por funções</i>	107

3ª Parte:
A APLICAÇÃO DA PROPOSTA

Arranjo dos documentos do PCB-Pinheiros	115
Definição das funções referidas na organização documental	121
Quadro de arranjo dos documentos do PCB-Pinheiros	127
A) <i>Diretório Zonal Pinheiros-Perdizes</i>	127
B) <i>Comissão da Juventude Comunista do Diretório Zonal Pinheiros-Perdizes</i>	131
C) <i>Escola de Samba Tom Maior</i>	133

FONTES UTILIZADAS

Documentos de arquivo	137
A) <i>Documentos do PCB</i>	137
B) <i>Documentos do PSB e de partidos clandestinos no CEMAP</i> ..	138
C) <i>Documentos do movimento integralista</i>	139
Bibliografia	141
A) <i>Arquivística</i>	141
B) <i>Partidos políticos</i>	145
C) <i>História, metodologia e teoria</i>	148

Agradecimentos

No decorrer do longo caminho trilhado desde a elaboração do projeto de pesquisa até a dissertação de mestrado, chegando agora à publicação, contei com preciosos auxílios. Assim, mesmo correndo o risco de cometer a injustiça de não mencionar alguns nomes, gostaria de agradecer às pessoas e instituições cuja ajuda foi fundamental nesse percurso.

Primeiro, um agradecimento especial a minha orientadora, a Profa. Ana Maria de Almeida Camargo, por quem tenho profunda admiração intelectual e de quem tive convivência e apoio estendidos para além das atividades de orientação.

Sou grato ainda:

- às Profs. Maria Lígia Prado, Maria Odila Dias, Raquel Glezer e Ana Maria Martinez Corréa por suas arguições e pertinentes sugestões em diversos momentos da pesquisa;
- ao Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa — por meio de Dainis Karepovs e do falecido Flávio Abramo —, ao curso de Especialização em Organização de Arquivos, promovido pelo IEB e pela ECA/USP — sobretudo às Profs. Yádda Lima e Heloisa Bellotto — e ao Ayuntamiento de Alcobendas — na pessoa de Julia Maria Rodriguez —, pelas contribuições fundamentais à minha formação, permitindo que eu vivenciasse mais profundamente a Arquivologia;
- às instituições que proporcionaram os recursos financeiros e o tempo de dedicação necessários para o desenvolvimento da pesquisa: a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São

Paulo (FAPESP) — que me concedeu bolsa de mestrado nos períodos de abril de 1991 a março de 1993 e de maio a outubro de 1993 —; e a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e os colegas do Departamento de História, por acolher minha pesquisa como projeto TIDE, a partir de março de 1994;

- a Larissa, companheira de velhas batalhas, que preservou os documentos do PCB-Pinheiros após o fechamento da sede, por cedê-los para minha pesquisa;
- ao amigo Ailton pelas sugestões e pelo olhar crítico com que analisou os originais no período da finalização da pesquisa;
- a meus pais, Marcelo e Telê, por todo incentivo que deram à minha formação, pelo auxílio na identificação de alguns documentos e pelas revisões gramaticais;

Por fim, agradeço à minha companheira Darclene que, além das sugestões e da revisão atenta, sempre ficou a meu lado dando força e estímulos para seguir em frente; esteve presente em todos os momentos da pesquisa, assim como tem participado intensamente de minha vida.

O arquivo substitui nosso produto por um passado recebido. Faz esquecer, progressivamente, o que supostamente representa. Apaga a interrogação genealógica de que nasceu, para constituir-se instrumento de uma produção. No sistema que generaliza tal metamorfose, o arquivo é um operador que perverte o tempo e o transforma em espaço a construir. Esta máquina desempenha um papel fundamental em nosso teatro de operações.

Michel de Certeau

Apresentação

O trabalho de André Porto Ancona Lopez, *Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras* — mestrado defendido no Programa de Pós-graduação em História Social em 1994, sob a orientação de Ana Maria de Almeida Camargo —, é o nono volume da Série Teses. Este trabalho se inscreve na Linha de Pesquisa de História e Documentação e se constitui como um importante trabalho na difícil relação entre a arquivística e a pesquisa histórica. André criou com esta pesquisa um modelo de análise e de organização dos conjuntos, acervos e fundos documentais para partidos políticos e associações. Deste modo, diferentes instituições políticas poderão se beneficiar desta publicação.

São Paulo, agosto de 1999

Zilda Márcia Galcoi Tokoi
Coordenadora do Programa

Introdução

Este trabalho é uma modificação de minha dissertação de mestrado "Partidos e associações políticas no Brasil contemporâneo: proposta de tipologia documental", defendida em dezembro de 1994, na Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo. De lá para cá, as idéias expostas na dissertação vêm sendo divulgadas: algumas partes foram apresentadas em congressos, conferências e situações similares; outras circularam na forma de artigos ou ensaios que acabaram por focalizar apenas um ou dois pontos específicos¹; muitas foram as cópias, em xerox ou em disquete, pedidas por diversas pessoas e instituições. Essa circulação, digamos, mais informal, é extremamente positiva, porém, na maioria das vezes, apresenta apenas uma pequena parte da discussão. A edição na forma de livro volta a dar um sentido de conjunto ao trabalho.

Para a presente edição procurei não fazer grandes mudanças no teor original da dissertação, incorporando apenas pequenos ajustes de redação, além de algumas alterações resultantes do *feedback* da-queia primeira difusão. A única mudança significativa realizada diz respeito a uma reestruturação interna do trabalho, dando-lhe maior inteligibilidade. Algumas idéias referentes ao percurso da pesquisa dispersas em capítulos diferentes no original foram agregadas no mesmo local. Com isso, o capítulo específico destinado à descrição dos procedimentos metodológicos foi eliminado, com suas partes

1. O ensaio que melhor sintetiza as discussões conceituais da primeira parte do trabalho foi publicado pela editora Papirus, a quem agradeço a autorização de poder manter neste livro parte do texto original. Ver Lopez, A. Documento e história.

alocadas conforme a etapa da pesquisa a que se referiam. Não obstante, manteve plenamente a indicação do percurso e das opções metodológicas tomadas, de modo a possibilitar uma compreensão ampla dos caminhos trilhados na construção da tipologia para os documentos de partidos políticos brasileiros. As únicas supressões ocorridas referem-se aos procedimentos técnicos relativos à confecção de fichas e seu tratamento informático, pois, além de não terem influência no resultado final do trabalho, hoje, diante dos avanços tecnológicos, pareceriam extremamente rudimentares. O texto "O historiador e a organização documental" representa o único acréscimo feito. Trata-se de uma versão sintética do comentário apresentado na mesa-redonda *Professor, historiador ou profissional da história?*, no 1º Encontro de História UEL/UEM, em outubro de 1994². Quanto à atuação bibliográfica, optei por manter-me fiel à pesquisa realizada, fazendo apenas algumas observações no campo das notas e, vez ou outra, pequenas inserções no corpo do texto. Embora a discussão conceitual de documento e história tenha se modificado bastante nos últimos tempos com a proliferação dos meios informáticos e o estatuto legal dos partidos políticos brasileiros tenha sido transformado com a aprovação do novo Código Eleitoral, tenho a convicção de que essas questões não chegam a comprometer em nenhum momento a tipologia documental apresentada, uma vez que está fundamentada em um levantamento de ocorrências. Assim, o presente livro não é uma versão "atualizada", mas sim revisada da dissertação.

Esta pesquisa se propõe a iniciar um debate metodológico sobre a organização de acervos de partidos e associações políticas brasileiras, abordando tanto a produção documental dessas entidades como seus vínculos com as atividades do historiador. Para tanto, parti do estudo das relações existentes entre a operação historiográfica e a organização de arquivos, discutindo o próprio conceito de documento, antes de chegar à tipologia propriamente dita. Nesse percurso, relacionei a ampliação do campo conceitual do documento, efetivada pela *nouvelle histoire*, com a valorização do informal na interpretação histórica, explorada por alguns historiadores do cotidiano. O ponto de convergência utilizado foi a teoria arquivística como um todo,

2. Ver. Id. O papel do profissional de história na sociedade tecnológica.

notadamente os recentes estudos de tipologia documental. Os tópicos que destaquei para essa análise foram os seguintes: os conceitos de *revolução documental* e *documento histórico*, empregados, principalmente, por Jacques Le Goff, e a *valorização do elemento informal* — da experiência efetiva de uma sociedade —, conforme as colocações de Michelle Perrot, bem como suas relações com a hermenêutica do cotidiano, ou perspectivismo histórico.

A organização de arquivos de natureza político-partidária enfrenta muitos desafios. Se por um lado a discussão dos procedimentos metodológicos de organização documental de arquivos está relativamente avançada, por outro as peculiaridades dos diversos tipos de acervos privados permanecem praticamente ignoradas. A produção documental de partidos e associações políticas brasileiras recentes não contava ainda com qualquer diretriz de tratamento organizacional que atentasse para suas características específicas. A arquivística brasileira tem dado pouco relevo à formulação de procedimentos de arrojamento e descrição de arquivos de natureza privada, atendendo-se quase que exclusivamente às orientações do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), formuladas especialmente para arquivos pessoais de elites políticas³. Essas orientações, apesar de sua difícil aplicação a outras modalidades de arquivos privados, vêm sendo insistentemente utilizadas como modelo e referência por diversas instituições.

A sistematização de uma tipologia documental própria para partidos e associações políticas tem o intuito de solucionar problemas advindos da padronização indiscriminada de procedimentos técnicos na organização de arquivos privados em geral. Tal generalização tende a desconsiderar as particularidades de cada modalidade de acervo e, conseqüentemente, compromete a contextualização dos documentos. As características específicas desse tipo de acervo tendem a se perder nos esquemas universalizantes sugeridos pela bibliografia disponível sobre o assunto. O tradicional arranjo por meio do método estrutural — ou a tentativa de transposição de propostas feitas para

3. A respeito dos procedimentos do CPDOC, ver CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Procedimentos técnicos em arquivos privados*. e Id. *Procedimentos técnicos adotados para organização de arquivos privados*.

outras modalidades de arquivos privados — nos arquivos em questão não possibilita o resgate das verdadeiras funções e atividades desenvolvidas, que tendem a se diluir quando se prioriza o aspecto formal dos documentos.

Dado o fato de grande parte dos documentos de partidos políticos serem produzidos, em princípio, sem qualquer regulamentação oficial ou preocupação jurídico-legal, propus, respeitados os princípios arquivísticos, o estabelecimento de séries tipológicas como uma solução viável para a organização documental dos arquivos em questão. Até o momento, o esquema funcional tipológico apresentado mostrou-se capaz de superar as deficiências do método estrutural para os acervos político-partidários, possibilitando o resgate das verdadeiras funções e atividades desenvolvidas, que não correspondem, necessariamente, àquelas definidas no nível formal/legal. A proposta de tipologia aqui apresentada é fundamental para que seja possível pensar em organização documental contextualizada. Este instrumento permite a separação dos documentos em séries tipológicas, permitindo o conhecimento direto tanto das atividades desempenhadas pelas entidades, por meio das funções geradoras dos documentos, como das espécies utilizadas em cada função. O estabelecimento das séries tipológicas se propôs a dar conta, de modo racional e sem ambigüidades e/ou superposições, do universo documental em questão, além de proporcionar uma melhor compreensão do funcionamento das entidades analisadas.

A apresentação da proposta de tipologia documental (e sua posterior aplicação prática) é precedida pela delimitação e definição dos objetos e conceitos implicados em sua elaboração e no alcance de um estudo desta natureza. Assim, antes de construir a tipologia, procurei delimitar a aplicação do termo *partido político*, realizando uma pequena prospeção em algumas obras tradicionais da teoria dos partidos políticos. Ao colejar essas obras com a especificidade das organizações político-partidárias clandestinas (e de sua produção documental) — cuja existência é praticamente excluída dos estudos tradicionais —, passei a defender um conceito de *partido político* que englobasse também (ou principalmente) os elementos informais.

A proposta de tipologia apresenta-se composta por duas partes: um quadro de funções de partidos e associações políticas complexas,

hierarquizado por níveis de atuação. Além de uma relação das funções e espécies documentais encontradas, desdobrada em duas tabelas. Finalizando a pesquisa, realizei uma aplicação prática da proposta no arranjo de um caso concreto: os documentos do diretório de Pinheiros (São Paulo/SP) do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nesse arranjo funcional pode-se observar a aplicabilidade da tipologia sugerida com a contextualização de documentos que ficaram dispersos no arranjo estrutural tradicional (ou agregados, sem distinção, em uma série “diversos”).

O primeiro objetivo que norteou o trabalho foi a tentativa de propor uma normalização tipológica específica da produção documental de partidos e associações políticas do Brasil contemporâneo. Neste ponto, é imprescindível relativizar o peso geralmente dado ao termo “normalização”. Nunca pretendi elaborar uma camisa-de-força para a organização de arquivos de partidos e associações políticas do Brasil contemporâneo. Ao contrário, tratei apenas de elencar sugestões operacionais baseadas em possibilidades observadas no decorrer da pesquisa. O fato de a tipologia ter sido embasada no levantamento de ocorrências também coloca o arranjo apresentado como uma parte desta mesma proposta. Cada novo arranjo feito segundo essa tipologia deverá corresponder a uma alteração no quadro de funções, bem como nas tabelas dos tipos documentais, e assim sucessivamente. Isso significa que a tipologia para partidos políticos, tanto por seu caráter instrumental como pela relatividade da normalização, estará sempre aberta e inconclusa, podendo (e devendo) ser alterada em função de novas aplicações. Desse modo, evidencia-se o caráter instrumental do trabalho, segundo o qual tanto as funções e espécies documentais arroladas como o quadro de arranjo apresentado ao final apenas indicam uma direção a seguir no tratamento de outros acervos de partidos e associações políticas. Novos tipos documentais poderão ser encontrados em outros acervos e deverão ser incorporados ao rol ora apresentado. Novas funções poderão ser descobertas, inclusive a partir do desmembramento (ou da junção) das funções aqui relacionadas.

Em um célebre ensaio sobre a lógica histórica, Edward P. Thompson defende esse relativismo, que é base não só da história como de todas

as ciências humanas⁴. Thompson sustenta que o historiador deve partir de um problema e de uma hipótese para esse problema, para então empreender uma discussão em torno dos conceitos levantados na formulação desses itens iniciais. Cumprida essa etapa, deve-se promover uma busca de evidências que permitam analisar o problema diante das hipóteses levantadas, realizando um *diálogo* entre hipótese e evidência. Desse diálogo deve surgir uma transformação na hipótese, que por sua vez conduzirá a novos questionamentos das evidências, e assim sucessivamente. Por fim, o historiador chega a uma conclusão parcial, já que novos questionamentos sempre poderão ser feitos às evidências:

O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese [...]; o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. [...] O conhecimento histórico é, por sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não, por isso, inverídico), (b) seletivo (mas não, por isso, inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam sobre essas evidências)⁵

A elaboração de uma tipologia para partidos e associações políticas brasileiras pautou-se por esses mesmos princípios. Primeiro, partiu de uma constatação e de um problema: já que os métodos arquivísticos utilizados tradicionalmente não permitem uma contextualização satisfatória de documentos produzidos por partidos e associações políticas, que procedimentos deveriam ser utilizados? Em seguida elaborei uma hipótese para solucionar o problema: arranjos funcionais tipológicos devem proporcionar a contextualização documental dos fundos de natureza político-partidária. Passei então à discussão conceitual de partido, arquivo, arranjo etc. Cumprida essa etapa, realizei o diálogo com as evidências, representado pela pesquisa empírica, que foi modificando, constantemente, meu modelo teórico das funções documentais, exigindo nova prospecção empírica, e assim sucessivamente. Somente após um amplo diálogo com as evidências é

que pude tentar concluir o trabalho com a aplicação do instrumento criado em uma situação concreta. Um novo diálogo foi estabelecido, pois o arranjo do fundo PCB-Pinheiros levou-me a reformular, por diversas vezes, o modelo tipológico, que permanece aberto a novas modificações, à medida que venha a ser utilizado.

A pesquisa evidenciou a necessidade premente de um instrumento capaz de permitir um programa descritivo racional, baseado nas funções geradoras dos documentos, tomando como unidade mínima conjuntos documentais, em vez de peças individualizadas. É lógico que pequenas alterações sempre se verificam aqui e ali, porém o funcionamento interno básico das organizações em questão se mantém, não importando o quanto a estrutura organizativa da instituição tenha sido alterada ao longo de sua existência. Isso comprova a tese inicial de que as funções são mais duradouras que as estruturas hierárquicas. O estabelecimento de tipologias documentais impõe-se, portanto, como uma necessidade premente para a organização arquivística, a cuja discussão os especialistas não podem se furtar.

4. Ver THOMPSON, E. *A miséria da teoria*. cap. 7. Intervalo: a lógica histórica, p. 47-62.

5. Id. *Ibid.*, p. 49.

1ª PARTE

O PROBLEMA

O historiador e a organização documental

A percepção sobre o papel do historiador na atualidade passa, principalmente, pela identificação da função cumprida pela história em nossa sociedade. Apesar do discurso neoliberal do “fim da história” ter saído de cena, algumas questões por ele amplificadas permanecem candentes. Qual é, afinal, o papel da história (e do historiador) nos dias de hoje? Existe uma crise da história? Como os historiadores devem posicionar-se diante de uma realidade tecnológica que tudo engole e tudo transforma? Para alguns autores, os desdobramentos comuns da sociedade tecnológica desumanizam as relações ao tornar tudo consumível, desqualificando tanto o passado como o futuro, decorrendo, daí, a crise da história como disciplina¹. No entanto, a tradição francesa da historiografia, especialmente a chamada *nouvelle histoire*, avalia as transformações atuais por um prisma bem diferente, contrapondo-se diametralmente à noção de crise da disciplina. Le Goff, em entrevista de 1982, constata o *triumfo da história*, principalmente sobre o grande público:

Se lançarmos um olhar pela imprensa, pelas revistas, pelos livros, pelos *mass média* como o rádio e a televisão, pelo número de obras histó-

1. Ver, por exemplo a leitura feita por Gilmar Arruda sobre Hannah Arendt e Christopher Lasch. Cf. Arruda, G. Muito além da sala de aula. Ver também meu comentário sobre esse texto: Lopez, A. O papel do profissional de história na sociedade tecnológica.

ricas publicadas e pelas respectivas vendas, o triunfo da história é inegável, é uma realidade para a qual os próprios interessados não estão preparados².

Para o caso brasileiro, triunfo é uma palavra muito forte. Mesmo assim, não se pode deixar de notar o inegável avanço que vem sofrendo a história, como disciplina, no nível acadêmico, e como preocupação social, fora do espaço universitário. Essa expansão torna-se significativa sobretudo a partir dos anos 80, quando se assiste à proliferação de universidades, à ampliação da oferta dos cursos de história, à surpreendente multiplicação de pós-graduações (*strictu e lato sensu*), além da ampliação do mercado editorial alimentado por traduções, teses, dissertações, ensaios e "revistas de história". Uma quantificação desse avanço pode ser vista no trabalho de Carlos Fico e Ronald Polito, que fazem uma análise exaustiva de diversos aspectos ligados à produção historiográfica do Brasil³. Os números apresentados por esses autores — apesar de trabalharem com um universo restrito, por facilidades metodológicas⁴ — são surpreendentes no sentido de indicar uma ampliação inédita da historiografia no Brasil. A dinâmica desse processo é tão forte que a referida obra já apresenta evidentes sinais de desatualização, os quais podem ser notados intuitivamente pelo observador atento, mas também de modo sistemático e quantificável conforme levantamento contínuo feito pelo Centro Nacional de Referência Historiográfica (cuja coordenação é dos mesmos autores)⁵. Aliás, a própria existência desses instrumentos de divulgação evidencia essa expansão da história.

Na sociedade tecnológica, dada a velocidade com que se processam as transformações, o passado é formado a cada instante, fazendo parte da experiência cotidiana dos indivíduos e diminuindo a necessidade do profissional de história, cuja produção de um saber histórico nem sequer consegue acompanhar esses sucessivos e rápidos passados. Assim, o passado palpável se perde para dar espaço às suas representações. Nesse sentido, devemos abandonar a idéia de história como reconstrução do passado e passar a vê-la como explicação para

as mudanças, contribuindo para a construção de um saber que, com a aceleração do passado hoje, seria cada vez mais atual e necessário para o autoconhecimento da sociedade, pois, como diz Pierre Nora, "a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais"⁶.

Nora, em famoso texto sobre as relações entre a história e a memória, apresenta a aceleração da história como o fenômeno responsável pelo estilhaçamento da memória (e das sociedades-memória)⁷. Para ele memória coletiva e história se opõem. O sentimento de perda gerado pela rápida transformação da história, os incontáveis passados gerados de modo cada vez mais rápido são compensados pela valorização de uma memória histórica:

[...] a percepção global de qualquer coisa como desaparecida — uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na reputação ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais⁸.

Portanto, a crise gerada pela sociedade tecnológica não é uma crise da história e sim uma crise da memória, que desaparece a cada dia e que se valoriza por sua ausência. Uma memória que, por não existir mais, leva a uma busca pela criação de suas representações, de seus "lugares", e se converte em objeto da história. Desse modo, nossa sociedade, com um esforço titânico, procura guardar tudo o que for registro da memória, em uma tentativa de reificação do passado: "toda a sociedade vive na religião conservadora e no produtivismo aquisitivo"⁹. Sob essa perspectiva, nota-se que o *triunfo da história*, além de relativo, também é ambíguo. Muitas vezes trata-se de um triunfo da memória com roupagens de história. Em outras ocasiões ocorre o inverso: consome-se história com a certeza de que ela seja memória; como demonstra, por exemplo, a bem-sucedida exploração turística da vila francesa de Montailhou após o sucesso comercial (cer-

2. Le Goff, J. *Reflexões sobre a história*, p. 11.

3. Fico, C. e Peuro, R. *A história no Brasil (1980-1989)*.

4. O universo restrito implica a exclusão de inúmeros indicadores que não estão formalmente identificados com a história como disciplina.

5. Ver os seguintes periódicos do CNRH: *Registro* e *Repertório Semestral*.

6. Nora, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares, p. 9.

7. Id. *Ibid.*

8. Id. *Ibid.*, p. 7.

9. Id. *Ibid.*, p. 15.

ca de 200.000 exemplares na França) da famosa obra de Emmanuel Le Roy Ladurie¹⁰.

A história como reconstrução do passado perdido deixa de ser exclusividade dos historiadores. Passa ao domínio dos diversos grupos sociais que tentam, em um trabalho de Sísifo, resistir à mudança, preservando sua memória pela história, e, assim, construir (ou reconstruir) uma identidade de grupo capaz de os resguardar dos assaltos da aceleração da história: "O fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história"¹¹. Le Goff, por sua vez, constata que o *triumfo da história* também é contrário, uma vez que não se verifica uma correspondente valorização do profissional de história: "[...] parece-me que o historiador não é mais uma das personagens-chave de nossa sociedade"¹².

A desvalorização do historiador na atual crise da memória é uma consequência lógica do anseio da sociedade pela reificação do passado. Compete, então, ao profissional de história repositionar-se diante da sociedade — sob risco de se tornar um elemento em extinção — e diante de sua própria disciplina, para protegê-la dos assaltos da memória. Torna-se mister o fortalecimento de uma identidade profissional do historiador que deva passar por uma ruptura mais radical com a história-memória, com a fetichização e com a reificação do passado. A substituição do enfoque tradicional da história, privilegiando as mudanças e as transformações sociais, é fundamental para repensar as questões sobre o trabalho do profissional de história e sua formação nas universidades. O curso de história hoje necessita sair do nível da memória e da reconstrução (ou "resgate") do passado, devendo oferecer a seus formandos perspectivas profissionais ligadas à autocompreensão da sociedade, em vez de à autopreservação contra a transformação histórica. Nessa dimensão, não se trata apenas de reenfocar a atuação dos profissionais de história, quer como professores de ensino fundamental e médio, quer como pesquisadores acadêmicos. Trata-se também de redefinir seu campo de atuação. O sentido social tradicional desse profissional necessita ser transformado

como um todo, devendo ele atuar também, por exemplo, junto à área da documentação e dos arquivos. Hoje, mais que nunca, a atuação do profissional de história junto às entidades de preservação e disseminação de informações torna-se tarefa fundamental do fazer histórico. Somente essa ampliação das atividades do historiador pode transformar os feixes de reificação do passado em registros de modificação social, impedir que os registros de uma história-mudança tornem-se meros testemunhos de uma história-memória.

Entretanto, a interferência direta do historiador no seio das disciplinas das "Ciências da Informação" (arquivologia/arquivística, biblioteconomia, documentação, informática e museologia) não pode ser feita sem o conhecimento dos princípios norteadores de cada disciplina, cuja existência independe das atividades do historiador. No caso dos arquivos, a questão se torna complexa, já que o historiador é o "consumidor-modelo" dos arquivos permanentes: o que não significa que estes existam exclusivamente em sua função. A matéria-prima do trabalho do historiador são os documentos, porém organizados de acordo com suas especificidades técnicas e teóricas, não de acordo com a "vontade" (isto é, a facilidade de uso) desse pesquisador. Tal ampliação das atividades do profissional de história também demanda, como se pode deduzir, uma redefinição das Ciências da Informação (particularmente na arquivologia/arquivística e na museologia) no sentido de substituir os pressupostos da história-memória pelos da história-mudança.

O exemplo da preservação documental é bem ilustrativo da necessidade da interferência dos historiadores nas Ciências da Informação. Arquivar, na acepção técnica, significa, também, não só preservar, mas preservar com organicidade, isto é, preservar somente o essencial, eliminando o resto de forma controlada. Porém, o quadro a que hoje assistimos é bastante diverso, já que tudo deve ser preservado a todo custo, em nome da história-memória. Como observa Nora sobre a materialização da memória:

Não somente tudo guardar, tudo conservar dos sinais indicadores de memória, mesmo sem saber de que memória são indicadores. Mas produzir o arquivo é o imperativo da época. [...] Arquivar-se, arquivar-se, sempre sobrarã alguma coisa! [...] O arquivo muda de sentido e de status

10. Cf. Le Goff, J. *Reflexões sobre a história*, p. 11.

11. Nota, P. Op. cit., p. 17.

12. Cf. Le Goff, J. Op. cit., p. 11.

simplesmente por seu peso. Ele não é mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a *secreção voluntária e organizada* de uma memória perdida¹³

A perda dos registros documentais é diretamente proporcional à velocidade de sua geração, o que é agravado pelos avanços tecnológicos. Se, por um lado, a tecnologização das relações sociais aumenta a produção de registros documentais, por outro dissemina uma destruição sistemática (porém desordenada), ainda maior, desses registros. Nesse sentido, ou os historiadores passam a se preocupar com a preservação e a organização de suas futuras fontes de trabalho, ou essas atividades serão feitas à revelia de seus conceitos do que seja história, comprometendo todo o seu trabalho futuro. Isto é: ou se age com o objetivo de garantir a sobrevivência de documentos para a história, porque eles informam sobre as mudanças e transformações sociais, ou os historiadores terão de se contentar com documentos tidos como "históricos", na mais vulgar acepção deste termo, selecionados por profissionais que nada entendem das demandas do fazer histórico.

Na sociedade tecnológica, a história tende a se confundir com a reificação do passado e a celebração da memória. Compete aos historiadores desfazer essa fusão. Caso contrário, correm-se vários riscos: o risco de voltar a reduzir a história a história-memória; o risco da substituição de um conhecimento da transformação social por uma seqüência auto-explicativa de eventos encadeados, em uma relação de começo, meio e fim; o risco de não mais enxergar o passado como possibilidade de reconstrução a partir de uma realidade, criando em seu lugar ficções¹⁴. Daí a importância de uma participação ativa dos historiadores no campo da arquivística e da documentação, pois, mesmo na sociedade tecnológica, a história ligada à transformação social, esse produto da atividade humana, deve ter sua sobrevivência assegurada, uma vez que sempre existirão os registros gerados espontaneamente pelas atividades humanas. Cabe ao historiador, em consonância com o documentalista, o papel de transformá-los em registros de uma história-mudança.

13. Nona, P. Op. cit., p. 16. Grifos meus.

14. Sobre o risco de uma história-ficção ver, por exemplo, WHITE, H. *Tropicos do discurso*.

Os arquivos são, ao mesmo tempo, o elemento mais importante e o menos discutido da construção histórica. A responsabilidade pela situação lamentável em que se encontram duas pontas da mesma realidade, assim como pela enorme distância que as separa, pode ser imputada à ausência de um diálogo efetivo entre historiadores e arquivistas, bem como à falta de conhecimento técnico e teórico sobre a ciência do "outro". Esse estado de coisas é justificável quando se pensa no baixo conhecimento que os arquivistas têm, ao menos no Brasil, sobre as novas demandas da história. Isso se agrava com a ausência de exigências legais que definam como requisito profissional a formação universitária nessa área¹⁵. Entretanto, tal situação é inadmissível se o foco for voltado para os historiadores: na maioria das vezes alimentam certo descaço por essa atividade considerada "técnica" e que, aparentemente, não demanda esforço intelectual. A falta de mobilização dos historiadores para tentar reverter tal processo os leva a aceitar passivamente o que os arquivos põem à sua disposição. Alguns famosos historiadores ocasionalmente levantam essa questão, porém a maioria permanece adormecida, sem se dar conta de quanto seu trabalho pode estar comprometido¹⁶. Os arquivos encontram-se no centro desse jogo técnico de fingir ser o sujeito de uma operação que, na realidade, ocorre somente em um laboratório. Substituem o sujeito de uma operação histórica pelo de uma atividade historiográfica. Os arquivos são "um mundo onde se reencontra a complexidade, porém triada e miniaturizada e, portanto, formalizável"¹⁷.

Repensar os arquivos é hoje um problema fundamental, não só para quem se sensibiliza com a revolução documental e com as questões postas pela *nouvelle histoire*, como também para aqueles que pretendem discutir a própria historicidade do presente por meio da crítica da cultura e da história do cotidiano.

15. Sobre a regulamentação da profissão do arquivista em São Paulo, ver BERNARDES, I. Vitória não, e Lopez, A. Sobre a criação da carreira de arquivista pela PMSP.

16. Alguns exemplos recentes dessa tentativa de diálogo entre as duas disciplinas no Brasil podem ser vistos no painel Memória, história e arquivos dos *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia*. Ver CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10º. *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia*.

17. Cf. CERTEAU, M. *A escrita da história*, p. 20.

Arquivística e Revolução Documental

Minha abordagem das relações entre documento e história insere-se no processo de renovação teórico-metodológica que vem ocorrendo, particularmente desde os anos 60, nos estudos de história. Quase todos os grupos, ou escolas, parecem convergir para uma multiplicação dos objetos históricos, ao lado de uma correspondente ampliação conceitual do documento na pesquisa. Os estudos sobre a loucura e a instituição dos manicômios, a valorização de múltiplos sujeitos históricos e temporalidades, o deslocamento da história política para uma história regional e tantas outras propostas procuraram rediscutir o documento como prova, testemunho, evidência, indício etc. No entanto, a efetivação da ampliação conceitual das fontes históricas ocorreu dentro da tendência historiográfica que se autodenominou *nouvelle histoire*. Tal denominação indica mais um conjunto de pesquisadores do que propriamente uma escola. O núcleo central gravita em torno dos herdeiros diretos da tradição dos *Annales*, como Le Goff, Duby e outros historiadores — sobretudo franceses — que se pretendem representantes de uma “nova história”, além de alguns próximos a eles, como Eric Hobsbawm, Peter Burke, Carlo Ginzburg, Robert Darnton¹.

A ampliação dos conceitos de fonte histórica e documento traz à tona antigos problemas relativos à organização de fontes documen-

1. Segundo Peter Burke esses historiadores próximos, inclusive ele próprio, são aqueles que tentam mesclar seu envolvimento com os *Annales* com certa distância crítica. Ver a respeito Burke, *P. A revolução francesa da historiografia*, p. 15.

tais e aponta, ainda, para novas questões, como a relação entre esses registros, a cidadania e o direito à memória. Não basta o livre acesso do cidadão aos diversos registros que informam sobre o passado para garantir a construção da memória a partir dos elementos eleitos pelo próprio grupo². Os critérios de seleção e os métodos de arranjo e descrição dos documentos são portadores de carga ideológica e podem condicionar a construção de uma memória embasada em elementos exógenos. São ainda capazes, a despeito da seriedade e/ou do espírito crítico do historiador, de propiciar uma visão restrita da história. Nesse sentido, torna-se fundamental o desenvolvimento de metodologias próprias que atentem não só para a particularidade das entidades geradoras de arquivos como também para a natureza específica de todo esse universo documental que, cada vez mais, vem sendo ampliado. A transparência dos critérios de arranjo, seleção e descrição torna-se primordial para o estabelecimento dos limites de análise e interpretação dos documentos; é preciso repensar o papel que os arquivos exercem diante da operação historiográfica.

Os arquivos contemporâneos caracterizam-se pelo grande volume de documentos e pela coexistência de diversos suportes de informação³. Ao lado do suporte tradicional, o papel, surgem filmes, fitas magnéticas, discos óticos etc. Do mesmo modo, novos tipos documentais passam a ser agregados aos arquivos, ampliando o conceito de documento. Em arquivística, *documento* é definido como qualquer informação fixada em um suporte⁴. *A nouvelle histoire*, por sua vez, faz uso dos mais inusitados objetos como fonte de informação his-

2. Ao me referir à memória, penso, sobretudo, em memória como seleção e construção dinâmica feita por um grupo social. Apesar da relativa desatualização, a obra de Maurice Halbwachs introduz conceitos fundamentais nesse sentido. Ver HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Para uma discussão conceitual da relação entre memória e história, ver MENeses, U. *A História, cativa da memória?* Ver também Id. *Memória, história e arquivo*.

3. Cf. SCHELENBURG, T. *Arquivos modernos*, p. 18-19. Ver também CARUCCI, P. *Il documento contemporaneo*, cap. 1: Gli archivi contemporanei, p. 13-26.

4. Cf. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Em 1996 foi publicada uma segunda versão do dicionário de terminologia arquivística que não altera significativamente nenhum termo aqui mencionado. Dessa forma, optei por manter as definições da primeira versão, indicando as novas conceituações apenas no caso de alterações significativas. Cf. *Dicionário de terminologia arquivística*.

tórica. Jacques Le Goff, tido como um de seus principais expoentes, afirmava, em 1982, que a história viva uma revolução documental, mantendo relações ambíguas com a *nouvelle histoire*⁵. Tal ambigüidade viria da transformação do *datado* como unidade de informação, em vez do *fato*, facilitando a escolha de fontes documentais passíveis de serem trabalhadas pelo computador. O perigo dessa ambigüidade residiria na tentativa de negligenciar o que não pode ser quantificável e na ilusão de deixar o computador “fazer a história”, realizando, segundo Le Goff, “o velho sonho do historiador positivista: assistir passivamente à produção ‘objetiva’ da história pelos documentos”⁶.

O conceito de revolução documental, difundido por Le Goff, se não é assumido explicitamente por outros “novos” historiadores, ao menos parece estar de acordo com o modo como muitos deles vêm a ampliação do campo conceitual dos documentos históricos. Esses pesquisadores buscam novos objetos de pesquisa e indagação e ainda revalorizam certos documentos escritos, por exemplo os literários, que eram vistos com desconfiança por historiadores de tradição positivista⁷. Para Michel Vovelle,

[a] descoberta de novas fontes escritas, organizáveis em séries na longuíssima duração, fruto da valorização das massas adormecidas dos documentos anônimos, [...] é ao mesmo tempo essencial e limitada. [...] Os limites existem e são bem conhecidos: a valorização geral do documento ontem considerado insignificante pára no momento em que não há mais documento escrito. A continuidade é assegurada por essas fontes diferentes, cuja própria natureza impõe uma leitura mais ampla: a escrita perde o seu privilégio, enquanto assumem importância a arqueologia, o documento iconográfico e até mesmo a cunquete oral [...]⁸

Na realidade, essa tendência historiográfica opõe-se conviciadamente, assim como fizeram todos os membros dos *Annales*, àquele

5. Cf. Le Goff, J. *A história nova*, p. 29. Na realidade o conceito de *revolução documental* foi criado por Jean Glénisson, na década de 60, e difundido por Le Goff. Ver Le Goff, J. *História e memória*. Documento/monumento, p. 535-553, p. 541.

6. Id. *A história nova*, p. 50.

7. Ver como exemplo de exploração de fonte literária DUBY, G. *Idade Média, idade dos homens*. O Roman de la rose, p. 66-93.

8. Vovelle, M. *A história e a longa duração*, p. 78.

historiografia "clássica" de tradição positivista, revalorizando não só a história social e econômica, mas também a história política, comparativa, das mentalidades, do cotidiano e tantas outras. Na verdade, a oposição crítica que a *nouvelle histoire* faz ao positivismo reconhece, de algum modo, aspectos válidos desta corrente. No entanto, suas preocupações são expressas bem claramente:

A história nova, que recusa mais que nunca a filosofia da história e se nega a reconhecer-se em Vico, em Hegel, em Croce, e muito mais em Toynebe, não se contenta mais, portanto, com as ilusões da história positivista e, para além da crítica decisiva do fato ou do acontecimento histórico, se volta para uma tendência conceitual que pode arrastá-la em direção a outra coisa que não ela própria, quer se trate das finalidades marxistas, das abstrações weberianas ou das intemporalidades estruturalistas⁹.

A busca de uma totalidade passível de ser inserida na longuíssima duração, na história "quase imóvel", abre um campo de pesquisa histórica cujos limites parecem não existir, ou não são facilmente visualizados. Jacques Le Goff detecta muito bem essas transformações:

A história nova ampliou o campo do documento histórico, ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem¹⁰.

A arquivística não pode ficar à margem dessas profundas modificações do campo conceitual das fontes históricas. É fundamental o intercâmbio teórico e prático entre história e documentação, pois a história só se torna possível com o desenvolvimento da ciência da documentação, e esta, em sua essência (ou ao menos no que concerne à preservação de documentos de guarda permanente cujo valor

9. Le Goff, J. e Nora, Pierre. Apresentação, p. 13.

10. Le Goff, J. A história nova, p. 28.

primário foi esvaziado), não tem sentido sem a primeira. Apesar de esta afirmação ser, aparentemente, bastante óbvia, são raros os trabalhos que buscam discutir a questão. Falta aos arquivistas, em geral, um conceito de história que vá além de um positivismo vulgarizado, o que coloca em dúvida a capacidade técnica desses profissionais diante das novas demandas da revolução documental. Em contrapartida, são poucos os historiadores que têm uma noção aproximada do que seja um arquivo e das diferenças que o separam de uma biblioteca.

É lógico que existem exceções, porém o quadro acima traçado está, infelizmente, muito longe de ser um exagero pessimista. Tomo como exemplo o colóquio sobre fontes de história contemporânea portuguesa "Arquivo e Historiografia", realizado em fevereiro de 1985 em Lisboa¹¹. A proposta do colóquio — promover um espaço de diálogo entre esses dois grupos de profissionais de funções complementares — merece elogios, sem dúvida, podendo até ter representado para a historiografia e para a arquivística portuguesas um início de intercâmbio. No entanto, ao verificar a qualidade das comunicações, que oscilaram entre a vulgarização dos conceitos de história e documento e o simples arrolamento de índices, catálogos e dados numéricos, nota-se que ainda resta um longo caminho a ser percorrido. Como aspecto positivo da proposta do colóquio merecem ser citados os estudos de Nuno Severiano Teixeira e José Machado Pais, que abordaram a problemática das relações da história com as fontes documentais sob a ótica das questões lançadas pela *nouvelle histoire*¹².

Essa realidade não é, desafortunadamente, privilégio de Portugal. O Brasil também carece de uma discussão que ponha em xeque sua tradição positivista no tocante à organização das fontes documentais. Para exemplificar tal ponto de vista, cito o 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em São Paulo em 1994. Apesar de ter dado um espaço significativo para a discussão das interfaces entre história e

11. As comunicações do colóquio foram editadas posteriormente. Ver LEAL, M. e PEREIRA, M. (orgs.). *Arquivo e historiografia*.

12. Ver TEIXEIRA, N. Para uma 'nova história política' e Pais, J. Fontes documentais na análise da vida cotidiana. Deve-se salientar que existem ainda interessantes comunicações no colóquio que não estão aqui mencionadas por não se enquadrarem nos objetivos deste capítulo.

arquivologia, uma parcela significativa dos trabalhos apresentados vulgarizava os conceitos de história, passado, memória etc.¹³.

Para Le Goff, a revolução documental transcende a questão do suporte material. A ampliação do significado do documento para outros suportes além do papel escrito

foi apenas uma etapa para a explosão do documento que se produz a partir dos anos 60 e que levou a uma verdadeira revolução documental. [...] Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos; por exemplo, coloca em primeiro plano, para a história moderna, o registro paroquial [...] que] marca a entrada na história das "massas dormentes" e inaugura a era da documentação de massa¹⁴

O autor defende, ainda, a idéia de uma revolução tecnológica paralela à revolução documental, responsável pela efetivação da intenção desta última por meio do computador:

Da confluência das duas revoluções nasce a história quantitativa, que põe novamente em causa a noção de documento e o seu tratamento. [...] a história quantitativa altera o estatuto do documento¹⁵

Tal alteração é mencionada por François Furet em um clássico ensaio sobre o quantitativo em história, no qual considera que

o documento, o dado não existem mais por si próprios, mas em relação à série que os precede e os segue: é seu valor relativo que se torna objetivo e não sua relação com uma incompreensível substância "real"¹⁶

13. A despeito da quantidade de comunicações que operam com um conceito vulgarizado de história, o referido congresso apresentou textos de indiscutível qualidade, demonstrando ser possível enxergar uma luz no fim do túnel. Para maiores informações ver CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10^o. *Anais do 10^o Congresso Brasileiro de Arquivologia*.

14. Le Goff, J. Documento/monumento, p. 541.

15. Id. *Ibid.*, p. 542.

16. FURET, F. O quantitativo em história, p. 53. Grifo meu.

Tanto para Furet como para Le Goff, tais transformações no documento da pesquisa histórica exigem, em contrapartida, uma transformação equivalente dos arquivos. Segundo Furet,

a historiografia seriada contemporânea deve reconstituir seus arquivos em função da dupla revolução metodológica e técnica que transformou os procedimentos e as regras da disciplina¹⁷

Para Le Goff,

a revolução documental tende também a promover uma nova unidade de informação: em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado que leva à série e a uma história descontínua. Tornam-se necessários novos arquivos, onde o primeiro lugar é ocupado pelo *corpus*, a fita magnética¹⁸

Le Goff está sugerindo que os arquivos devam pôr à disposição dos pesquisadores os dados coletados em tabelas, pois "o novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados [do arquivo]"¹⁹. Desse modo, o filtro sofrido pelo historiador nesse novo arquivo seria maior do que é atualmente, quando o arquivista, muitas vezes, determina o acesso aos documentos. Assim, o arquivista faria uma dupla seleção: a dos documentos a serem utilizados e a dos dados a serem coletados.

Os arquivos veem-se, agora, forçados a rediscutir os conceitos de história e historiografia que utilizam para poderem se adequar à revolução documental, às novas abordagens e metodologias propostas. Entretanto, ressalva-se que novos arquivos são necessários para acolher a diversificação dos suportes documentais efetivada pela revolução documental, e não para mudar a unidade de referência para o dado. Os princípios teóricos da arquivística não devem ser substituídos, pois garantem a contextualização do documento em relação à sua produção e às suas funções geradoras.

Ao analisar o desenvolvimento da arquivística, nota-se, já em meados do século XIX, um embrião daquilo que a historiografia chama, quase um século depois, de história serial. Em 1841, Natalis de

17. Id. *Ibid.*, p. 54.

18. Le Goff, J. Documento/monumento, p. 542.

19. Id. *Ibid.*

Wailly criou o conceito de *respect des fonds*, hoje conhecido como *princípio da proveniência* ou *respeito aos fundos*, que propunha, na realidade, o trabalho com longas séries documentais²⁰. De acordo com esse princípio, documentos de produtores diferentes não devem ser misturados, mesmo que o conteúdo informativo formal (o dado) seja o mesmo. Desse modo, dois exemplares formalmente idênticos de um mesmo livro não serão reunidos se provierem de fundos documentais (ou entidades produtoras de arquivos) diversos. O valor informativo (o dado) é o mesmo para ambos os exemplares, porém a existência, ou a ausência, de tais exemplares em uma (ou outra) biblioteca pessoal constitui uma informação de relevo e não pode ser descartada em função de uma cômoda e subjetiva alocação temático-informativa (dados). Isso significa que o documento arquivístico precisa estar inserido no contexto da produção e da função geradora; o documento isolado, ou seja, descontextualizado, perde seu significado.

Os arquivos modernos, nascidos das grandes coleções eruditas do século XV transformam-se à medida que a sociedade impõe novas necessidades. O documento individualizado, típico da abordagem erudita dos séculos XVII e XVIII, perde-se no interior das séries documentais; a "análise simbólica" cede espaço à abstração que constrói "modelos" e "substitui o estudo do fenômeno concreto pelo objeto constituído por sua definição"²¹. Essa alteração da arquivística será, para Certeau, o "ponto de partida e a condição de uma *nova história*"²².

Tal metamorfose também está relacionada às transformações do sistema produtivo, isto é, ao desenvolvimento do sistema capitalista, quando — especialmente a partir da revolução industrial e do surgimento das sociedades anônimas — acaba por prevalecer a organização burocrática. Essa nova forma de administração, que objetiva maior lucratividade por meio da racionalização do trabalho e do controle rígido sobre os trabalhadores, infiltra-se nos demais setores da sociedade. O Estado, do mesmo modo que as indústrias, burocratiza-se,

20. Ver a respeito DUCHEN, M. O respeito aos fundos em arquivística. Associação dos Arquivistas Brasileiros. Op. cit. e *Dicionário de terminologia arquivística*.

21. REGENIER, A. Mathématiser les sciences de l'homme? In RICHARD, P e JOURN, R. *Anthropologie et calcul*. v. 10, n. 18, p. 13-37, 1971. Apud. CERTEAU, M. A operação histórica, p. 33.

22. CERTEAU, M. Op. cit., p. 32. Grifos meus.

racionaliza-se, e as novas relações sociais desse sistema econômico passam a ser registradas. Assiste-se a uma proliferação inédita de documentos, uma vez que eles garantem o funcionamento da sociedade. Nesse novo contexto, os arquivos começam a se diferenciar das antigas coleções eruditas e das bibliotecas. O documento arquivístico torna-se aquele que é gerado espontaneamente no exercício das atividades rotineiras de uma instituição; sua organização, desde a fase corrente, deve refletir as funções administrativas. Somente tal dimensão do documento possibilita seu uso nos moldes propostos pelos historiadores da revolução documental, ou seja, a contextualização num universo social e cronológico amplo, no qual o estabelecimento das séries documentais é fundamental.

Le Goff, talvez o principal teórico da revolução documental, parece negar o papel dessas transformações na organização de documentos propostos pela arquivística. Para ele, a devida contextualização do documento histórico somente ocorrerá quando ele for monumentalizado de acordo com seus conceitos de documento e monumento. *Monumento* seria uma herança do passado cuja atual existência se deve a uma escolha efetuada pelas "forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade"²³. Em contrapartida, o documento representaria uma escolha feita "pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores"²⁴. Nesse sentido afirma:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador de seu dever principal: a crítica do documento [...] enquanto monumento. [...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou seguindo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa²⁵.

23. Le Goff, J. Documento/monumento, p. 535.

24. Id. Ibid.

25. Id. Ibid., p. 545.

A concepção de documento apregoada pela arquivística está muito distante do conceito de *qualquer coisa que fica-por-conta-do-passado (sic)*. Ao contrário, a contextualização de sua produção, graças ao princípio da proveniência, coloca-o em uma série que retrata as atividades desenvolvidas pelo órgão de origem, permitindo ainda uma análise conjuntural do momento e dos motivos de sua geração. Tratar-se-ia, então, de analisar os monumentos como documentos, pois a diferença básica diz respeito à geração: geração espontânea, resultante natural do exercício das atividades, os documentos; e geração político-ideológica, resultante das relações de força que detêm o poder, os monumentos, o que não implica que as atividades que criam os documentos de modo espontâneo e natural não deixem traços nesses documentos, pois, como aponta Luciana Duranti,

a primeira característica dos registros documentais é a *imparcialidade*.

Os registros são inerentemente verdadeiros, ou, como diz o arquivista britânico Hilary Jenkinson, “livres da suspeita de preconceito no que diz respeito aos interesses em nome dos quais os usamos hoje”. Isto não quer dizer que as pessoas que intervêm em sua criação são livres de preconceitos, mas que as razões por que eles são produzidos [...] e as circunstâncias de sua criação [...] asseguram que não são escritos “na intenção ou para informação da posteridade”²⁶ [...]. Deve-se ressaltar que imparcialidade não significa que os leitores dos documentos devam crer que eles reproduzem os fatos e atos dos quais são parte e parcela: o contexto mais amplo da atividade geradora dos documentos e o ambiente cultural no qual seus intérpretes vivem são fatores essenciais para a compreensão da verdade que pode ser extraída dos documentos²⁷.

Compete ao historiador analisar essas características intrínsecas de todo e qualquer documento e não apenas dos documentos *monumentalizados*.

A título de exemplificação, é conveniente citar o trabalho *Brasil: nunca mais*, que promove uma ampla denúncia da tortura e das práticas de exceção adotadas pelo regime militar brasileiro por meio dos

26. JENKINSON, H. *A manual of archive administration*. Oxford: Clarendon, 1922, p. 11.
 27. DURANTI, L. *Registros documentais contemporâneos como prova de ação*, p. 51.

processos judiciais instaurados pelo próprio regime militar²⁸. Isso equivale a dizer que os mesmos documentos que serviram aos interesses do governo militar se tornaram a base concreta para denúncia daquelas atividades. Dessa forma, realinha-se o caráter objetivo da produção documental, deixando sua utilização e/ou a interpretação ideológica ou por parte dos indivíduos que produziram os documentos ou por conta dos pesquisadores. Desse modo, cumpre ao arquivista a organização de tais registros de acordo com o contexto de produção. Ao historiador, por sua vez, cabe promover a crítica desse contexto e não da organização documental.

Le Goff justifica a necessidade da monumentalização dos documentos não só pelos aspectos ideológicos, mas também por uma questão de objetividade, ou menor subjetividade:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto de dados do passado, prelevando-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade de sua época e de sua organização mental inscreve-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que sua intervenção²⁹.

Sem dúvida, pois os documentos postos à disposição do historiador são o legado de determinada cultura política, de determinado modo de arquivar, de selecionar e de dispor informações para o pesquisador³⁰. Le Goff parece ignorar o fato de que a seleção feita pelo historiador é posterior à do arquivista. Alias, dá a impressão de diluir essa atividade dentro do que denomina de “montagem da história”:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio³¹.

28. Ver Anquidoces de São Paulo. *Brasil: nunca mais*.

29. Le Goff, J. Documento/monumento, p. 547.

30. A expressão *cultura política* está de acordo com o *Dicionário de política* organizado por N. Bobbio. Ver SANI, G. *Cultura política*.

31. Le Goff, J. Documento/monumento, p. 547.

Deve-se ressaltar que os documentos não se resumem a essa *montagem*; são, antes de tudo, os frutos, os meios, os testemunhos de determinadas funções e atividades desenvolvidas por seus produtores. A produção de um documento — como observa-se no caso de *Brasil: nunca mais* —, ao contrário de sua utilização pelo historiador, não é consciente ou inconsciente, mas natural e espontânea.

Os procedimentos arquivísticos de seleção (ou avaliação) documental, ou seja, a eliminação de alguns documentos para a guarda permanente de outros, são uma necessidade prática. Tal descarte, essencial para a preservação documental, pode ser justificado tanto pelo critério econômico — redução dos gastos com armazenamento e conservação da massa documental — como pela constatação da impossibilidade de se guardar a totalidade dos documentos produzidos, mesmo porque as informações se repetem constantemente (os dados contidos num balanço mensal, por exemplo, vão estar presentes também no balanço anual). A avaliação, desde que executada de modo criterioso e transparente, representa uma garantia de qualidade da organização do acervo. Segundo o arquivista argentino Manuel Vazquez,

a eliminação de documentos únicos e insubstituíveis, de menor valor, feita como única forma de conservar documentos de maior valor, não é uma aberração lógica nem técnica, mas, quando bem realizada, uma garantia de que os documentos foram avaliados e descritos; proporcional ao pesquisador uma arquivaria com informação e coerência³²

Os critérios que norteiam a seleção documental são definidos historicamente. Constituem-se de elementos qualificadores da cultura política: informam sobre a entidade, a época na qual está inserida e a necessidade de legar testemunhos vitais. Os documentos não eliminados são aqueles que se configuram como essenciais para a compreensão da própria sociedade³³.

A preservação dos documentos pode, em parte, ser considerada uma montagem de caráter *monumental*, porém nem sempre o é.

32. Vazquez, M. *Manual de selección documental*, p. 24. Tradução livre. A expressão espanhola *arquivaria* não tem similar na língua portuguesa. Seu significado aproximado seria algo como *valor arquivístico*.

33. Cf. Carrucci, P. *Tipologia, carattere della documentazione, problemi organizzativi*.

Muitas vezes, essa preservação também se apresenta como uma resposta a determinadas necessidades sociais e, desse modo, também reflete atividades e funções da sociedade. Para Le Goff, "o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias"³⁴. De acordo com essa ideia, não existia acumulação espontânea de documentos pelos arquivos: ao contrário, supõe-se que toda acumulação esteja norteada por critérios ideológicos de seleção documental. Apesar de a seleção, assim como qualquer outro modo de intervenção tida como *técnica*, carregar consigo a marca do interventor, ela é mais um fruto natural da cultura política do que um esforço de imposição de imagem diante do futuro. Quando Le Goff afirma que todo documento é um monumento, porque sua sobrevivência nada mais é do que a tentativa de perpetuar uma imagem em direção ao futuro, dá a impressão de praticar certa "semiologia do documento". Age como se esses registros, por si sós, pudessem transmitir uma imagem de sociedade, como se fossem portadores de uma mensagem que tenta se impor ao tempo e como se o historiador fosse somente um decodificador dessa imagem. Na realidade, a imagem social difundida pelos monumentos tenta se fixar, principalmente, diante do presente. Trata-se de uma tentativa de legitimação cultural do *status quo* dessa sociedade³⁵. A difusão para o futuro se dá a partir da perpetuação da realidade presente. Assim, tem-se o esforço de sociedades que querem negar sua historicidade (mudança) para se fixar e não, como afirma Le Goff, a imposição de sociedades históricas diante do futuro. Quanto aos documentos, eles estão distantes desse esforço *monumental*, pois a imagem social que passam nunca é absoluta, depende do questionamento feito pelo historiador. O único aspecto que se aproxima de uma realidade objetiva são as funções para as quais foram produzidos e/ou armazenados, cuja recuperação e contextualização cabem à organização arquivística, fiel ao princípio da proveniência.

A partir da equivalência de documento e monumento, Le Goff propõe que o historiador promova uma desmontagem do documen-

34. Le Goff, J. *Documento/monumento*, p. 548.

35. *Legitimação cultural* é aqui utilizada conforme a conceituação feita por Pierre Bourdieu. Ver Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. Modos de produção e de percepção artísticos, p. 269-294. Ver especialmente a nota n. 3 na p. 271.

to/monumento para que as condições de produção possam ser analisadas. Ora, é justamente este o objetivo da arquivística: recuperar as funções objetivas responsáveis pela produção do documento. Para tal desmontagem, Le Goff advoga um auxílio multidisciplinar, ao lado da ampliação conceitual do documento:

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado [...] em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica.³⁶

Ou seja, retorna-se à primeira passagem do autor, na qual ele distingue memória coletiva de história, sendo esta última somente a forma científica da primeira. Com a simbiose de documento e monumento pode-se, assim, passar a memória coletiva para o campo da ciência, pois a *monumentalização* do documento equivale, para Le Goff, à *cientificação* da memória coletiva. Deve-se questionar, ainda, até que ponto a *nouvelle histoire* promove a continuidade da crítica dos *Annales* ao positivismo e até que ponto volta a perseguir aquele ideal científico de história. Acreditamos que o caminho para essa questão crucial esteja relacionado, a conceitos de ciência e história relativizados, a exemplo dos estudos da hermenêutica do cotidiano, do perspectivismo histórico.

História do Cotidiano e valorização do informal

Os recentes estudos de história do cotidiano inserem-se no contexto de renovação da *nouvelle histoire*, no qual determinados historiadores reivindicam, segundo Cláudia Fonseca, “uma análise nas linhas da fenomenologia narrativa”. A tentativa da promoção de uma arqueologia de época, feita por meio da redescoberta de elementos individuais e rotineiros, abriu uma brecha nos estudos sobre a família e, “de relato em relato, descobrem-se exceções às supostas normas familiares. Aquela família tão presente em outras abordagens [...] torna-se neles uma opção descabida”².

A principal contribuição para a arquivística passível de ser extraída desses estudos é, sem dúvida, a valorização dos elementos informais na busca da compreensão de processos globais. Categorias ou traços postas à margem da pesquisa histórica, ou que ao menos não tinham qualquer especificidade relevada, passam a ser inseridas. Ocorre uma revalorização do papel histórico do político, do privado, dos *outsiders* do poder. Tal transformação trata esses elementos não como particulares, mas como específicos, responsáveis por novas leituras históricas da mesma sociedade. A descoberta de novos atores históricos implica também o reconhecimento da importância do contexto de sua produção documental, agora não mais sob a ótica de uma história tradicional, mas sob aquela de um conhecimento holístico,

36. Le Goff, J. Documento/monumento, p. 549.

1. Fonseca, C. A história social no estudo da família, p. 60-61.
2. Id. *Ibid.*

embora subjetivo, que ressurge com a hermenêutica. Como contribuição principal desses estudos tem-se a valorização do privado, sobretudo a rediscussão dos papéis masculinos e femininos sob a ótica do perspectivismo histórico, o que implica uma postura crítica do historiador em face do objeto e com respeito à sua contemporaneidade. Segundo Maria Odília Dias,

o perspectivismo é uma forma de interpretação inerente à historicidade do próprio conhecimento do historiador. Consiste em documentar o ponto de vista dos testemunhos da época de modo a entabular com eles um diálogo no qual a posição do historiador enquanto intérprete se vê sempre ressaltada³

No início dos anos 90 foi publicada na França, e logo traduzida para outros idiomas, uma coleção organizada por Georges Duby e Philippe Ariès que tenta traçar um esboço, ao longo do tempo, da experiência histórica da vida privada⁴. No que tange à utilização de documentos, a coleção segue os passos iniciados pela revolução documental, mas também se insere no movimento da revalorização do privado como espaço político para a história. Nessa obra, cabe destacar o estudo feito por Michelle Perrot sobre a família burguesa do século XIX, por abordar, dentro da construção do conceito *vida privada* como entendido hoje, a revalorização do feminino, consequência da identificação da autora com os problemas presentes em sua contemporaneidade⁵.

No prefácio do primeiro volume, Duby adverte que a coleção está destinada “a um vasto público” desde o início do projeto, além de indicar alguns problemas gerais enfrentados em função do ineditismo da proposta⁶. Duby aponta para a preocupação conceitual com a aplicação da expressão *vida privada* no amplo espectro cronológico proposto pela coleção, uma vez que tal conceito só adquiriu consistência, do modo como é conhecido hoje, no século XIX, em algumas regiões da Europa. A problemática da história da vida privada é apresentada enquanto crítica da cultura ocidental como um todo, da con-

temporaneidade, da cultura de massas. O organizador espera que o leitor, dada a rápida transformação que vivencia, reflita melhor sobre a transformação desses dois espaços — a esfera pública e a esfera privada — e perceba

que hoje em dia é urgente procurar salvaguardar a própria essência da pessoa, pois, demolindo as últimas muralhas da vida privada, o fulgurante progresso técnico desenvolve essas formas de controle estatal que, se não tomarmos cuidado, logo reduzirão o indivíduo a um número de um imenso e aterrador banco de dados [...].⁷

O quarto volume da coleção — *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra* —, organizado por Michelle Perrot, revela-se bastante sensível à ampliação do campo conceitual do documento histórico colocada pela revolução documental, porém incorpora também as propostas daquilo que poderia ser chamado de hermenêutica do cotidiano (ou perspectivismo histórico). A introdução do volume começa, de maneira bastante curiosa, com uma fotografia de página dupla. A legenda explicativa da imagem — “Trouville: o terraço do cassino atrai muita gente. No final do século XIX, a praia é uma extensão do salão doméstico, onde se encontram parentes e amigos, esquecidos do mar e do sol (Coleção Sirof-Angel)” — não a descreve, nem a contextualiza, porém conduz o leitor a uma abordagem da história diferenciada daquela de cunho tradicional⁸.

Convém lembrar que tal introdução inicia um livro inserido em uma coleção, *História da vida privada*, cuja divisão em volumes é cronológica — *Do Império Romano ao ano 1000; Da Europa feudal à Renascença; Da Renascença ao Século das Luzes; Da Revolução Francesa à Primeira Guerra; Da Primeira Guerra aos nossos dias* — e sucessivamente abrangeria a totalidade da experiência privada do homem, ao menos do homem ocidental, desde os inícios da “civilização” até os dias de hoje. Essa perspectiva evolutiva é favorecida pelo alcance desejado de toda a coleção: o grande público e não mais o estudante interessado ou o pesquisador acadêmico. No entanto, a burocrática função decorativa da utilização tradicional de imagens, típica de determinadas obras de tendência evolutivo-positivista, é quebrada

3. Dias, M. Hermenêutica e narrativa, p. xvii.

4. Duby, G. e Ariès, P. (orgs.). *História da vida privada*, 5 v.

5. Perrot, M. e Marnin-Fugier, A. Os atores.

6. Duby, G. Prefácio à história da vida privada, p. 9.

7. Id. *Ibid.*, p. 11.

8. Perrot, M. Introdução, p. 6-9.

logo de início: o que era complemento e decoração passa a ser um importante documento para a análise histórica. Um documento que não identifica grandes fatos ou personagens, que é tão somente o fruto de uma época, de determinada conjuntura, de uma representação social específica; ou seja, um documento no sentido ampliado proposto pela revolução documental.

Tal impressão, passada pelo uso misto da imagem e da legenda, confirma-se logo no primeiro parágrafo, no qual a autora afirma que os historiadores hesitaram muito em sair da "grande história dos Estados, das economias e das sociedades" e assim entrar no campo do privado⁹. Para que essa entrada tivesse ocorrido, Perrot cita a necessidade da desestigmatização do privado como uma "zona maldita, proibida e obscura", tornando-se "uma experiência de nosso tempo"¹⁰. Isso só foi possível graças a um questionamento relativo à concentração e ao aumento de eficácia da dominação por aqueles que detêm o poder; o resultado teria sido um só: "refletir sobre os mecanismos de poder e buscar no contrapeso dos pequenos grupos, e até dos indivíduos, resistências eficazes, barreiras necessárias ao controle social"¹¹. Pode-se afirmar que, sob a perspectiva posta pela autora, a *história da vida privada*, ou o estudo do cotidiano, situa-se em uma posição de resistência aos valores sociais — e ideológicos — dominantes em nossa sociedade: por extensão, tenta questionar a assim chamada "cultura ocidental" como um todo, recorrendo a uma retrospectiva que vem desde o Império Romano, passando pelo Feudalismo, pelo Renascimento, pelo Iluminismo, pela Revolução Francesa, pela Primeira Guerra, para, finalmente, chegar aos nossos dias, como ditaria qualquer manual escolar. Como fruto de tal reflexão tem-se um processo de valorização de particularidades e especificidades.

Michelle Perrot define o volume como uma abordagem da história da construção e solidificação de um modelo de sociedade pela cultura ocidental, iniciada pela Revolução Francesa e encerrada na "aurora de uma nova modernidade tragicamente interrompida pela guerra"¹². A partir de referências a trabalhos de Norbert Elias, Louis

Dumont, Jürgen Habermas, Richard Senet e Philippe Ariès, a autora define o século XIX como esboço de

uma idade de ouro do privado, onde as palavras e as coisas se especificam e as noções se refinam. Entre a sociedade civil, o privado, o íntimo e o individual traçam-se círculos idealmente concêntricos e eticamente entrecruzados¹³

É justamente na identificação e na ponderação desse espaço entre o *ideal* e o *efetivo* — que significa também o espaço entre o *formal* e o *real* — que se encontraria o campo de atuação do historiador do cotidiano, de um cotidiano que tenta identificar a mudança e, portanto, a história de determinada sociedade. A autora, abordando a França do século XIX, mostra um modelo burguês de sociedade familiar que sempre esteve em construção, em transformação, sujeitando-se às relações conflituosas entre todos os segmentos sociais. A identificação desse espaço entre o *real* e o *ideal* passa necessariamente pela desqualificação dos elementos formais e normativos de uma sociedade como fontes exclusivas para sua compreensão e interpretação. É necessário considerar também — ou principalmente — os elementos informais para tal análise.

Para o trabalho proposto, Michelle Perrot ressalta a questão das fontes de pesquisa como um dos problemas centrais, devido ao fato de que a esfera privada da sociedade raramente está presente nos arquivos públicos. Tal circunstância deve-se à pouca interferência do Estado no "seio da família", onde o "único terreno de intervenção são os conflitos [...] Daí o interesse dos arquivos policiais e judiciários"¹⁴. No entanto, essas duas modalidades de arquivos apresentam problemas. Os policiais perdem importância no contexto observado por Perrot. Muitos arquivos judiciários encontram-se perdidos ou sem condições físicas de acesso. Os remanescentes possuem, em sua maioria, obstáculos legais à consulta. Os arquivos privados, "fontes mais ricas e diretas", por sua vez, não apresentam qualquer regularidade quanto a estado de conservação, condições de acesso, representatividade e organização documental¹⁵. O próprio material ali encontrado também necessi-

9. Id. *Ibid.*, p. 9.

10. Id. *Ibid.*

11. Id. *Ibid.*

12. Id. *Ibid.*, p. 11.

13. Id. *Ibid.*, p. 10.

14. Id. *Ibid.*, p. 11.

15. Id. *Ibid.*

ta de uma análise que pondere o espaço entre o efetivo e o formal, entre o que o documento apresenta e o que ele representa: "Não há nada menos espontâneo do que uma carta; nada menos transparente do que uma autobiografia, feita para ocultar tanto quanto para revelar"¹⁶.

O exemplo de Michelle Perrot remete ao referencial teórico-metodológico da hermenêutica. Para Dilthey, o principal papel da hermenêutica seria o de "estabelecer teoricamente, contra a intromissão constante da arbitrariedade romântica e do objetivismo cético [...] a validade universal da interpretação, base de toda certeza em história"¹⁷. Paul Ricoeur desenvolve a validade universal da interpretação de Dilthey da seguinte forma:

se posso compreender os mundos desaparecidos é porque cada sociedade criou seus próprios órgãos de compreensão, criando mundos sociais e culturais nos quais ela se compreende. A história universal torna-se, assim, o próprio campo hermenêutico. Compreender-me é fazer o maior desvio, o da grande memória que retém o que se tornou significante para o conjunto dos homens. *A hermenêutica é o acesso do indivíduo ao saber da história universal, é a universalização do indivíduo*¹⁸

O trabalho do historiador, dessa forma, consistiria em identificar e *compreender* esses signos de autocompreensão da sociedade, para posteriormente executar a *interpretação*. Nesse sentido, é legítimo inserir a busca pelo informal como forma de conhecimento histórico, pois os signos de autocompreensão da sociedade se encontram além dos elementos normativos. Estes últimos nada mais são do que uma das formas de legitimação da ideologia dominante. Dito de outra forma, os elementos normativos de uma sociedade constituem um conjunto de fatores instrumentalizados pelo conservadorismo para manutenção do poder e legitimação cultural do segmento dominante da classe dominante¹⁹. A busca do informal, dos círculos entrecruzados

de Michelle Perrot, reveste-se, então, de uma bandeira de crítica da cultura. A compreensão dos signos de uma sociedade também implica *necessariamente* uma autocompreensão da sociedade presente; por conseguinte, implica uma postura crítica em face da ideologia dominante da própria contemporaneidade, efetivada por meio da interpretação. Do mesmo modo, os documentos arquivísticos devem ter sua dimensão informal contemplada em sua organização.

16. Id. *Ibid*.

17. Dilthey, W. *Le monde de l'esprit*. Paris, 1947. *Origine et développement de l'herméneutique* (1900), v. 1, p. 332. Apud: Ricoeur, P. *Interpretação e ideologias*, p. 26-27.

18. Ricoeur, P. Op. cit., p. 28. *Grifos meus*.

19. Cf. Бондиен, Р. *À economia das trocas simbólicas*. Modos de produção e de percepção artísticos, p. 269-294.

Arquivos de instituições político-partidárias

Como forma de concretizar a problemática da produção documental de instituições político-partidárias, é preciso inserir seus acervos no bojo da discussão anteriormente levantada entre documento arquivístico e história. Para tanto, é vital promover a desuniversalização do conceito *partido político* e definir tanto a modalidade do partido como a conjuntura histórica em que atua, pois não se pode falar de partidos políticos em abstrato.

A literatura teórica sobre os partidos políticos, infelizmente, tende a tratá-los como categorias universais ou quase universais. O caminho trilhado por certa hermenêutica do cotidiano ainda permanece restrito aos objetos não-convencionais das humanidades, como, por exemplo, os estudos feministas. A própria especificidade desses objetos justifica os diferentes patamares teórico-metodológicos em que se encontram nas ciências humanas. A suposta vinculação formal dos partidos aos aparatos do poder político talvez seja responsável por esse estado de coisas, ofuscando novas abordagens. No entanto, a discussão sobre partidos políticos deve transcender a barreira do formalismo normativo, do mesmo modo que os estudos feministas o fizeram:

O feminino é excluído do discurso e aprisionado por ele, é genérico e sem condição de explicação, a não ser no plano da especificidade histórica, de sua concretude, de sua negação enquanto categoria universal. [...] Libertar-se de categorias abstratas e de idealidade universais

como "a condição feminina" é uma preocupação que decididamente enfatiza o interesse em *deconstruir* valores ideológicos e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que, reduzindo o espaço e o tempo a conjunturas restritas e específicas, permitem ao estudioso a *redescoberta de papéis informais, de situações inélticas e atípicas, que justamente permitem a reconstituição de processos sociais fora do seu enquadramento estritamente normativo*¹

Nesse sentido, os estudos feministas apresentam-se como renovadores das ciências humanas em geral.

Também concorre para o estado em que se encontram os estudos sobre os partidos políticos a persistência de uma vasta literatura, de inspiração marxista em sua maioria, que sedimentou importantes conceitos. A ausência de um questionamento conceitual mais profundo dessa literatura acabou por tornar os partidos políticos uma categoria de análise genérica, cuja problematização é feita, infelizmente, sem a discussão das particularidades históricas que o termo requer. Parte-se de uma aproximação consensual do termo partido político. Desse modo, partidos da Roma Clássica, clubes revolucionários franceses e partidos de inspiração marxista são agrupados sob a mesma rubrica — partido político —, independentemente de suas especificidades. O campo conceitual dos partidos políticos, nas Ciências Humanas em geral, parece ter ficado subordinado às abordagens da sociologia e da ciência política, que condicionam sua categorização a-histórica em padrões formais rígidos.

O clássico estudo de Robert Michels, feito em 1914, é um exemplo patente da universalização dos partidos políticos como categorias abstratas vinculadas formalmente aos aparatos de poder do Estado, ou com tendências a se constituírem em um gigantesco partido-Estado². O autor dirige sua análise à formação e à cristalização de elites internas nos partidos como processos inevitáveis, inerentes a qualquer partido político, independentemente de sua estrutura interna, que sequer é focalizada.

Maurice Duverger procura fazer uma radiografia dos partidos políticos modernos, buscando sua origem nos clubes revolucionários

1. Dias, M. *Teoria e método dos estudos feministas*, p. 39-40. Grifos meus.

2. Ver Michels, R. *Os partidos políticos*.

da Revolução Francesa, ao lado de diversas associações (profissionais, intelectuais, corporativas etc.) externas ao parlamento³. A partir de exemplos franceses e ingleses da primeira metade do século, diversas relações entre partido e sociedade e entre partido e seus membros são sistematizadas e generalizadas, em direção a uma "teoria geral dos partidos"⁴.

Os pressupostos adotados por Umberto Cerroni para a discussão de uma teoria do partido político chocam-se frontalmente com os de Duverger. Esse autor italiano defende a "necessidade teórica de estudar o partido socialista, o partido do socialismo, para compreender o partido moderno, mesmo para aqueles que não são socialistas ou que se posicionam contrários à perspectiva do socialismo"⁵. Cerroni localiza a origem dos partidos políticos modernos não só junto aos parlamentos (como propõe Duverger), mas também para reivindicá-los:

Não podemos, pois, procurar o significado teórico da existência do partido político nos clubes da Revolução francesa ou nos comitês eleitorais ingleses [...] É de fato o partido socialista que nasce também onde não existem os parlamentos modernos [...] Opto por estudar o partido político socialista porque ele se projeta como o protótipo histórico-teórico capaz de explicar o nascimento do partido político moderno e do moderno sistema político de partidos⁶

Minha preocupação principal, neste caso, é discutir as características gerais da produção documental de partidos políticos brasileiros recentes, ou seja, ligados de algum modo (mesmo por oposição) ao referencial do socialismo. Para tanto, é preciso distinguir os referenciais conceituais e históricos do termo *partido político*.

Partindo de tais premissas, Cerroni faz uma digressão sobre a história do movimento operário para explicar o nascimento do partido político proletário. Sem entrar no mérito das conclusões, ou da validade das premissas apresentadas por Cerroni, é importante ressaltar a diferença metodológica proposta por seu enfoque em relação à teoria tradicional dos partidos políticos. Em primeiro lugar, apresenta

3. Cf. DUVERGER, M. *Os partidos políticos*.

4. Id. *Ibid.*

5. CERRONI, U. *Teoria do partido político*, p. 11.

6. Id. *Ibid.*, p. 13-14.

uma contextualização do conceito *partido político* e uma distinção histórica em relação aos comitês dos séculos XVIII e XIX. Em segundo lugar, destaca os elementos informais em detrimento de um rígido formalismo parlamentar: o partido político cria o parlamento moderno e nasce com o movimento operário, antes mesmo de sua criação formal por meio de congresso de fundação.

Como forma de valorizar os elementos informais para a análise da produção documental das instituições político-partidárias em questão, priorizo, a título de exercício teórico, os agrupamentos clandestinos. Tais agrupamentos apresentam, entre as funções formais (ou normalizadas) e aquelas efetivamente desenvolvidas, uma defasagem infinitamente superior às instituições legalizadas, inseridas no sistema partidário formal. Não obstante, deve-se ressaltar que os agrupamentos legais muitas vezes exercem atividades que ultrapassam sua fachada normativa/formal. Nesse sentido, a análise das associações clandestinas justifica-se não só para a compreensão das atividades informais dos agrupamentos ilegais como também para o entendimento das atividades informais (ou extralegais) dos partidos legalmente constituídos.

As instituições político-partidárias clandestinas representam, pela própria condição de ilegalidade, indivíduos que têm a sua já restrita cidadania política cassada. Esses cidadãos, apesar da interdição formal, continuam atuantes no quadro político, exercendo um papel de relevo na sociedade. Sua influência se faz sentir tanto direta como indiretamente. No primeiro caso, vêm à tona as consequências imediatas do papel que desempenham como atores políticos (ainda que não autorizados legalmente). No segundo, sua ação pode ser notada nas respostas que provocam na opinião pública — particularmente nos *mass media* — e nas alterações políticas do regime, como decretos, leis e outras medidas, cujo objetivo principal é cercear e impedir, se possível, a ação desses atores.

A organização e o estudo da produção documental desses agrupamentos revestem-se, portanto, de um caráter de revisão histórica, na medida em que propõem possibilitar a construção de uma outra memória e recuperar o papel político que eles desempenharam. Contrapõe-se a isso um reconhecimento acadêmico superficial, muitas vezes *underground*, da ação de tais atores, que minimiza a importân-

cia de suas atividades no processo político global. Tal distorção é geralmente ocasionada pela tentativa de enquadramento conceitual em categorias formais restritas. Giovanni Sartori, por exemplo, no estabelecimento de uma tipologia de partidos políticos para a análise de sistemas partidários, exclui os grupos marginais ao sistema formal/legal com esta definição de partido político: "Qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que [se] apresente em eleições e seja capaz de colocar por meio de eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos".⁷ É preciso ressaltar que os partidos clandestinos continuam desempenhando um papel ativo no sistema partidário, quer englobados por outras legendas, quer agindo no movimento social. O fato de um partido não querer, ou não poder, apresentar candidatos em *eleições não-livres [sic]* não o inviabiliza como partido.

O arranjo arquivístico deve sempre procurar retratar as atividades reais das instituições e, na medida do possível, ser delas um espelho fiel para que haja uma contextualização da produção documental, conforme os moldes definidos pela teoria arquivística. A dificuldade encontra-se no fato de as funções realmente desenvolvidas por uma instituição — em especial nos partidos clandestinos, mas também nos partidos oficiais — serem diversas daquelas registradas ou explicitadas oficialmente. Sob esta perspectiva, a definição de partido político utilizada por Umberto Cerroni, apesar de ampla, parece mais adequada: "Conjunto que pode ser definido como uma máquina organizativa e um programa político estruturado e articulado".⁸ No caso, a tarefa do arquivista é procurar a aproximação máxima dessa "máquina" e desse "programa", tomando a devida precaução de utilizar as funções explicitadas formalmente apenas como referencial, e nunca como reflexo absoluto da realidade. Mesmo porque, em circunstâncias assim, as informações sobre as atividades desenvolvidas são escassas. Há um ocultamento deliberado das atividades ilegais efetivado pela mínima produção de documentos comprometedores e por sua sistemática eliminação.

A necessidade de analisar os partidos políticos fora de seus aspectos formais torna-se evidente ao se buscar na legislação referenciada

7. SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*, p. 85.

8. CERRONI, U. Op. cit., p. 13.

para o estabelecimento de funções ou estruturas típicas. O Artigo 17º da Constituição Federal de 1988, no parágrafo 1º, assegura aos partidos políticos "autonomia para definição da sua estrutura interna, organização e funcionamento"; no entanto, o inciso IV apresenta o seguinte preceito para os partidos políticos: "funcionamento parlamentar de acordo com a lei"⁹. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP, Lei 5682/71¹⁰) contrapõe-se ao artigo 17º da Constituição Federal, pois define detalhadamente a estrutura organizativa de um partido político que pretenda existir legalmente¹¹. Na análise dos estatutos de partidos brasileiros, verificou-se que, de modo geral, a estrutura preceituada pela LOPP é seguida fielmente. Ora, sua ação, notadamente dos mais radicais, certamente não corresponde a esse esquema rígido.

O novo Código Eleitoral, Lei 9096 de 19 de setembro de 1995, transforma completamente a LOPP, revogando-a. Essa nova lei regulamenta o Artigo 17º da Constituição Federal sendo bem mais flexível quanto à organização interna dos partidos políticos. O Artigo 14º dispõe que,

observadas as disposições constitucionais e as desta Lei, o partido é livre para fixar, em seu programa, seus objetivos políticos e para estabelecer, em seu estatuto, a sua estrutura interna, organização e funcionamento¹²

A únicas exigências da Lei 9096/95 são feitas no sentido de determinar o que o partido deve apresentar, para efeitos de fiscalização e transparência, sem fixar a forma que a estrutura interna deve assumir para cumpri-las. Mesmo sem impor a forma de organização interna dos partidos políticos, a Lei 9096/95 estabelece algumas restrições que, apesar de constituírem hoje apenas uma filigrana legal, inviabilizariam, do ponto de vista legal, partidos que quisessem adotar esquemas organizacionais já utilizados anteriormente no Brasil.

9. Brasil, Senado Federal, *Legislação eleitoral e partidária*, p. 12.

10. A LOPP ainda estava em vigor, com algumas atualizações e em vias de reformulação, à época da construção desse trabalho.

11. A resolução 15271 do TSE de 23 de maio de 1989 traz um interessante debate sobre a contradição existente em alguns pontos do artigo 17º da Constituição Federal e a LOPP. Ver *CADERNOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL*, n. 9, p. 43-49; 193-201, mar. 1990.

12. Brasil, Lei nº 9096, de 19 de setembro de 1995. Ver também Art. 3º

Essa lei proíbe, por exemplo, que o partido ministre instrução paramilitar ou adote uniforme para seus membros, a exemplo do que fizeram os integralistas¹³. Também impede o partido de se vincular a entidades estrangeiras, como foi o caso dos comunistas durante a III Internacional¹⁴. Outra modificação substancial é o estabelecimento do partido político como entidade de direito privado. Para os efeitos práticos da presente pesquisa, essas atualizações jurídicas ainda têm pouca influência, já que aos partidos formalmente constituídos antes de setembro de 1995 foi facultada a manutenção de seus estatutos, com pequenas adaptações, quando fosse o caso. Ainda é muito cedo para avaliar os efeitos da nova lei na organização interna dos partidos políticos. Se, por um lado, ela flexibiliza sua organização formal interna, por outro dificulta a criação de novas entidades ao ser mais rigorosa com os requisitos para o registro de um novo partido. Somese a esse fato que a criação e a regulamentação do Fundo Partidário, responsável pela dotação de verbas da União aos partidos oficialmente registrados, também são feitas pela mesma Lei. Isso significa que é mais prático, além de financeiramente mais interessante, adequar os partidos já existentes à nova lei do que fundar novos. Como decorrência, acredita-se que a situação de "padronização" estatutária imposta pela LOPP ainda se fará presente por alguns anos, a despeito de não mais se configurar como uma exigência legal.

Determinadas características da produção documental de partidos e associações políticas clandestinas, como as referidas anteriormente, podem ser observadas tanto em arquivos de partidos clandestinos brasileiros, caso do Partido Comunista do Brasil/Brasileiro (PCB), como em acervos diversificados, por exemplo os do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP). Também constatei que essas especificidades ocorrem até mesmo na produção documental de um partido de orientação ideológica diametralmente oposta aos agrupamentos anteriormente citados: os documentos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e, em sua posterior instituição legal de atuação parlamentar, do Partido de Representação Popular (PRP). A semelhança da produção documental de partidos divergentes do ponto de vista ideológico, como o PCB e a AIB, por exemplo, corrobora

13. Id. *Ibid.*, Arts. 6º e 28º

14. Id. *Ibid.*, Arts. 5º, 28º e 31º

ra a asserção de Umberto Cerroni de que mesmo os partidos que não assumem a bandeira do socialismo acabam por se definir do ponto de vista organizacional e tático, em função dos partidos do socialismo¹⁵.

Ao proceder à análise de um conjunto significativo de documentos produzidos por partidos políticos clandestinos, notei que a condição de ilegalidade/clandestinidade de tais agrupamentos políticos condiciona a produção documental às suas necessidades objetivas, sem qualquer preocupação jurídico-legal. Por falta de outras referências, os partidos clandestinos adotam uma terminologia documental muito semelhante àquela utilizada administrativamente (oficial). Por exemplo, proliferam documentos denominados atas, informes, pareceres, relatórios etc., no entanto nem sempre fiéis à diplomática administrativa e tampouco destinados às mesmas funções. O que ocorre, de fato, é uma falta de padronização rígida no tocante à produção documental. Verificam-se grandes variações temporais e conjunturais nos objetivos imediatos e no alcance dos documentos, tanto interna como externamente. Tal multiplicidade existe não só entre os diferentes partidos como também entre as diversas gestões de cada entidade.

Os conjuntos documentais provenientes de instituições partidárias, sobretudo as clandestinas, depositados em arquivos, centros de documentação e outras entidades similares em geral são constituídos por documentos cujos objetivos principais foram a mobilização e a conscientização social. É interessante notar que os documentos ligados a atividades cotidianas de infra-estrutura material, indispensável suporte para a ação política propriamente dita, como aluguel de sede ou compra de café, por exemplo, raramente sobrevivem em um acervo com essas características. Resta saber se seu desaparecimento ocorreu durante o tortuoso caminho percorrido pelos documentos de tais entidades até sua chegada a um centro de documentação ou se foram descartados no momento da seleção documental feita pelas instituições de preservação antes da organização dos documentos. Na maioria dos casos, tais acervos compõem-se de instrumentos de amplo alcance e circulação, como periódicos, panfletos, volantes etc. No Brasil, esses documentos "triviais" tendem a ser menosprezados pelos documentalistas responsáveis pela preservação e difusão científica.

15. Cerroni, U. Op. cit., p. 11.

Normalmente são generalizados no arranjo, sem a devida discriminação funcional, em uma cômoda série, cuja denominação — *diversos* — não é indicativa de coisa alguma.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), em seu manual de procedimentos técnicos de 1986, definiu a série *diversos* como:

integrada pelos documentos que não se adequam às demais séries. [...] Assim, em um arquivo organizado a partir do critério espécie de documentos, integrarão esta série cartões de visita, cartões de restaurantes, folhetos de propaganda, notas avulsas, panfletos, recibos diversos etc.¹⁶

Ora, se documento de arquivo é aquele que está contextualizado na própria função geradora, uma série *diversos* dilui e dispersa o registro sistematizado dessas atividades. Contextualizar os documentos arquivísticos significa que cada um deverá ser agrupado somente com aqueles que foram originados pela mesma atividade, podendo constituir séries documentais tipológicas se cada espécie documental específica for inserida nas respectivas funções geradoras¹⁷.

Apesar de o CPDOC não haver proposto sua metodologia de organização documental como modelo geral a ser utilizado, ela vem sendo largamente adotada em todo o país, inclusive em outras modalidades de acervo que não os de documentos pessoais. Muitos arquivos simplesmente aplicam os procedimentos de outra instituição, elaborados para uma realidade específica diversa, sem o menor questionamento de viabilidade, revelando o baixo nível de formação crítica dos documentalistas em geral. O CPDOC parece deixar bem claro os parâmetros que norteiam sua atividade: a ilusão de que o tratamento exaustivo dos documentos, auxiliado pelo computador,

16. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Procedimentos técnicos em arquivos privados*, p. 11-12. Grifos meus. Ver também MOREIRA, R. *Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais*, p. 32. Na versão reformulada deste manual (1994), o CPDOC não mais apresenta as definições das séries, porém cita, sem explicar, a existência de uma série "diversos" (p. 3). CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados*.

17. Cf. BELLOTTO, H. Tipologia documental em arquivos. Cf. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Cf. *Dicionário de terminologia arquivística*. Esse ponto será abordado melhor no capítulo seguinte.

tornará viável o "retorno à tradição francesa do tratamento peça a peça", que foi, confessadamente, a base de seu trabalho desde a criação do Setor de Documentação¹⁸. Essa perspectiva tão-somente expressa certo positivismo informatizado, cujos riscos já foram apontados por Jacques Le Goff¹⁹. O material apresentado ao consultente nessas condições é absolutamente restrito e exige do pesquisador, se ele for consciente de tal fato, a busca exaustiva em praticamente todos os documentos disponíveis à consulta, em vez de selecionar as fontes de trabalho pelos instrumentos de pesquisa. Esse problema se agrava ao se lidar com conjuntos documentais muito volumosos e/ou no caso de fundos de instituições cujo funcionamento orgânico é mal conhecido (ou mal transportado para o arranjo), como os partidos políticos clandestinos.

Como exemplo do exposto, cito a busca de documentos produzidos pelo PCB no fundo Octávio Brandão no Arquivo Edgar Leuenroth. A procura desses documentos é, no início, facilitada pelo inventário, já publicado, desse fundo (cuja organização segue o manual do CPDOC), pois possibilita, em teoria, a seleção do material a ser consultado²⁰. Porém, a busca dos documentos gerados pelo PCB ou por seus membros, no exercício de atividades partidárias, mostra-se problemática. Uma vez que a origem não foi considerada plenamente no estabelecimento das séries documentais, os documentos orgânicos do PCB encontram-se dispersos ao longo das diversas séries que compõem o arranjo. Torna-se indispensável, portanto, uma leitura cuidadosa de todos os verbetes do inventário (que nem sempre fazem referência à entidade produtora) e, posteriormente, um exame exaustivo dos documentos. Nesse caso, a organização do fundo não permite que o pesquisador trabalhe com séries documentais. Ao contrário, impõe o acesso a documentos individualizados, sem levar em conta, inclusive, o princípio arquivístico de respeito à ordem original²¹.

A questão do direito à construção da memória situa a organização documental, devido às intervenções presentes nesse processo, acima da efetivação do acesso público aos documentos, como garan-

tia ao cidadão do acesso às fontes que podem informar sobre o seu passado. Diante disso e em função das particularidades dos acervos de instituições político-partidárias clandestinas, a opção por um arranjo documental funcional, em vez do já tradicional arranjo estrutural, constitui o único modo de adequar a organização desses documentos às atividades efetivamente desenvolvidas. Ou seja: permite identificar no arranjo documental os circuitos entrecruzados de Michelle Perrot, que significam, tão-somente, a recomposição dos limites do horizonte da hermenêutica. Um arranjo estrutural revela-se bastante problemático pelo fato de as entidades não terem, ao longo de sua existência, uma estrutura organizativa rígida e duradoura. Nos partidos clandestinos observados, essa estrutura, além de não ser definida claramente (muitas vezes é intencionalmente camuflada), vê-se alterada constantemente em função das mudanças no cenário político e das reformulações na linha ideológica interna, fenômeno característico de qualquer organismo partidário.

O caráter eminentemente político das atividades de seleção e organização insere a preservação de fontes documentais para a memória e para a história no contexto das lutas sociais. Os critérios adotados como socialmente válidos privilegiaram os testemunhos dos grupos dominantes na construção ideológica da sociedade por eles promovida. Os vestígios da atuação de outros sujeitos históricos são apagados, sendo-lhes recusado o direito ao próprio passado e, consequentemente, à própria cidadania. Como resposta a esse quadro, alguns atores políticos marginais ao sistema decisório passam a organizar os seus próprios arquivos e centros de documentação, visando garantir a existência de sua história enquanto memória para o futuro, pois, como observa François Furet, citando Charles Tilly, "toda revolta que escapa à repressão escapa à história"²². As entidades surgidas sob essa perspectiva desenvolvem sistemas de organização documental e de classificação próprios, voltados exclusivamente às suas necessidades práticas, apresentando um caráter de oposição aos padrões acadêmicos do tratamento da informação²³.

18. Cf. MOREIRA, R. Op. cit., p. 32-35.

19. Esse ponto está melhor discutido no segundo capítulo.

20. Ver *Inventário analítico do acervo Octávio Brandão*.

21. Ver DUCHEN, M. O respeito aos fundos em arquivística.

22. FURET, F. O quantitativo em história, p. 56.

23. Ver como exemplo CENTRO DE PASTORAL VENCENHO. *Nosso trabalho em documentação*.

Nesse sentido, é mister a criação de instrumentos que permitam a contextualização dos documentos produzidos pelos partidos políticos. Somente a transparência e a eliminação de ambigüidades na organização documental arquivística possibilitariam o estabelecimento dos limites da utilização dos documentos de partidos políticos na análise histórica.

No entanto, a conservação, bem como a abertura ao acesso público, de documentos recentes de partidos clandestinos — ou de outros atores que desenvolveram uma atividade questionadora e transformadora da ordem social vigente —, apresenta um delicado e ainda não resolvido problema: como manter organizados os conjuntos documentais, sem perder a coerência do acervo, se estes podem colocar em risco a integridade física das pessoas envolvidas?

Tipologia Documental na Arquivística

Antes de entrar na discussão a respeito da tipologia documental, convém fazer uma breve conceituação teórica do arquivo e do arranjo arquivístico. Para ambos os casos partiu-se, como já foi dito, do princípio da proveniência, ou respeito aos fundos¹. Nesse sentido, a definição de arquivo proposta por Marilena Leite Paes, sobretudo no que tange à questão da organicidade dos documentos, é bastante operacional:

Designação genérica de um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, caracterizado pela natureza orgânica de sua acumulação e conservado [...] para fins de prova ou informação²

A definição proposta pelo *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* da Associação dos Arquivistas Brasileiros também concorda com esses termos, uma vez que segue o mesmo princípio — o da proveniência — como norteador:

Conjunto de documentos que [...] são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor³

1. Ver a respeito DUCHEN, M. O respeito aos fundos em arquivística., Associação dos Arquivistas Brasileiros. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. e Dicionário de terminologia arquivística.*

2. PAES, M. *Arquivo: teoria e prática*, p. 7.

3. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Op. cit., p. 16-17.

O aspecto mais importante que se extrai dessas definições é o papel contextualizador do arquivo em relação a seus documentos. A contextualização reside na manutenção da organicidade do processo de acumulação/geração dos documentos pelo titular do arquivo. Nesse sentido, não existem documentos isolados no arquivo; são todos necessariamente relacionados com outros, integrantes da mesma atividade dentro da organicidade de sua produção.

No entanto, algumas instituições optam por organizar os arquivos em séries definidas a partir do conteúdo e/ou da espécie documental⁴. A separação dos documentos por esses critérios não garante, necessariamente, sua contextualização com a atividade produtora, pois não associa a série a uma função ou atividade. Os conteúdos podem apresentar diversas superposições, e determinadas espécies documentais (atas e relatórios, por exemplo) costumam repetir-se ao longo de atividades distintas.

O grande problema posto para a arquivística é a efetivação desse princípio teórico, pois muitas vezes tal organicidade revela-se de difícil identificação nos documentos. O arranjo, ou seja, a organização física dos documentos de um fundo de acordo com o princípio da proveniência e com a organicidade da entidade produtora do arquivo, apresenta muitos problemas em sua aplicação prática. Na arquivística não existem normas ou tabelas definidas *a priori* (como na biblioteconomia), mas somente princípios norteadores.

Determinados autores, como Elio Lodolini, por exemplo, defendem a ideia de que se um mesmo arquivo for organizado por dois arquivistas, em momentos diferentes, os arranjos apresentados deverão ser quase idênticos⁵. Particularmente, creio que essa equivalência dificilmente ocorrerá; nem por isso os arranjos, ou até mesmo a arquivística como um todo, estarão sob suspeita. A exigência para que os pressupostos teóricos sejam válidos é que tais arranjos reflitam a organicidade da entidade geradora do fundo documental, que, aí sim, deverá ser a mesma para ambos os casos. O arranjo deve garantir a

devida contextualização dos documentos arquivísticos, resgatando as funções e atividades geradoras dos documentos e respeitando o princípio da proveniência. Para tanto, usam-se duas modalidades de arranjo: o estrutural e o funcional⁶. Algumas instituições chegam a propor outros tipos de arranjo, fundados em assuntos, localização geográfica, cronologia etc. A meu ver essas soluções "alternativas" desviam-se da definição conceitual de arquivo ao descartar as funções originais dos documentos como critério basal da organização arquivística e não garantem uma contextualização documental correta.

O arranjo estrutural baseia-se na estrutura organizativa das entidades produtoras. Desse modo, as primeiras subdivisões do fundo documental, o grupo e o subgrupo, serão definidas de acordo com um organograma. Por exemplo: o fundo documental da empresa "X" não pode ser misturado com os documentos da empresa "Y"; ainda que sejam, do ponto de vista informativo-temático, semelhantes (princípio da proveniência). No entanto, dentro de cada fundo, os documentos devem ser separados de acordo com suas funções geradoras. Assim, pelo método estrutural, os grupos e subgrupos seriam formados pelos departamentos e divisões administrativas de cada empresa, para, daí, dar-se a alocação dos documentos em séries documentais, refletindo as atividades específicas de cada setor administrativo. O princípio básico da organização burocrática, subdividida em setores administrativos — departamentos, divisões, seções etc. —, é que esses organismos referem-se a atividades específicas da mesma instituição, daí a necessidade de sua separação. Isso significa que, apesar do arranjo estrutural não se fundar diretamente nas funções geradoras dos documentos, estas estão, implicitamente, contempladas.

O arranjo estrutural costuma ser, sem dúvida, o mais adotado, dada a sua relativa facilidade: basta seguir a estrutura administrativa expressa no organograma para se obter o quadro de arranjo. Nesse caso, o exemplo citado anteriormente dos dois arranjos iguais para um mesmo fundo é perfeitamente factível e desejável. Entretanto, essa modalidade de arranjo apresenta diversos problemas quando ocor-

4. Cf. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados*, p. 2.

5. Ver LODOLINI, E. El problema fundamental de la archivística.

6. Para uma discussão mais aprofundada em torno da questão teórica dos métodos funcional e estrutural, ver TESSERON, V. Arranjo: estrutura ou função? Ver também LO SCHIAVO, R. *Rotário para organização de arquivos de entidades de classe*. Uma opção funcional, p. 21-28.

rem mudanças no organograma, com a criação, a supressão, o desmembramento e/ou a fusão de setores.⁷ O arranjo estrutural também mostra-se problemático para arquivos de entidades informais ou de estrutura administrativa mal conhecida, tais como pessoas, empresas que não se utilizam de organograma⁸, administrações altamente informatizadas⁹ ou entidades que exercem atividades clandestinas ou extralegais (determinados partidos políticos, por exemplo).

Se o arranjo estrutural parte do princípio de que a estrutura administrativa é um reflexo das funções desenvolvidas pela entidade, o arranjo funcional não supõe tal relação direta. Deve-se entender a estrutura administrativa como efêmera, em contraposição à durabilidade e permanência das funções de cada entidade. Também há que se relevar que sempre existirão atividades informais, não contempladas na estrutura administrativa, sendo exercidas continuamente. Como meio de viabilizar o arranjo funcional surgiram os estudos de tipologia documental, que buscam uma definição de *tipo documental* capaz de assegurar, livre de ambigüidades e com um mínimo de subjetividade, a contextualização dos documentos de arquivo.

A tipologia documental é hoje um dos mais instigantes e importantes temas para uma renovação teórica da arquivística. Como indicativo dessa transformação, tem-se a própria evolução do conceito de *tipo documental*, anteriormente encontrado na literatura com inúmeras variações conceituais entre diversos autores¹⁰. As primeiras definições aproximavam-se daquilo que hoje denominamos *gênero, espécie, formato*

7. Michel Duchein apresenta soluções completas para esse tipo de ocorrência indicando quais os passos que o arquivista deve seguir para cada caso. Ver DUCHEIN, M. Op. cit.

8. Com relação a empresas sem organogramas administrativos ver SELLER, R. *Virando a própria mesa*, p. 260-261.

9. Administrações altamente informatizadas podem gerar documentos multivalentes graças a computadores ligados em rede, sendo impossível determinar com precisão, para efeito do arranjo, o setor administrativo produtor. José Maria Jardim cita que em 1974 o Arquivo Nacional da Austrália indicava multiproveniência em 27% das séries documentais. Ver JARDIM, J. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos, p. 254-255.

10. Manuel Vazquez apresenta um panorama do uso do termo tipologia documental pelos autores clássicos da arquivologia. Ver VAZQUEZ, M. Reflexiones sobre el termino 'tipo documental'.

etc., ou uma mescla desses conceitos¹¹. No entanto, os estudiosos que se preocuparam com esse tema sempre estiveram buscando uma conceitualização capaz de definir o documento em sua essência arquivística, isto é, como parte integrante de um conjunto de outros documentos gerados naturalmente no exercício das mesmas atividades. A particularidade do documento arquivístico, ao mesmo tempo único e múltiplo (quando inserido na série documental), representou um desafio a ser superado na tentativa de conceitualização do *tipo documental*.

O texto da Profa. Heloisa Bellotto, publicado em 1990, pode ser considerado um marco da literatura arquivística nacional sobre tipologia documental¹². Os conceitos ali desenvolvidos representam uma reformulação de um texto seu anterior, de 1982, e acabaram por ser incorporados ao *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* e mantidos na segunda versão desta obra¹³. Propõe-se que *tipo documental* passe a ser definido pela espécie documental somada à função que a produziu, criando séries tipológicas, isto é, cada tipo documental equivale a uma série documental. No dicionário de 1990, a definição de *série* já incorporava esse conceito:

Unidade do quadro de arranjo que corresponde a uma seqüência de documentos relativos à mesma função/atividade ou ao mesmo *tipo documental*, seja como divisão do fundo, do grupo ou do subgrupo.¹⁴

O caminho aberto por essa associação — entre a série e o tipo, e entre a espécie e a função — pôde se consolidar quatro anos mais tarde, no dicionário de 1996, com uma definição de série muito mais enxuta, precisa e radical: "Seqüência de unidades de um mesmo *tipo documental*"¹⁵.

Essa nova conceitualização, apesar de aparentemente modesta, foi fundamental para uma renovação dos procedimentos arquivísticos

11. Para uma definição desses conceitos, ver ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Op. cit., ou *Dicionário de terminologia arquivística*.

12. BELLOTTO, H. Tipologia documental em arquivos.

13. Ver Id. Tipologia documental em arquivística. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Op. cit. e *Dicionário de terminologia arquivística*.

14. Associação dos Arquivistas Brasileiros. Op. cit., p. 98. Grifos meus.

15. *Dicionário de terminologia arquivística*, p. 69. Grifos meus.

adotados no Brasil e para a solução de muitos problemas diante dos quais os métodos tradicionais já começavam a apresentar sinais de esgotamento. O avanço dessa problemática — e a importância dos estudos de tipologia documental — pode ser notado nos arquivos municipais espanhóis, que, desde meados da década de 1980, fazem um trabalho conjunto buscando padronizar um arranjo documental tipológico.¹⁶

A proposta de que o arranjo funcional não seja paulado somente pelas funções dos documentos, mas também pelas espécies documentais, isto é, um arranjo tipológico, requer o estabelecimento prévio de tipologias documentais específicas a cada modalidade de acervo, de acordo com sua própria natureza. Assim, os partidos e associações políticas deverão ter um instrumento metodológico próprio, que será diferente daqueles destinados, por exemplo, à organização dos acervos das entidades de classe¹⁷ ou dos arquivos pessoais¹⁸. A confecção de tal instrumento é complexa, pois supõe uma identificação preliminar das funções desempenhadas, principalmente no nível formal/legal, para, a partir daí, identificar nos documentos as espécies presentes em cada função principal, bem como determinar outras funções além do nível formal/legal. Com a conjunção desses elementos pode-se elaborar a tipologia documental e, por extensão, séries tipológicas. O caráter particular aqui proposto para cada modalidade de acervo evita que se caia no que Raymond Grew denominou "fallacy of misplaced concreteness", risco inerente a uma comparação de universos semelhantes (arquivos privados) que, na realidade, pasteuriza as características de cada elemento, transpondo variáveis específicas de um dos termos para o outro.¹⁹

16. Como exemplo do esforço conjunto de diferentes arquivos municipais espanhóis ver: GRUPO DE TRABAJO DE ARCHIVOS MUNICIPALES DE MADRID. *Manual de tipologia documental de los municipios*. GRUPO DE ARCHIVOS MUNICIPALES DE MADRID. *El expurgo en los archivos municipales*. Id. *Tipología documental municipal 2*. Id. *Una propuesta de reglamento-tipo para archivos municipales*. Para maiores informações sobre o caminho percorrido por esses arquivistas espanhóis, ver RODRIGUEZ BARRERO, J. El trabajo en grupo y la organización de un archivo municipal.

17. Como exemplo de organização funcional de acervo de entidade de classe, ver LO SCHAWO, R. Op. cit.

18. Como exemplo de organização funcional de acervo pessoal, ver CAMARCO, A. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição.

19. GREW, R. On the current state of comparative studies, p. 329.

Somente o arranjo tipológico transparente quanto aos critérios empregados permite a efetiva contextualização dos documentos, além de deixar claros os limites de seu uso. O pesquisador pode, desse modo, perceber o quadro completo do funcionamento das instituições cujos documentos está analisando. As séries tipológicas podem ser elaboradas em uma perspectiva de longa duração, o que significa balizar o arranjo na permanência das funções²⁰. Em vez de somente traçar detalhadamente todas as mudanças organizacionais ocorridas, o arquivista deve se preocupar com as lentas modificações das atividades executadas²¹. Enquanto as funções permanecem quase inalteradas, as espécies documentais sofrem mudanças constantes devido às transformações tecnológicas e às novas necessidades burocráticas. Dessa forma, o arranjo estrutural dos documentos produzidos pela administração de uma cidade brasileira, São Paulo por exemplo, encontra como referência básica, por um longo período de tempo, um único e gigantesco fundo — Câmara Municipal. Em contrapartida, nota-se que as funções executadas pela administração imperial não só eram bastante diversificadas, mas também se estenderam no tempo, a ponto de se identificarem com as que a Prefeitura hoje desenvolve. Isso significa que o arranjo tipológico permitiria ao pesquisador analisar uma cidade como São Paulo sob a ótica de uma continuidade de quase quinhentos anos, percebendo as alterações administrativas por meio da supressão de antigas funções ou do surgimento de novas.

As deficiências do método estrutural para a organização do sistema municipal de arquivos da cidade de São Paulo estão indicadas no trabalho, ainda inacabado, da Secretaria Municipal de Cultura:

Durante mais de sessenta anos, a administração municipal esteve estruturada, formalmente, em um organograma extremamente simplificado e praticamente sem especificação de funções, resultante da velha Lei Imperial de 1º de outubro de 1828. Esse organograma, entretanto, abso-lutamente não reflete toda a multiplicidade de funções exercidas pelos membros da Câmara que administravam a cidade. Na prática, um peque-

20. Para uma rediscussão do clássico texto de Fernand Braudel, ver VOVELLE, M. *A história e a longa duração*.

21. Em última instância, o extenso arrolamento de todas as mudanças administrativa é a única saída para a execução de um arranjo nos moldes estruturais. Para maiores informações ver DUCHENIN, M. Op. cit.

no conjunto de vereadores, juizes, procuradores e funcionários tinham atribuições que mais tarde seriam objeto de intendenças, diretorias, divisões, departamentos e secretarias?²¹

Os arquivos municipais podem servir como exemplo dessa contextualização mais duradoura, dado que os municípios tendem a se configurar, uma vez criados, como instituições perenes. No Brasil existem, proporcionalmente, poucos municípios que sejam pelo menos bicentenários. Porém, isso se inverte quando se enfocam os municípios europeus, onde não é raro somente estimar a data inicial de ocupação da cidade por meio de prospecções arqueológicas. A história administrativa de tais municípios costuma se estender, com frequência, por mais de meio século. É justamente para conseguir dar conta da organização documental desse tipo de município que o Grupo de Arquivos Municipales de Madrid elaborou sua proposta de tipologia documental. Atualmente, essa tipologia de arquivos municipais tem sua utilização voltada para os respectivos arquivos correntes, o que não impede sua correspondência com documentos de valor permanente²². O trabalho de Mariano García Ruipérez e de María del Carmen Fernández Hidalgo sobre *pósitos* municipais é exemplar nesse sentido, fazendo a correspondência do contexto funcional de tipos documentais que perduram desde 1584, incluindo aí todas as modificações legais quais passaram os *pósitos*²⁴. Na mesma direção, Fernando Pino Rebollo faz uma detalhada análise e descrição dos tipos documentais típicos dos municípios espanhóis dos séculos XII ao XVII²⁵. Os estudos de tipologia documental dos arquivos espanhóis, seja por sua tradição documental, seja pela longa continuidade de seus acervos, são extremamente detalhados; abrangendo todas as etapas que compõem a vida de cada documento. Sob essa ótica, tais estudos se

22. Barros, L. e Moizo, R. Formação administrativa da cidade de São Paulo, 1554-1954, p. 28.

23. Um exemplo dessa continuidade pode ser visto no Arquivo Municipal do Ayuntamiento de Toledo (Espanha), que congrega na mesma série as atas da Câmara Municipal desde o século XVI até os dias de hoje.

24. *Pósito* é uma espécie de silo municipal espanhol instituído no século XVI, com a finalidade reguladora do mercado local de grãos. Essa instituição passa por várias alterações até se converter, no século XX, em uma espécie de crédito rural. Ver FERNÁNDEZ HIDALGO, M. e GARCÍA RUIPÉREZ, M. *Los pósitos municipales y su documentación*.

25. Ver PINO REBOLLO, F. *Tipología de los documentos municipales*.

aproximam até de uma conceitualização diplomática dos documentos, na medida em que os elementos internos típicos de cada tipo documental, quando possível, também são minuciosamente analisados.

No caso brasileiro, a ausência de uma tradição arquivística não permite tal nível de profundidade. Mesmo assim, a adoção de arranjos funcionais-tipológicos começa a ser adotada como uma solução viável para a contextualização de fundos documentais para os quais o método estrutural é problemático. Tais acervos costumam apresentar pelo menos uma das seguintes características: a) vasta extensão temporal; b) freqüentes mudanças administrativas; c) dispersão dos documentos; d) existência significativa de atividades informais. Como exemplo têm-se arquivos municipais²⁶ (características a, b, c), eclesiásticos²⁷ (características a, c), de entidades de classe²⁸ (características b, c, d²⁹) e políticos (características b, c, d³⁰). Em todos esses casos o arranjo elaborado se propõe a dar conta não só das atividades-fim como também do dia-a-dia das instituições (atividades-meio). É preciso não esquecer que os documentos de arquivo são produzidos no exercício das atividades da instituição. Portanto, o arranjo deve sempre procurar reconstruir essas atividades originais por meio de suas séries documentais. Como pode ser visto nos documentos da função "controle da infra-estrutura da sede", o momento de desarticulação do PCB, com as resoluções sobre sua transformação em Partido Popular Socialista (PPS), aparece no arranjo, sintomaticamente, com sucessivas cobranças de contas atrasadas (telefone, aluguel, funcionário etc.)³¹. Assim, apesar de tais documentos estarem relacionados à transformação do PCB em PPS, eles são, antes de mais nada, registros de

26. Ver Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. *Guia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto*. O Arquivo do Município de Amparo, antes de ser englobado pela biblioteca municipal em 1994, chegou a ensaiar os primeiros passos na direção de um arranjo tipológico. Cf. Lopez, A. A implantação do Arquivo do Município de Amparo.

27. Ver RODRIGUES NETO, J. *Caracterização tipológica dos documentos da província franciscana inaciada Conceição do Brasil*.

28. Ver LO SCHIAVO, R. Op. cit.

29. Dependendo do sindicato, seu acervo pode também apresentar um grande espectro cronológico, conforme os casos estudados por Rita Lo Schiavo. Ver *Id.* Ibid.

30. No caso brasileiro, somente o Partido Comunista apresenta, até o momento, uma grande continuidade temporal.

31. Ver aqui *Parte 3*.

uma atividade cotidiana do partido, e foram organizados como tal. Essas experiências rompem com o formalismo burocrático das entidades produtoras dos arquivos. Permitem compreender, de modo mais preciso, tanto o funcionamento dessas instituições — graças a uma melhor definição das funções geradoras de documentos — como o significado dos registros documentais — por uma correta contextualização destes em séries tipológicas. O estabelecimento de tipologias documentais específicas para diferentes modalidades de acervos, além de permitir uma correta contextualização documental, tende a ser transformadora de determinadas práticas arquivistas.

A persistência e a ampla difusão do método estrutural de arranjo arquivístico, o qual não insere os documentos num processo de continuidade — pelo contrário, forma um sistema de rupturas —, provavelmente estão relacionadas à tradição ocidental que sempre encarou a história como uma ciência do passado. Nesse sentido, o passado representa aquilo que deve ser sepultado, que não exerce mais qualquer influência na sociedade presente. O hábito de separar, primeiro, o presente do passado e, posteriormente, este passado, dividindo-o em períodos cronológicos (Antiguidade, Idade Média, História Moderna, História Contemporânea) que marcam a ruptura de um novo tempo com aquele que o precedeu, faz uma triagem entre o que pode ser compreendido e o que deve ser esquecido "para obter a representação de uma inteligibilidade presente" e conseguir uma vitória, ainda que efêmera, sobre a morte³². Contrapondo-se a essa ótica, encontra-se também a *nouvelle histoire*, que coloca em xeque o conceito tradicionalmente aceito da história como "ciência da autoridade do passado e consciência do tempo" e propõe uma nova definição: "ciência da mudança, da transformação"³³. Para atingir essa renovação, é fundamental que a história passe a se colocar nos termos da longa duração braudeliana, de forma a poder considerar a experiência humana como um processo de continuidades, em vez de vê-la atada às tradicionais rupturas³⁴. Concorre para isso a renovação das meto-

dologias de organização documental, especialmente aquelas que inserem o documento de arquivo em uma contextualização mais longa.

A renovação dos arquivos deve começar pela maneira como os documentos, no sentido definido anteriormente, são incorporados aos acervos, não mais identificados como depósitos de papéis velhos e empoeirados. Por que manter a clássica diferenciação entre arquivo, biblioteca, hemeroteca e setor de audiovisuais, a partir dos aspectos formais dos documentos sob sua custódia³⁵. Por que não contextualizar um livro nas funções para as quais ele foi escrito (ou adquirido) em vez de fragmentar essa informação em referências temáticas (biblioteconômicas)?

O surgimento de uma "nova arquivística" — capaz de realizar arranjos funcionais para que possam ser enxergados os circuitos entrecruzados de Michelle Perrot — é fundamental para atender às recentes demandas da história, pois, segundo Le Goff, "há sempre uma relação entre o tipo de história que se pratica e o tipo de documentação que o historiador tem à sua disposição"³⁶. Cabe observar que também a forma como esses documentos se apresentam ao historiador tem uma influência decisiva. Para Certeau, o trabalho do historiador assemelha-se à transformação de matérias-primas, feitas com o minério já refinado, em produtos *standard*. Entretanto, devemos observar que a qualidade de refino deste minério influencia todas as operações subsequentes³⁷.

A adequação dos arquivos à revolução documental, juntamente com a adoção de metodologias funcionais, permite a aproximação mais efetiva da história das mentalidades, ao refletir o cotidiano das entidades produtoras dos documentos. Como observa Le Goff, "o nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano e do automa-

32. Cf. CERTEAU, M. *A escrita da história*, p. 15 e ss.

33. Le Goff, J. e Nora, P. Apresentação, p. 15.

34. Entender a história em um processo de longa duração não significa inseri-la em um processo de transcendências sem mudanças bruscas. Michel Vovelle, ao tentar conciliar revolução e longa duração, parece indicar um bom caminho a seguir. Cf. VOVELLE, M. Op. cit.

35. As instituições que promovem esse tipo de separação do acervo sempre procuram preservar sua integridade por meio de um sistema de remissivas. No entanto, a simples adoção de códigos para integração de espécies diferentes ao mesmo fundo não me parece ser suficiente para garantir a contextualização dos documentos, uma vez que espécies diferenciadas podem fazer parte da mesma função.

36. Le Goff, J. *Reflexões sobre a história*, cap. 3: A nova história, p. 63-101, p. 64.

37. Cf. CERTEAU, M. A operação histórica, p. 29.

tico, é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento³⁸. Do mesmo modo, os arquivos devem ser reveladores das atividades efetivamente desenvolvidas pelas instituições (ou pessoas) ao longo da sua existência, revalorizando, desse modo, os elementos informais (ao lado dos normativos) como único meio de inserir corretamente os documentos em seu contexto de produção, permitindo assim uma interpretação histórica nos moldes propostos pelo perspectivismo histórico. O estabelecimento de tipologias documentais é fundamental para que esse processo possa ocorrer, representando os primeiros passos em um vasto caminho.

2ª PARTE

A PROPOSTA

38. Le Goff, J. *As mentalidades: uma história ambígua*, p. 71.

Percurso da coleta e informatização dos dados

A coleta de dados foi feita nos diversos conjuntos documentais arrolados nos *conjuntos documentais pesquisados* com o preenchimento das informações em ficha de coleta-elaborada especialmente para este fim.

Conforme já foi alertado, minha proposta de tratamento de documentos produzidos por partidos e/ou associações políticas buscou a abertura de caminhos de trabalho baseados no levantamento de ocorrências. Nessa medida, a coleta de dados não teve preocupação com o esgotamento das fontes e sim com uma ampla prospeção horizontal — nos sentidos ideológico, cronológico e institucional — na busca de ocorrências e possibilidades. Para tanto, afora o fundo Octávio Brandão e os documentos do PCB-Pinheiros — estes últimos por terem sido organizados de acordo com a tipologia proposta —, limitei-me a uma amostragem panorâmica dos demais conjuntos documentais pesquisados, com o recolhimento de informações por meio de ficha de coleta elaborada especialmente para este fim (ver ficha e explicação).

Posteriormente à coleta de dados, todas as fichas passaram por uma revisão feita com o intuito de padronizar seu preenchimento, que apresentava significativas variações num item crucial: o campo “objeto/função”. As informações anotadas tinham forma diversa e entendiam “objeto/função” no sentido específico de cada documento isolado. O problema (que estava somente sendo adiado) era a não-correspondên-

cia das funções anotadas na ficha de coleta com as levantadas previamente, a partir de leituras teóricas em um quadro de funções.

Por exemplo, um panfleto eleitoral — que apresenta o candidato e suas idéias, o partido e seu programa e no final pede o voto do eleitor — estava sendo relacionado, na ficha de coleta, à função de angariar votos para eleição, enquanto no quadro de funções seria associado a agitação e propaganda. Para solucionar o problema dessa dupla função, passei a distinguir, para os fins de preenchimento da ficha de coleta, "objetivo" de "função". O primeiro refere-se ao objetivo imediato do documento: *angariar votos*. A segunda diz respeito à função do documento em uma perspectiva mais ampla (função mediata): *agitação e propaganda*. Tais mudanças vieram a ser anotadas no mesmo campo da ficha de coleta: o "objetivo" nas linhas superiores e a "função" logo abaixo, sendo impossível confundir-las, mesmo porque as funções passaram a apresentar uma variação vocabular muito restrita. Esse procedimento permitiu reformular o quadro do levantamento teórico a partir de uma experiência empírica. Assim, além de novas funções terem sido incluídas, as já existentes foram redefinidas, agregadas ou separadas¹. O tratamento diferenciado entre "objetivo" e "função" ainda possibilitou o início da elaboração dos tipos (ou séries) documentais, uma vez que me obrigou a identificar funções específicas em cada subgrupo ou organismo dos documentos pesquisados.

Os dados coletados na ficha manuscrita foram, em um segundo momento, digitados em fichas informatizadas, garantindo uma precisão maior à pesquisa. Essa etapa serviu como uma revisão do procedimento inicial, além de possibilitar, na medida em que a contextualização mínima dos documentos já havia sido realizada, uma dedicação maior à padronização dos aspectos formais dos dados armazenados, como o controle vocabular, por exemplo. O momento da informatização e sistematização também foi utilizado para promover o cotejamento das funções observadas nos documentos com aquelas levantadas teoricamente no quadro de funções, permitindo, assim, uma reformulação constante tanto do quadro de funções como das funções levantadas na coleta com a ficha manuscrita.

1. Esse quadro de funções, que passou por inúmeras reformulações, está transcrito na íntegra no capítulo seguinte.

O cotejamento de informações similares, possibilitado pelo cruzamento e pela ordenação dos campos informatizados da ficha tipológica de coleta, revelou-nos diversas incongruências quanto aos dados coletados, principalmente nos anexos do projeto *Brasil: nunca mais*, no Arquivo Edgar Leuenroth. A própria natureza daquele conjunto de documentos impediu a devida contextualização de alguns dados assinalados nos instrumentos de pesquisa. Muitas vezes, documentos repetidos que se encontram incompletos induzem o pesquisador, assim como induziram os responsáveis pela descrição documental do projeto *Brasil: nunca mais*, a tratá-los como se fossem documentos diferentes. No momento da elaboração de tabelas de alguns campos já convertidos para o computador notei, por vezes, a repetição de todos os dados assinalados ao longo da ficha em mais de um documento. Em outros casos, somente alguns dados se repetiam, enquanto aqueles campos que se diferenciavam geralmente eram compostos por dados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica ou de suposições, tanto nossas como do projeto *Brasil: nunca mais*. A hipótese de o mesmo documento haver sido consultado mais de uma vez não foi afastada, o que me levou de volta ao Arquivo Edgar Leuenroth para o cotejamento dessas unidades documentais. Constattei, na maioria dos casos, a duplicação de documentos, devido à própria natureza do núcleo escolhido, ou seja, xerocópias de anexos dos processos movidos pela ditadura militar contra seus opositores. Frequentemente os documentos múltiplos, tais como panfletos, circulares, cartas-programa etc., foram apreendidos em mais de uma oportunidade, e o projeto *Brasil: nunca mais*, devido à grande quantidade de documentos, somada ao mau estado geral de conservação, não conseguiu identificar todas essas ocorrências. Com relação à pesquisa, impediu-se a duplicação de informação e conseguiu-se, com a junção de fichas incompletas do mesmo documento, complementar algumas referências.

Para a elaboração da proposta de tipologia documental realizou-se, após o término da fase de coleta, um levantamento das funções encontradas, relacionando-as com as respectivas espécies documentais. A tipologia proposta compõe-se de três elementos indicativos de possibilidades teóricas, empíricas e práticas: quadro de funções hierarquizadas por nível, relação de funções e espécies documentais arroladas por nível e, por fim, seu desdobramento arrolado por função.

FICHA DE COLETA PARA ELABORAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS.

IDENTIFICAÇÃO

Denominação original Mais uma violência contra a "Tribuna Popular"

[panfletos]?

Local [Rio de Janeiro] Data [set. 1946]

CARACTERES EXTERNOS

Gênero: textual sonoro visual audiovisualSuporte: papel Formato: fl. av. 13,5x19,5

CARACTERES INTERNOS

Produtor: entidade PCB

organismo Comissão Pró Imprensa Popular

(15) Nivel: base coordenação cúpula internacional

Conteúdo Denúncia de arbitrariedade no fechamento/invensão

policial da T.P.

Pedido de apoio aos constituintes

Objetivo/Função Mobilização popular em prol da T.P. e da defesa

da liberdade de imprensa

Agitação política

Público-Alvo: interno: organismo

nivel

externo: Sociedade em geral

FONTE

AEL

OB 1515

Pt. 56. p. 111

2. Posteriormente, na transposição dos dados desta ficha para o suporte informático, a espécie documental passou a ser referida em campo específico, de modo a permitir a definição das séries tipológicas automaticamente, pela sua junção com a função do documento.

Explicação sobre os campos da ficha de coleta de dados

IDENTIFICAÇÃO

- DENOMINAÇÃO ORIGINAL — identificação do nome ou título original do documento. Quando o nome original não indica a espécie documental, esta é anotada entre colchetes, após o título do documento.
- LOCAL — local de produção do documento
- DATA — data de produção do documento

CARACTERES EXTERNOS³

- GÊNERO — configuração assumida pelo documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo.
- SUPORTE — suporte material onde estão registradas as informações.
- FORMATO — configuração física do documento de acordo com a natureza do suporte e o modo de confecção; neste campo indica-se ainda o tamanho.

CARACTERES INTERNOS

- PRODUTOR — identificação da entidade produtora do documento, do organismo e do nível deste organismo. Para o caso de entidades de inserção social, cuja atuação transcende os limites do partido, utiliza-se a sigla IS — inserção social — no item *Nível*
- CONTEÚDO — resumo sucinto do conteúdo do documento.
- OBJETIVO/FUNÇÃO — destina-se tanto aos objetivos imediatos dos documentos como às funções mediatas de sua produção.
- PÚBLICO-ALVO — visa especificar a quem se destina o documento, sendo o âmbito interno referente à circulação restrita às esferas internas do partido.

FONTE

- Destina-se à referencição e à localização do documento pesquisado. São anotados todos os dados que possibilitem, se necessário, rever o documento: instituição, acervo, notação (código de acesso) e/ou outros elementos localizadores.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- O preenchimento da ficha foi feito a lápis, e as observações relevantes foram anotadas no verso. A criação de um campo *Observações* foi descartada para evitar tanto a poluição visual da ficha como o aumento de suas dimensões.
- As fichas preenchidas foram ordenadas por entidade e, dentro desta, separadas por nível, organismo e data.

3. Schellenberg define os caracteres externos dos documentos como aqueles relativos à estrutura ou propriedade física dos mesmos. Cf. SCHELLENBERG, T. Los caracteres internos y externos de los documentos. Os campos existentes na ficha levantam somente as características relevantes à formulação da tipologia documental

Quadro de funções de um partido ou associação política complexa

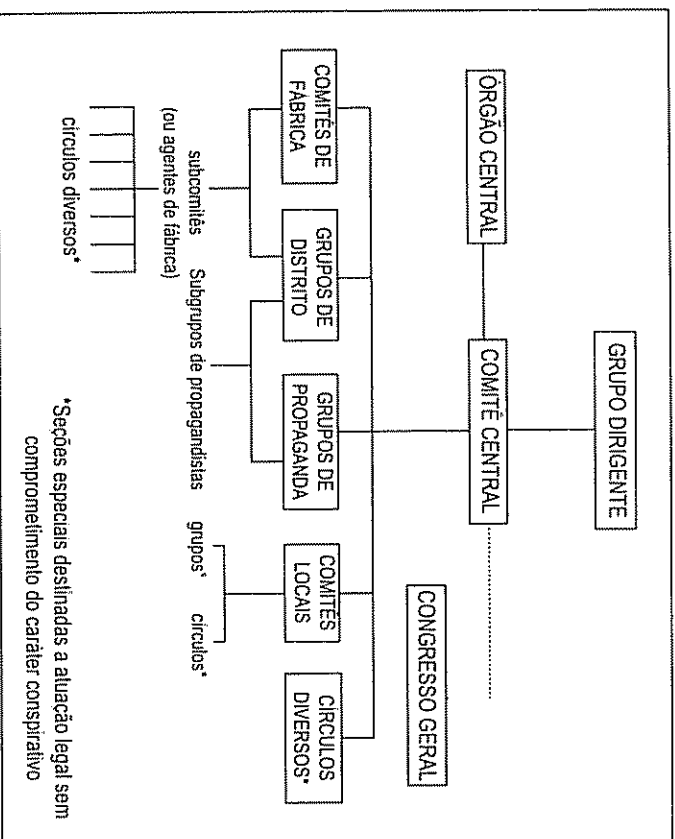
O ponto inicial para a elaboração da tipologia documental de partidos e associações políticas foi a determinação prévia de funções partidárias hierarquizadas, que foram reformuladas durante a fase empírica da pesquisa. Pensou-se, em um primeiro momento, em confeccionar um organograma-modelo — tomando como base leituras teóricas — que se constituiria em um precioso instrumento para o arranjo arquivístico de documentos produzidos por partidos políticos, pois permitiria o estabelecimento prévio de séries para o arranjo, elaboradas a partir das funções ideais levantadas.

As leituras teóricas foram divididas em cinco blocos, de acordo com a natureza das obras: conceitos de caráter introdutório; teoria geral dos partidos políticos; concepções de atores políticos que contribuíram para a transformação de determinados partidos políticos; legislação eleitoral brasileira; programas e estatutos de partidos políticos brasileiros atuais ou recentes.

Como tônica geral das obras dos dois primeiros blocos destaca-se a grande preocupação com o papel do partido na sociedade, sua inserção nas massas, seu desenvolvimento histórico, a disputa interna pelos aparelhos de poder e a cristalização destes. Entretanto, a estrutura interna do partido em si — objeto essencial para a confecção do desejado organograma-modelo — mereceu pouca atenção dos autores. Destes dois grupos, o autor que mais se aproxima de um organograma é Duverger, na sistematização das relações do partido

com seus membros; no entanto, não fornece elementos suficientes para a elaboração daquele quadro, sugerindo a complexidade e mesmo a impossibilidade da confecção deste instrumento¹.

Com as obras do terceiro bloco — concepções de atores políticos — sepultou-se definitivamente a idéia inicial do organograma-modelo. A montagem de um quadro específico para determinadas conjunturas de partidos específicos é possível. Porém, sua rapidez de transfor- mação o desqualifica como parâmetro mais amplo, capaz de servir como referencial a uma tipologia de partidos e associações políticas. Como exemplo disso, a partir dos elementos sugeridos por Lenin, em texto de 1902², o seguinte esquema de organização para um partido revolucionário pode ser montado:



1. DIVERGEN, M. *Os partidos políticos*.

2. LENIN, V. *El partido*. Carta a un camarada sobre nuestras tareas de organización, p. 35-59.

Esse organograma, porém, foi reavaliado pelo próprio Lenin em 1914, quando defendeu a ampliação do partido com elementos proletários como única saída para acabar com os restos do espírito hereditário dos círculos que já não corresponderiam mais à realidade³. Ou seja, o organograma deveria se tornar profundamente dinâmico em relação às condições sociais e políticas de atuação, inviabilizando a construção de um instrumento-modelo que pudesse servir para a organização arquivística dessa modalidade de acervo.

O alcance das obras dos dois últimos blocos foi de pouca valia para a elaboração do organograma, dado o distanciamento existente entre o nível normativo e a realidade, conforme já foi apontado no capítulo "Arquivos de instituições político-partidárias".

Em vez da criação de um organograma, passei a propor um quadro de funções de um partido político, dividido em níveis hierárquicos de atuação. De acordo com o *Dicionário de política*, um partido político se apresenta estruturado hierarquicamente, de forma piramidal, em três níveis — cúpula, coordenação e base —, correspondendo às jurisdições nacional, territorial e local, respectivamente⁴. Gramsci também esquematiza o partido político em três níveis ou elementos: o elemento difuso, composto por homens comuns; o elemento centralizador/disciplinador; e o elemento médio articulador, responsável pela ligação entre os dois primeiros⁵. Gramsci aborda ainda a problemática do relacionamento do partido com uma organização internacional, no caso a III Internacional Comunista, porém centraliza sua discussão nas ações, nos objetivos e no programa do partido, relegando a segundo plano a questão da estrutura interna⁶.

O quadro de funções proposto para elaboração da tipologia estaria, então, dividido em quatro níveis de atuação — base, coordenação, cúpula e internacional —, com suas respectivas funções típicas.

3. Id. *Ibid.* Prologo a la recopilación "Doce años", p. 179-187.

4. Cf. BOIANO, N. et al. *Dicionário de política*. Verbetes: Associacionismo voluntário, p. 64-66; Grupos de pressão, p. 562-571; Movimento político, p. 786-787; Participação política, p. 888-890; Partidos políticos, p. 898-905.

5. GRAMSCI, A. *Antologia*. El partido político, p. 347-351.

6. Ver também Id. *Maquiavel, a política e o estado moderno*.

Porém, durante a coleta dos dados, verificou-se que em alguns casos a divisão das atividades partidárias nestes quatro níveis era insuficiente. Por exemplo: a invasão e o fechamento do periódico *Tribuna Popular* editado no Rio de Janeiro pelo PCB) pela polícia, em 1946, gerou como resposta dos comunistas a organização de uma entidade aberta à população em geral, a "Comissão Pró-Imprensa Popular". Essa comissão visava à reabertura do periódico, porém transcendia os limites do PCB, na medida em que tentava aglutinar e sensibilizar todos os partidários da defesa da liberdade de imprensa. A solução encontrada foi a criação de um novo nível de atuação, paralelo a todos os outros, o nível inserção social, ou IS.

O quadro de funções permanece aberto a novas alterações; apresenta, para cada nível, tanto as funções levantadas teoricamente, confrontadas com os documentos durante a coleta e análise de dados, como aquelas introduzidas posteriormente, durante as atividades arquivísticas de arranjo dos documentos do PCB-Pinheiros. Cabe ressaltar que as funções referenciadas para o nível inserção social são resultado das etapas empíricas da pesquisa. O resultado mais significativo do estabelecimento do quadro de funções é a possibilidade de visualizar o modo de implantação da tipologia documental nas atividades de arranjo e descrição de um fundo arquivístico. O quadro permite traçar a correspondência entre a entidade e o fundo, entre o nível hierárquico e o grupo, entre o organismo e o subgrupo e, quando aplicado a um caso concreto, entre o tipo documental e a série.

QUADRO DE FUNÇÕES DE UM PARTIDO OU ASSOCIAÇÃO POLÍTICA COMPLEXA

	NÍVEL: INTERNACIONAL
Jurisdição	mundial
Organismos	comitê central comitês regionais congresso internacional
Membros	delegados de congresso representantes das cúpulas dos partidos filiados representantes eleitos por congresso
Funções	auxílio financeiro aos partidos filiados controle das atividades dos partidos filiados coordenação geral disseminação de informações divulgação de informações do organismo internacional estabelecimento de linha política formação de organismos anexos intercâmbio político preparação de encontros partidários propaganda política

	NÍVEL: CÚPULA ⁷
Jurisdicção	nacional
Organismos	comitê central (executiva central) congresso nacional convenção nacional
Membros	delegados de congresso/convenção membros indicados pelo organismo internacional parlamentares representantes eleitos pela coordenação representantes escolhidos em congresso
Funções	adaptação das diretrizes do organismo internacional agitação política arrecadação financeira coleção de informações sobre os locais de atuação controle da estrutura do partido controle das atividades da base controle das atividades da coordenação controle dos filiados controle dos militantes controle dos representantes do partido controle financeiro deliberação máxima difusão editorial distribuição de tarefas entre os organismos interiores divulgação de ações parlamentares divulgação de informações do organismo internacional divulgação de informações dos organismos superiores divulgação do partido educação política da base elaboração de estratégias políticas eleição de representantes estabelecimento da linha política estruturação do partido estruturação dos organismos de base formação de organismos anexos legalização do partido participação no organismo internacional preparação de atividades de agitação preparação de encontros partidários preparação de reuniões preparação de substitutos prestação de contas a organismo superior propaganda política reestruturação do partido

7. A definição de *órgão central* utilizada por Lenin também se enquadra neste nível: "organismo responsável pela direção ideológica" Cf. LENIN, V. Carta a un camadrada sobre nuestras tareas de organización. Op. cit.

	NÍVEL: COORDENAÇÃO ⁸
Jurisdicção	territorial
Organismos ⁹	comitês estaduais (executivas) comitês municipais (executivas) convenções estaduais convenções municipais
Membros	delegados de congresso/convenção membros indicados pela cúpula parlamentares representantes eleitos pela base representantes escolhidos em congresso
Funções	adaptação das diretrizes dos organismos superiores agitação política arrecadação financeira coleção de informações sobre os locais de atuação controle das atividades da base controle dos filiados controle dos militantes controle dos representantes do partido controle financeiro disseminação de informações intrapartido divulgação das ações parlamentares divulgação de informações do nível local divulgação de informações do organismo internacional divulgação de informações dos organismos superiores divulgação do partido educação política da base elaboração de estratégias políticas eleição de representantes estabelecimento de linha política para o nível local estruturação do partido estruturação dos organismos de base formação de organismos anexos integração em entidades de inserção social ligação entre a base e a cúpula preenchimento de cargos preparação de atividades de agitação preparação de encontros partidários preparação de reuniões preparação de substitutos prestação política prestação de contas a organismos superiores propaganda política reestruturação do partido transmissão de informações sobre os locais de atuação

8. A definição de *comitê central* utilizada por Lenin também se enquadra neste nível: "órgão de direção imediata e prática"; cf. Id. Ibid.

9. Duverger classifica o comitê como um elemento de base, porém suas funções o qualificam como um elemento da coordenação por estar mais afastado dos militantes, adeptos e simpatizantes: cf. Duverger, M. Op. cit., p. 53. *Fração*, conforme a definição de Sartori, também seria um organismo deste nível; cf. Sartori, G. *Partidos e sistemas partidários*, p. 97.

TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS

		NÍVEL: BASE
Jurisdição	local profissional	
Organismos	cela milícia núcleo seção	
Membros	adeptos militantes	
Funções	adaptação das diretrizes dos organismos superiores agitação política arrecadação financeira coleta de informações internacionais coleta de informações sobre a realidade local contribuição financeira controle da infra-estrutura da sede controle dos adeptos controle dos filiados controle dos militantes controle dos representantes do partido controle financeiro discussão política e intercâmbio de informações divulgação de informações do nível local divulgação de informações do organismo internacional divulgação de informações dos organismos superiores divulgação do partido educação política da base educação política das massas eleição de representantes elaboração de estratégias políticas estabelecimento da linha política para o nível local estabelecimento da linha política para os organismos superiores estruturação dos organismos de base fiscalização eleitoral formação de organismos anexos ligação entre partido e sociedade participação nas entidades de inserção social preparação de atividades de agitação preparação de encontros partidários preparação de reuniões pressão política prestação de contas a organismos superiores propaganda política transmissão de informações sobre os locais de atuação	

QUADRO DE FUNÇÕES DE UM PARTIDO OU ASSOCIAÇÃO POLÍTICA COMPLEXA

		NÍVEL: INSERÇÃO SOCIAL (IS) ¹⁰
Jurisdição	local nacional profissional territorial	
Organismos	associações interpartidárias associações suprapartidárias comissões comitês interpartidários comitês suprapartidários entidades da sociedade civil	
Membros	associados adeptos simpatizantes	
Funções	agitação política arrecadação financeira controle financeiro divulgação da entidade de inserção social divulgação de informações do nível local divulgação do partido ligação entre partido e sociedade preparação de atividades de agitação	

¹⁰ Conforme foi alertado, o quadro de funções do nível "inserção social" é fruto apenas do material encontrado na fase empírica da coleta de dados, não refletindo, portanto, o aspecto teórico dos demais níveis.

Relação de funções e espécies documentais

As espécies documentais encontradas traduzem a prospecção empírica nos diversos conjuntos documentais e não têm nenhum caráter totalizante. Estão dispostas em duas relações, de modo a facilitar posteriores utilizações. A primeira tabela, organizada de acordo com o nível de atuação dos partidos, indica, além da função e da espécie documental, os respectivos formatos, a ocorrência partidária e o alcance da atividade. Os dados relativos aos partidos em que as espécies foram encontradas destacam a semelhança existente entre as funções, as atividades desenvolvidas e a produção documental, a despeito da postura ideológica do partido. Os formatos encontrados pontuam suas diferenças em relação às espécies documentais, já que essas características, muitas vezes, tendem a se confundir, podendo causar dificuldades para a organização arquivística. Assim, por exemplo, panfleto refere-se a uma espécie e não a um formato, podendo variar desde um folheto, um cartaz a um livro, inclusive. A segunda tabela apenas sintetiza a primeira, relacionando, em ordem alfabética, as funções com as respectivas espécies (tipos documentais) e o nível verificado.

A) Relação de funções e espécies documentais classificada por níveis

Nível: INTERNACIONAL				
Função	Espécies	Formatos	Ocorrência	Alcance
Divulgação de informações do organismo internacional	discurso	folha avulsa, folhas ofício	PCB	externo, interno
	estátuio	livro	PCB	externo
	resolução	folhas ofício	PCB	interno
Intercâmbio político	carta circular	folha avulsa	PCB	interno
	panfleto	cartaz	PCB	externo
Nível: CUPULA				
Função	Espécies	Formatos	Ocorrência	Alcance
Agitação política	bandeira	cartaz, fâmula	PCB	externo
	cartão-postal	cartão	AIB	externo
	discurso	livro	PCB	externo
	panfleto	cartaz, folha avulsa, 1/2 folha ofício dupla, folheto	AIB, PCB	externo
Arrecadação financeira	marcador de livro	marcador de livro	PCB	externo
Controle das atividades de coordenação	resolução	folha avulsa, folhas ofício	PRP	interno
Controle dos filiados	ficha de filiação	ficha	PCB	interno
	relatório	folhas ofício	PRP	interno
Controle dos militantes	cadastro	folha avulsa, folhas ofício	AIB, PRP	interno
Controle financeiro	lista de presença	folha ofício dupla	PRP	interno
	salvo-conduto	folha avulsa	PCB	interno
	balancele	folhas ofício	PRP	interno
	listagem	folha avulsa	AIB	interno
Divisão editorial	relatório	folhas ofício	PRP	interno
	panfleto	folha avulsa, 1/2 folha ofício dupla	PCB	externo

Nível: CUPULA (continuação)

Função	Espécies	Formatos	Ocorrência	Alcance
Divulgação das ações parlamentares	discurso	livro	PCB	externo
	texto de formação	livro	PCB	externo
Divulgação de informações do organismo internacional	informe	folhas ofício, livro	PCB	externo, interno
	programação de rádio	ficha	PCB	externo
	resolução	folha avulsa	PCB	interno
Divulgação de informações dos organismos superiores	texto de formação	livro	PCB	externo
	telegrama	telegrama	PCB	interno
Divulgação do partido	discurso	folha avulsa, livro	AIB, PCB	externo
	panfleto	folha avulsa, folheto	PCB	externo
peródico	livro, P1, P4 ¹		PCB	externo
	texto de formação	livro	PCB	externo
Educação política da base	cartilha	folhas ofício	PCB	interno
	projeto de cartilha	folhas ofício	PCB	interno
texto de formação	folhas ofício, livro		PCB	interno
Elaboração de estratégias políticas	carta	folhas ofício	PCB	interno
	plano de trabalho	folha avulsa, folhas ofício	PCB	interno
relatório	folhas ofício		PCB	interno
	livro		PCB	interno
resolução	folha avulsa, folhas ofício		PCB	interno
	livro		PCB	interno
carta	folhas ofício, 1/2 folha ofício dupla, 1/4 folha ofício, folheto		PCB	interno
parecer	folhas ofício		AIB	interno

1. Para os formatos de periódico utilizamos a definição empregada pelo CEMAP de acordo com a configuração física e o consequente armazenamento: P1 para periódicos que possam ser acondicionados em envelope 340 (34,0 X 23,8 cm); P2 para periódicos com dimensões superiores ao envelope 340, porém que não excedam 1/2 cartolina; P3 para periódicos maiores que 1/2 cartolina; P4 para periódicos de formato livro, ou encadernados, que possam ser acondicionados em uma estante normal.

Função	Espécies	Formatos	Nível: CÍPULA (continuação)	
			Ocorrência	Alcance
Estabelecimento da linha política (continuação)	programa	folhas ofício	PCB, SEP?	interno
	proposição	folhas 20 x 25 cm	PCB	interno
	regulamento	folhas ofício	PCB	interno
	relatório	folhas ofício, livro	PCB	interno
	resolução	folha avulsa, folhas ofício, livro	PCB, PRP	interno
texto de formação	livro, texto de formação	PCB	interno	
Estruturação do partido	organograma	folhas ofício	PRP	interno
Estruturação dos organismos de base	parecer	folha avulsa	PCB	interno
	regulamento	folha avulsa	AIB	interno
Legalização do partido	registro eleitoral	folha avulsa	AIB	externo
Preparação de atividades de agitação	carta	folha avulsa	PCB	interno
	palavra cruzada	folhas 21 x 21 cm	AIB	interno
Preparação de encontros partidários	informe	folhas ofício	PRP	interno
Preparação de reuniões	bilhete	folha avulsa	PCB	interno
Preparação de substitutos	proposição	folha ofício dupla	PRP	interno
Prestação de contas a organismos superiores	recibo	folhas avulsas	PCB	interno
Propaganda política	informe	livro	PCB	externo
	texto de formação	livro	AIB	externo

Função	Espécies	Formatos	Nível: COORDENAÇÃO	
			Ocorrência	Alcance
Agitação política	cartilha	livro	PRP	externo
	panfleto	cartaz, folha avulsa, folheto	AIB, PRP	externo
	periódico	P1	AIB, PCB	externo
Controle das atividades da base	credencial	folha avulsa	PRP	interno
	plano de trabalho	folhas ofício	PCB	interno
	questionário	folhas ofício	PRP	interno
	resolução	folhas ofício	PCB	interno
Controle dos militantes	listagem	folha ofício dupla	PRP	interno
	recibo	folha avulsa	PRP	interno
Controle financeiro	discurso	folhas ofício	PCB	interno
Divulgação das ações parlamentares				
Divulgação de informações do nível local	plano de trabalho	folhas ofício	PCB, PRP	interno
	relatório	folha avulsa, folhas ofício	PCB, PRP	interno
Elaboração de estratégias políticas	plano de trabalho	folha avulsa, folhas ofício	PCB	interno
	resolução	folhas ofício	PCB	interno
Estabelecimento da linha política para o nível local	resolução	folhas ofício	PCB	interno
	resolução	folhas ofício	PCB	interno
Estruturação do partido	resolução	folha avulsa	PRP	interno
Preenchimento de cargos	resolução	folha avulsa	PRP	interno
Preparação de atividades de agitação	cartilha	folhas ofício	PRP	interno
	listagem	folha ofício dupla	PRP	interno
	mapa	mapa	PRP	interno
	plano de trabalho	folhas avulsas	PRP	interno
Preparação de encontros partidários	credencial	folha avulsa, folha ofício dupla	PRP	interno
Pressão política	abaixo-assinado	folha avulsa	AIB	externo
Prestação de contas a organismos superiores	balancete	folha avulsa	PRP	interno
	relatório	folhas ofício	PRP	interno
Propaganda política	texto de formação	folha avulsa, folhas ofício	AIB	externo

2. S.E.P. — Sociedade de Estudos Políticos, foi fundada em 24 de fevereiro de 1932 por Plínio Salgado, vindo a se transformar em AIB — Ação Integralista Brasileira em 7 de outubro de 1932.

TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS

Função	Especies	Formatos	Ocorrência	Alcance
Nível: BASE				
Agitação política	convile	cartão, folha avulsa	PCB	externo
	panfleto	adesivo, cartaz, folha avulsa, sacola	PCB	externo
	periódico	folha avulsa, P1	PCB	externo
Arrecadação financeira	bônus	cartão, folha avulsa	PCB	externo
	ingresso	cartão, totolillo	PCB	externo
	filia	cartão, folha avulsa	PCB	externo
Coleta de informações internacionais	periódico	P1, P4	PCB	interno
	crônica	recorte	PCB	interno
Coleta de informações nacionais	entrevista	recorte	PCB	interno
	noticiário	folha avulsa, recorte	PCB	interno
	periódico	P1, P2, P3	PCB	interno
Coleta de informações sobre a realidade local	carta-programa	folhas ofício	PCB	interno
	periódico	folhas ofício, P1	PCB	interno
	relatório	folhas ofício	PCB	interno
Controle da infra-estrutura da sede	tese de encontro	folhas ofício	PCB	interno
	estudantil			
	aviso de atraso	folha avulsa	PCB	interno
	aviso de aluguel			
	aviso de aumento	folha avulsa	PCB	interno
Controle dos adeptos	aviso de vencimento do IPTU	folha avulsa	PCB	interno
	comprovante de pagamento do aluguel	folha avulsa	PCB	interno

RELAÇÃO DE FUNÇÕES E ESPÉCIES DOCUMENTAIS

Função	Especies	Formatos	Ocorrência	Alcance
Nível: BASE (continuação)				
Controle da infra-estrutura da sede (continuação)	comunicado	folha avulsa	PCB	interno
	conta de água	folha avulsa	PCB	interno
	conta de luz	folha avulsa	PCB	interno
	conta de telefone	folha avulsa	PCB	interno
	contrato de locação	folhas ofício	PCB	interno
	formulário de controle de depósito de cheques pré-datados	bloco	PCB	interno
	formulário para depósito bancário	folha avulsa	PCB	interno
	lista de tarefas	folha avulsa, folhas ofício	PCB	interno
	notificação de desocupação de imóvel	folha avulsa	PCB	interno
	ordem de corte do fornecimento de água por débito	folha avulsa	PCB	interno
	papel limbrado	bloco	PCB	interno
	procuração para locação de imóvel	folha avulsa	PCB	interno
	proposta de locação	folha avulsa, folhas ofício	PCB	interno
	quadro de controle de atividades	cartaz, totolillo	PCB	interno
	recibo de seguro	folha avulsa	PCB	interno
recibo de taxa de registro de contrato de locação	folha avulsa	PCB	interno	
Controle dos adeptos	cadastro de adesões	listagem de computador	PCB	interno
	cadastro de estabelecimentos de ensino	listagem de computador	PCB	interno
Controle dos filiados	cadastro	ficha	PCB	interno
	carteirinha	ficha	PCB	interno
	crachá	ficha	PCB	interno

TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS

RELAÇÃO DE FUNÇÕES E ESPÉCIES DOCUMENTAIS

Nível: BASE (continuação)

Função	Espécies	Formatos	Ocorrência	Alcance	
Controle dos militantes	cadastro	folhas ofício	PCB	interno	
	formulário para cadastro	ficha	PCB	interno	
Controle financeiro	balanço	caderno: folha avulsa, folhas ofício,	PCB	interno	
	canhoto de recibo de arrecadação	bloco	PCB	interno	
	cartão magnético bancário	cartão magnético	PCB	interno	
	comprovante de transação bancária	folha avulsa	PCB	interno	
	dinheiro	cédula	PCB	interno	
	extrato bancário	folha avulsa	PCB	interno	
	lembrete	folha avulsa	PCB	interno	
	lista de contribuição dos militantes	folha avulsa, folhas ofício	PCB	interno	
	livro de movimento do caixa	caderno, livro	PCB	interno	
	nota fiscal	folha avulsa	PCB	interno	
Divulgação de informações do nível local	orçamento	folha avulsa	PCB	interno	
	pedido de pagamento	folha avulsa	PCB	interno	
	prestação de contas	folha avulsa, folhas ofício	PCB	interno	
	senha para entrega de talão de cheques	folha avulsa	PCB	interno	
	Divulgação de informações do nível local	informe	folha avulsa, ½ folha ofício dupla	PCB	interno
	Divulgação de informações do organismo intencional	periódico	P1	PCB	externo
		telex	folhas ofício	PCB	interno
	Divulgação de informações dos organismos superiores	noticiário	recorte	PCB	interno
	Divulgação do partido	periódico	P1, P2	PCB	externo
		programa	livro	PCB	externo
Educação política da base	cartilha	folhas ofício, livro	AIB, PCB	interno	
	entrevista	recorte	PCB	interno	

Nível: BASE (continuação)

Função	Espécies	Formatos	Ocorrência	Alcance	
Educação política da base (continuação)	fichamento de texto de tomção	folhas ofício	PCB	interno	
	história em quadríngulos	folha avulsa	PCB	interno	
	manifesto	recorte	PCB	interno	
	noticiário	folha avulsa, recorte	PCB	interno	
	panfleto	folha avulsa	PCB	interno	
	texto de discussão	folhas ofício	PCB	interno	
	texto de tomção	folhas ofício, livro	PCB	interno	
	Estabelecimento da linha política para o nível local	ata de reunião	caderno, folha avulsa, folhas ofício	PCB	interno
		carta	folhas ofício	PCB	interno
		plano de trabalho	folhas ofício	PCB	interno
	proposta de tese	folhas ofício	PCB	interno	
	resolução	folhas ofício	PCB	interno	
Estabelecimento da linha política para os organismos superiores	relatório	folhas ofício	PCB	interno	
Estruturação dos organismos de base	proposta	folha avulsa	PCB	interno	
Fiscalização eleitoral	credencial de fiscal de apuração	folha avulsa	PCB	interno	
	lembrete	folha avulsa	PCB	interno	
	mapa de acompanhamento da apuração	folha avulsa	PCB	interno	
	titulo eleitoral	folha avulsa	PCB	interno	
	Preparação de atividades de agitação	bilhete	folha avulsa	PCB	interno
		cartão comercial	cartão	PCB	interno
		informe	folhas ofício	PCB	interno
		lembrete	folha avulsa	PCB	interno
		lista de tarefas	folhas ofício	PCB	interno
		orçamento	folhas ofício	PCB	interno
Preparação de encontros partidários	projeto de panfleto	folhas ofício	PCB	interno	
	avaliação das atividades do partido	folhas ofício	PCB	interno	
	bilhete	folha avulsa	PCB	interno	

Nível: BASE (continuação)

Função	Espécies	Formatos	Ocorrência	Alcance	
Preparação de encontros paritários (continuação)	carta	folha avulsa	PCB	interno	
	convocatória	½ folha ofício dupla	PCB	interno	
	informe	folha avulsa	PCB	interno	
	lista de delegados	folhas ofício	PCB	interno	
	nomas de encontro	folhas ofício	PCB	interno	
	plano de trabalho	folha avulsa	PCB	interno	
	projeto de evento	folha avulsa	PCB	interno	
	resolução de comissão preparatória	folhas ofício, livro	PCB	interno	
	tese para discussão	folhas ofício	PCB	interno	
	texto de formação	folhas ofício	PCB	interno	
	Preparação de reuniões	cartaz	cartaz	PCB	interno
		convocatória	½ folha ofício dupla	PCB	interno
		pausa	folha avulsa	PCB	interno
proposta para reunião		folhas ofício	PCB	interno	
telex		folha avulsa	PCB	interno	
Propaganda política	carta	folha avulsa, folhas ofício	PCB	externo	
	periódico	P1, P4	PCB	externo	
	plano de organização	livro	PCB	externo	
	programa de evento	folheto	PCB	externo	
	texto de formação	livro	PCB	externo	
Nível: INSERÇÃO SOCIAL					
Função	Espécies	Formatos	Ocorrência	Alcance	
	Agitação política	panfleto	cartaz, folha avulsa	PCB	externo
Arrecadação financeira	periódico	P1	PCB	externo	
	folografia	positivo	PCB	externo	
Controle financeiro	balanço	folhas ofício	PCB	interno	
	anais	livro	PCB	externo	
Divulgação da entidade de inserção social	panfleto	½ folha ofício dupla	PCB	externo	
	periódico	P1	PCB	externo	
Divulgação de informações do nível local	carta	folha avulsa	PCB	interno	

B) Relação de funções e espécies documentais classificada por funções

Função	Espécie	Nível
Agitação política	bandeira	cupula
	cartão postal	cupula
	cartilha	coordenação
	convite	base
	discurso	cupula
	panfleto	base, coordenação, cupula, IS
	periódico	base, coordenação, IS
	bônus	base
	folografia	IS
	ingresso	base
Arrecadação financeira	marcador de livro	cupula
	fila	base
Coleta de informações internacionais	periódico	base
	crônica	base
Coleta de informações nacionais	entrevista	base
	noticiário	base
Coleta de informações sobre a realidade local	periódico	base
	carta-programa	base
Controle da infra-estrutura da sede	relatório	base
	tese de encontro estudantil	base
	aviso de atraso do aluguel	base
	aviso de aumento do aluguel	base
	aviso de vencimento do IPTU	base
	comprovante de pagamento do aluguel	base
	comunicado	base
	conta de água	base
	conta de luz	base
	conta de telefone	base
	contrato de locação	base
	formulário de controle de depósito de cheques pré-datados	base

TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS

Função	Especie	Nível
<i>Controle da infra-estrutura da sede (continuação)</i>	tomatório para depósito bancário	base
	lista de tarifas	base
	notificação de desocupação de imóvel	base
	ordem de corte do lomecimento de agua por débito	base
	papel limbrado	base
	procuração para locação de imóvel	base
	proposta de locação	base
	quadro de controle de atividades	base
	recibo de seguro	base
	recibo de taxa de registro de contrato de locação	base
<i>Controle das atividades da base</i>	credencial	coordenação
	plano de trabalho	coordenação
	questionário	coordenação
	resolução	coordenação
	resolução	cúpula
<i>Controle das atividades da coordenação</i>	resolução	coordenação
	cadastro de adesões	base
<i>Controle dos adeptos</i>	cadastro de estabelecimentos de ensino	base
	cadastro	base
<i>Controle dos filiados</i>	carteirinha	base
	crachá	base
	ficha de filiação	cúpula
	relatório	cúpula
	cadastro	base, cúpula
<i>Controle dos militantes</i>	tomatório para cadastro	base
	lista de presença	cúpula
<i>Controle financeiro</i>	listagem	coordenação
	salvo-conduto	cúpula
	balancete	cúpula
	balanço	base, IS
	canhoto de recibo de arrecadação	base
	cartão magnético bancário	base
	comprovante de transação bancária	base
dinheiro	base	
extrato bancário	base	

RELAÇÃO DE FUNÇÕES E ESPECIES DOCUMENTAIS

Função	Especie	Nível
<i>Controle financeiro (continuação)</i>	lembrete	base
	lista de contribuição dos militantes	base
	listagem	cúpula
	livro de movimento do caixa	base
	nota fiscal	base
	orçamento	base
	pedido de pagamento	base
	prestação de contas	base
	recibo	coordenação
	relatório	cúpula
<i>Divisão editorial</i>	senha para entrega de talão de cheques	base
	panfleto	cúpula
<i>Divulgação das ações parlamentares</i>	discurso	coordenação, cúpula
	texto de formação	cúpula
<i>Divulgação da entidade de inserção social</i>	ansas	IS
	panfleto	IS
	periódico	IS
<i>Divulgação de informações do nível local</i>	carta	IS
	informe	base
	plano de trabalho	coordenação
	relatório	coordenação
	discurso	internacional
<i>Divulgação de informações do organismo internacional</i>	estatuto	internacional
	informe	cúpula
	periódico	base
	programação de rádio	cúpula
	resolução	cúpula, internacional
<i>Divulgação de informações dos organismos superiores</i>	telex	base
	texto de formação	cúpula
	noticiário	base
	telegrama	cúpula
<i>Divulgação do partido</i>	discurso	cúpula
	panfleto	cúpula
	periódico	base, cúpula
	programa	base
<i>Divulgação de informações dos organismos superiores</i>	texto de formação	cúpula

TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS

Função	Especie	Nível	
Educação política da base	cartilha	base, cupula	
	entrevista	base	
	fichamento de texto de torção	base	
	história em quadrinhos	base	
	manifesto	base	
	noticiário	base	
	panfleto	base	
	projeto de cartilha	cupula	
	texto de discussão	base	
	texto de torção	base, cupula	
Elaboração de estratégias políticas	carta	cupula	
	plano de trabalho	coordenação, cupula	
	relatório	cupula	
	resolução	coordenação, cupula	
	Estabelecimento da linha política	carta	cupula
		nota política	cupula
		parecer	cupula
		programa	cupula
		proposição	cupula
		regulamento	cupula
relatório		cupula	
resolução		cupula	
texto de torção		cupula	
ala de reunião		base	
Estabelecimento da linha política para o nível local	carta	base	
	plano de trabalho	base	
	proposta de tese	base	
	resolução	base, coordenação	
	Estabelecimento da linha política para os organismos superiores	relatório	base
		parecer	cupula
	Estruturação dos organismos de base	proposta	base
		regulamento	cupula
	Estruturação do partido	organograma	cupula
		resolução	coordenação

110

RELACÃO DE FUNÇÕES E ESPÉCIES DOCUMENTAIS

Função	Especie	Nível	
Fiscalização eleitoral	credencial de fiscal de apuração	base	
	lembrete	base	
	mapa de acompanhamento da apuração	base	
	título eleitoral	base	
Intercâmbio político	carta circular	intencional	
	panfleto	intencional	
Legalização do partido	registro eleitoral	cupula	
	resolução	coordenação	
Preenchimento de cargos	bilhete	base	
	resolução	base	
Preparação de atividades de agitação	carta	cupula	
	cartão comercial	base	
	cartilha	coordenação	
	informe	base	
	lembrete	base	
	lista de tarefas	base	
	listagem	coordenação	
	mapa	coordenação	
	orçamento	base	
	palavra cruzada	cupula	
	plano de trabalho	coordenação	
	projeto de panfleto	base	
	Preparação de encontros partidários	avaliação das atividades do partido	base
		bilhete	base
carta		base	
convocatória		base	
credencial		coordenação	
informe		base, cupula	
lista de delegados		base	
normas de encontro		base	
plano de trabalho		base	
projeto de evento		base	
resolução de conferência preparatória		base	
tese para discussão		base	
texto de torção		base	
bilhete		cupula	
cartaz	base		

111

TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS

Função	Espécie	Nível
<i>Preparação de reuniões</i>	convocatória	base
	Paula	base
	proposta para reunião	base
<i>Preparação de substitutos</i>	lelex	base
	proposição	cupula
<i>Pressão política</i>	abaixo-assinado	coordenação
<i>Prestação de contas ao organismo superior</i>	balancete	coordenação
	recibo	cupula
	relatório	coordenação
<i>Propaganda política</i>	carta	base
	inlome	cupula
	periódico	base
	plano de organização	base
	programa de evento	base
	texto de formação	base, coordenação,
		cupula

3ª PARTE

A APLICAÇÃO DA PROPOSTA

Arranjo dos documentos do PCB-Pinheiros

Os documentos oriundos do PCB-Pinheiros compõem-se de diversas espécies documentais que se prestam a variadas funções. A delimitação cronológica (janeiro de 1984 a junho de 1990¹), inserida no período da última legalidade do PCB, torna-se bastante interessante para o caso de um futuro cotejamento destes documentos "legalizados" com os dados recolhidos de documentos clandestinos no Arquivo Edgar Leuenroth. Os documentos do PCB-Pinheiros também demonstram a existência das atividades rotineiras de manutenção da sede, como pagamento de contas de água, aluguel etc. Geralmente tais atividades, por não se configurarem como manifestações políticas *strictu sensu*, acabam por ser eliminadas ou diluídas em arranjos arquivísticos convencionais. Tais documentos encontram-se organizados de acordo com a tipologia documental proposta no capítulo anterior.

Para o arranjo do PCB-Pinheiros procedeu-se a uma revisão da organização prévia, executada durante a recepção dos documentos e

1. A partir do IX congresso do PCB (janeiro de 1990), a maioria das atividades partidárias são interrompidas progressivamente. Optei por considerar, para efeito de levantamento de ocorrências, a data de junho de 1990 como final, data em que o diretório de Pinheiros encerrou suas atividades, podendo ser considerado um fundo fechado. No entanto, o PCB continuou a existir formalmente até janeiro de 1992 (X Congresso), quando se transforma no PPS. Apesar de um grupo minoritário, contrário a extinção, ter dado continuidade à legenda, a polémica sobre o PCB sobreviveu ser um novo partido ou uma dissidência e, em termos metodológicos, irrelevante para essa tipologia documental.

a coleta de dados. Cada documento, após a limpeza e a substituição de grampios metálicos por cliques plásticos, foi alocado em sua função correspondente para posterior sistematização e padronização de cada função. Cumprida essa etapa, passou-se à identificação, definição e ordenação das espécies documentais dentro de cada função, de modo a poder constituir séries tipológicas. Finalizado esse arranjo prévio, ao iniciar a descrição sumária do fundo, notou-se a necessidade de uma nova organização, capaz de sintetizar e padronizar melhor as funções e espécies documentais, e assim sucessivamente, até que se chegou à organização aqui apresentada.

Durante o arranjo dos documentos do PCB-Pinheiros, verifiquei que a contextualização dos documentos por meio da referência direta às funções documentais poderia ser melhorada, quanto à clareza, com a introdução de outro elemento qualificador. Desse modo optei por categorizar as funções documentais de acordo com seu alcance original, isto é, separando as atividades (e documentos) de alcance intrapartidário daquelas de alcance externo. Para tanto, o campo "público-alvo" da ficha de coleta foi fundamental, revelando também algumas atividades cujo alcance não pode ser previamente determinado, variando conforme o documento. Nesse sentido, a relação das funções e espécies documentais apresentadas anteriormente somente indica a abrangência das atividades quanto à ocorrência encontrada e não como funções e espécies típicas de alcance interno ou externo, permanecendo em aberto para uma futura contextualização com documentos concretos.

Foi somente nesse arranjo final que propus as definições, por meio de verbetes, de cada função referida, refletindo apenas a organização arquivística dos documentos do PCB-Pinheiros. Acredito que a tentativa de conceituação de séries documentais baseadas apenas no levantamento empírico de possibilidades tenderia a sofrer profundas modificações quando tal proposta fosse colocada em prática para casos concretos. Assim, as funções permanecem apenas como sugestões, pois no momento da aplicação prática muitas delas deverão ser suprimidas, agrupadas ou modificadas, de acordo com a especificidade dos documentos em questão.

Para a apresentação do arranjo realizado optei por fazer referência a cada série documental, definindo cada função adotada e indi-

cando o número de documentos de cada espécie documental ali existente. As definições das funções vêm seguidas de sua qualificação como atividades de alcance externo (AAE) ou interno (AAI), ou ambas. Na referência às espécies documentais de cada função tem-se a indicação dos dados relativos à quantidade de documentos e às datas-limite de cada série documental tipológica (espécie mais função).

Na quantidade de documentos consta o número de exemplares existentes, seguido, quando necessário, de um sinal de adição e do número de cópias; por exemplo: "4+2" significa que temos quatro documentos e duas cópias. A quantidade de documentos refere-se ao número de exemplares, porém há casos de documentos originalmente agregados em que, para melhor inteligibilidade, registrei o formato em que os documentos se apresentam juntamente com a designação da espécie; por exemplo: "cahotos de recibo de arrecadação (bloco), quantidade: 1".

Com relação às datas-limite, adotei a seguinte codificação: "[?]" indica data suposta, não referida, porém correta; "[?]" indica data suposta, não referida e somente aproximada. O sinal de interrogação indica a dúvida apenas quanto aos dados que o precedem, desde que dentro dos colchetes. Assim "[jul/89]" significa que o ano, apesar de não ter sido indicado diretamente no documento, está correto, porém o mês é duvidoso; no entanto a notação "[jul/89?]" indica que toda a data é imprecisa. Há ainda casos de completa indeterminação, anotados com o código "s/d" (sem data) seguido de um ano provável, entre colchetes e com interrogação, por exemplo: "s/d [1989?]", o que significa que, apesar de a pesquisa não ter conseguido determinar sequer uma aproximação para a data do documento, para fins de ordenação cronológica no arranjo, esse documento será considerado do ano de 1989. Para as datas-limite indico sempre duas, a mais antiga e a mais recente, mesmo para o caso de um documento apenas. Tal procedimento, além de auxiliar a visualização, é útil para documentos unitários porém referentes a vários períodos, como, por exemplo, livros de controle financeiro e periódicos.

A forma com que o documento se apresenta não se revela diferenciadora, para fins de arranjo e descrição. Desse modo, a mesma espécie documental pode se apresentar sob diversas formas — tais como rascunho, cópia xerográfica, folheto, recorte etc. —, sem que haja qualquer especificação correspondente, quer no arranjo, quer na descrição.

As espécies documentais *convite* e *ingresso*, encontradas nas atividades de *agitação política* e *arrecadação financeira*, respectivamente, diferenciam-se quanto ao objetivo imediato. O *convite* somente cumpre a função de avisar, informar sobre determinado evento, enquanto o *ingresso* pode vir a ser aquele *convite* que, além de informar sobre o evento, também assegura a entrada e, portanto, é vendido para arrecadar fundos.

A função *educação política da base* apresenta duas espécies semelhantes, porém distintas: o texto de discussão e o texto de formação. O primeiro, para cumprir sua função, demanda discussão pelos militantes, seja por meio de uma leitura dirigida por membros mais experientes do partido, seja em grupos de estudo e discussão (por exemplo a Constituição Nacional). O segundo cumpre parcialmente sua função, mesmo quando lido individualmente pelo militante, embora também seja desejável sua discussão no partido (por exemplo, o programa partidário).

O mais problemático no procedimento de estabelecer as séries foi a identificação das espécies documentais, pois elas não guardam qualquer padrão específico e muito menos apresentam similaridades diplomáticas com as espécies documentais utilizadas para preceituar as relações administrativas ou oficiais. Tome-se como exemplo um manifesto contra a carestia, assinado por algum comitê municipal do PCB, que foi amplamente difundido em uma folha de papel ofício mimeografada. Qual a espécie de tal documento? Panfleto?... *volante*?... *folheto*?... ou será manifesto? Segundo o *Dicionário do livro*, *folheto* é apenas o formato documental ("documento constituído por uma folha simples ou dobrada" ou "publicação impressa, não peridica, [...] constituída por poucas folhas")². Volante, para essas autoras portuguesas, é tão-somente uma peça do maquinário da gráfica; porém nada impede que um manifesto ("escrito de natureza expositiva ou doutrinária que pode assumir caráter polêmico" ou "programa político ou religioso") possa ser também um panfleto ("pequeno folheto, normalmente de natureza controversa, política, e escrito em tom satírico ou injurioso")³. Esse exemplo serve para demonstrar que,

dado o fato de a tipologia documental para arquivos de organizações político-partidárias ser específica, as espécies documentais (assim como as funções) também serão, o que levou a um trabalho de definição terminológica de espécies documentais típicas de tais acervos. No caso específico dos arquivos de partidos e associações políticas, considerei o documento do exemplo citado acima como um folheto (formato) cuja espécie, manifesto ou panfleto, será determinada de acordo com a função documental. Assim pode-se ter, se for o caso, um panfleto de *agitação política* (tipo documental) cujo conteúdo é um manifesto.

Entretanto, tal concepção adotada foi esmiuçada durante o processo de organização dos documentos do PCB-Pinheiros. Nos documentos encontrados na atividade de *agitação política*, houve uma duplicidade das características *formato* e *espécie*, preservada para facilitar a compreensão e a contextualização desses documentos. Tal duplicidade advém da grande ocorrência, nesta função, de suportes e formatos não-convencionais que acabam por produzir não apenas novos formatos, mas sim espécies diferenciadas. As particularidades de um cartaz ligado à *agitação* assumiria um caráter panfletário, configurando-se como a espécie *panfleto-cartaz*. No entanto, isto implicaria a criação de outras espécies de nomenclatura composta (com a sintaxe *espécie-formato*) para que ocorresse uma devida diferenciação entre os vários panfletos encontrados. Assim, adotei a seguinte terminologia: *adesivo* e não *panfleto-adesivo*, *convite* no lugar de *panfleto-convite*, *panfleto* em vez de *panfleto-folheto* e *sacola* em vez de *panfleto-sacola*⁴. Desse modo o formato *cartaz* (ou a espécie *panfleto-cartaz*), quando relacionada à função de *agitação política*, tornou-se o tipo *cartaz de agitação política*.

No quadro de arranjo é importante frisar que a separação das espécies em blocos de função não indica série e sub-série. Tal forma de apresentação foi feita simplesmente com vistas a facilitar a consulta. As séries, como já foi dito, compõem-se da fusão entre função e espécie documental. Assim, tem-se, por exemplo, as séries *panfleto de agitação política*, *sacola de agitação política*, *texto de formação de*

2. FARIA, M. e PEREIRO, M. *Dicionário do livro*.
3. Id. *Ibid*.

4. No caso do *panfleto-folheto* optei, ao contrário de no caso dos outros panfletos, em preservar a espécie no lugar do formato em uma tentativa de simplificar o acesso aos documentos da pesquisa, pois, para o senso comum, panfleto refere-se basicamente ao formato documental.

*educação política das bases etc., em vez de série agitação política e subséries panfletos, sacola etc.*⁵

Os documentos do PCB-Pinheiros encontram-se acondicionados em envelopes de papel pardo (referência 340), correspondendo cada envelope a um alcance de atividade (externo ou interno), uma função e uma espécie documental. Os envelopes estão ordenados de acordo com os seguintes critérios: organismo, alcance da atividade, função, espécie, os mesmos adotados no instrumento de pesquisa apresentado no último capítulo. Dentro dos envelopes, os documentos seguem ordenação cronológica crescente, sendo as cópias alocadas no final. A consulta aos documentos é feita mediante a identificação da série desejada (função e espécie) por meio do instrumento de pesquisa, e posterior localização do envelope correspondente. O acervo está acondicionado fisicamente em cinco caixas-arquivo, divididas da seguinte forma⁶:

- *Diretório Zonal Pinheiros-Perdizes:*
caixas 1, 2 e 3;
- *Comissão da Juventude Comunista do Diretório Zonal Pinheiros-Perdizes:*
caixas 4 e 5
- *Escola de Samba Tom Maior:*
caixa 5.

5. Ao se considerar a série como uma seqüência de um mesmo tipo documental — e este como uma conjunção entre espécie e função — (cf. *Dicionário de terminologia arquivística*), o conceito de subsérie perde a razão de ser, pois, para o estabelecimento desta, teriam de ser criados os conceitos de "subespécies" ou de "subfunções".

6. Essa situação física do acervo do PCB-Pinheiros corresponde ao momento em que eles foram doados ao Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), em junho de 1995.

Definição das funções referidas na organização documental

AGITAÇÃO POLÍTICA — AAE

Divulgação do partido visando à difusão simplificada das diretrizes e dos principais pontos programáticos.

Obs.: A *agitação política*, segundo Lenin, teria o caráter de tumulto, barulho, marcação da presença do partido, e não de conscientização ideológica¹. Nesse sentido, o público-alvo da atividade de agitação é a sociedade em geral.

ARRECADUÇÃO FINANCEIRA — AAE

Coleta de fundos fora do partido, sendo diferenciada das contribuições regulares dos militantes.

COLETA DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS — AAI

Levantamento, em revistas, jornais etc., de notícias e informações gerais relacionadas, principalmente, com a esfera de atuação do organismo internacional, ou que digam respeito a regiões e problemáticas internacionais importantes para o partido, do ponto de vista programático.

Obs.: Os documentos muitas vezes serviram como ponto de apoio para o estabelecimento da linha política, bem como para embasar a compreensão dos documentos produzidos pelo organismo internacional.

1. Cf. LENIN, V. *El partido*. Carta a un camarada sobre nuestras tareas de organización, p. 35-59, p. 45-46. Ver também SANI, G. *Propaganda*, p. 1018.

COLETA DE INFORMAÇÕES NACIONAIS — AAI

Levantamento, em revistas, jornais etc., de notícias e informações gerais relacionadas, principalmente, com a esfera dos problemas e questões nacionais como um todo.

Obs.: Incluem-se também as questões localizadas em esferas regionais que se configuram como problemas mais globais. Tais documentos também poderão servir como ponto de apoio para o estabelecimento da linha política.

CONTROLE FINANCEIRO — AAI

Administração de recursos financeiros pelo organismo partidário.

Obs.: Difiere da arrecadação financeira não só pelo alcance da atividade, mas, principalmente, pelo fato de aquela função estar relacionada a obtenção de recursos, enquanto esta se refere a administração pecuniária. Incluem-se nesta atividade os registros referentes à contribuição regular dos militantes.

COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE A REALIDADE LOCAL — AAI

Levantamento, em revistas, jornais etc., de notícias e informações gerais relacionadas, principalmente, com a busca de informações sobre o local específico de atuação.

Obs.: Visa conhecer as particularidades locais de modo a poder estabelecer uma linha política e de ação localizada.

DIVULGAÇÃO DA ENTIDADE DE INSERÇÃO SOCIAL — AAE

Difusão de notícias de caráter informativo e geral da entidade de inserção social.

Obs.: Difiere da propaganda política pelo caráter informativo e pela ausência de uma perspectiva doutrinária/formadora.

CONTROLE DA INFRA-ESTRUTURA DA SEDE — AAI

Administração física da sede.

Obs.: Engloba documentos referentes a aluguel, água, reparos etc. e os registros das atividades de instrumentalização material, indispensáveis para o funcionamento do organismo, como controle de materiais de almoxarifado e papelaria, por exemplo.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO ORGANISMO INTERNACIONAL — AA/IAI

Difusão de pontos programáticos e notícias do organismo internacional ou referentes a ele.

Obs.: Difiere da propaganda política pelo caráter informativo e pela ausência de uma perspectiva doutrinária/formadora.

CONTROLE DOS ADEPTOS — AAI

Controle, no nível interno, dos adeptos, quer por sua identificação, quer pelo registro sistemático de informações sobre esses indivíduos.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO NÍVEL LOCAL — AAI

Difusão de pontos programáticos, informações sobre as atividades, resoluções e outros dados de caráter genérico do nível local.

Obs.: Restringe-se à divulgação interna no partido, destinando-se, geralmente, aos militantes.

CONTROLE DOS FILIADOS — AAI

Controle, no nível interno, dos filiados, quer por sua identificação, quer pelo registro sistemático de informações sobre esses indivíduos.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS ORGANISMOS SUPERIORES — AAI

Difusão de pontos programáticos e notícias dos organismos superiores ou referentes a eles.

Obs.: Não há distinção de organismo. Para o caso de alguns documentos produzidos pela cúpula, nos quais as duas funções tendem a se equivar, deve prevalecer, para o arranjo, a atividade relacionada ao organismo internacional. Ao contrário da divulgação de informações do organismo internacional, esta função não possui alcance externo. Difiere da propaganda política pelo caráter informativo e pela ausência de uma perspectiva doutrinária/formadora.

CONTROLE DOS MILITANTES — AAI

Controle, no nível interno, dos militantes quer por sua identificação, quer pelo registro sistemático de informações sobre esses indivíduos.

<p>DIVULGAÇÃO DO PARTIDO — AAE</p> <p>Divulgação de notícias de caráter programático e geral do partido como um todo.</p> <p>Obs.: Difere da <i>propaganda política</i> pelo caráter informativo e pela ausência de uma perspectiva doutrinária/formadora.</p>
<p>EDUCAÇÃO POLÍTICA DA BASE — AAI</p> <p>Formação/doutrinação dos militantes por meio da divulgação detalhada do programa, das propostas, das resoluções políticas, da leitura da realidade feita pelo partido, visando instrumentalizar ideologicamente (no nível do discurso) os militantes para discussões intra e extrapartidárias.</p>
<p>ESTABELECIMENTO DA LINHA POLÍTICA PARA O NÍVEL LOCAL — AAI</p> <p>Estabelecimento de diretrizes de atuação e tomada de decisões (linha política) para o nível local. Formalização da linha política e das decisões tomadas.</p> <p>Obs.: Inclui também processo da tomada de decisões.</p>
<p>ESTABELECIMENTO DA LINHA POLÍTICA PARA OS ORGANISMOS SUPERIORES — AAI</p> <p>Estabelecimento de diretrizes de atuação e tomada de decisões (linha política) para os organismos superiores. Formalização da linha política e das decisões tomadas.</p> <p>Obs.: Inclui também processo da tomada de decisões.</p>
<p>ESTRUTURAÇÃO DOS ORGANISMOS DE BASE — AAI</p> <p>Discussão sobre a estrutura organizacional dos organismos de base e/ou suas eventuais modificações.</p>
<p>FISCALIZAÇÃO ELEITORAL — AAI</p> <p>Fiscalização e acompanhamento de eleições pelos militantes do partido.</p> <p>Obs.: Contempla desde a votação até a apuração.</p>

<p>PREPARAÇÃO DE ATIVIDADES DE AGITAÇÃO — AAI</p> <p>Planejamento prévio de atividades de agitação política, abarcando procedimentos preparatórios.</p> <p>Obs.: Difere da <i>agitação política</i> por não se referir à atividade em si, porém ao seu planejamento.</p>
<p>PREPARAÇÃO DE ENCONTROS PARTIDÁRIOS — AAI</p> <p>Planejamento de encontro partidário, englobando desde convocações; reuniões; teses preparatórias etc., até o estabelecimento e divulgação de normas e planos de trabalho dos encontros.</p>
<p>PREPARAÇÃO DE REUNIÕES — AAI</p> <p>Atividades preparatórias de reuniões partidárias, como propostas de pauta, alterações de data etc.</p> <p>Obs.: Difere da <i>preparação de encontros partidários</i> pela relação com as atividades rotineiras do núcleo, cuja conotação é diversa.</p>
<p>PROPAGANDA POLÍTICA — AAE</p> <p>Divulgação de idéias do partido para um público direcionado, visando ao convencimento ideológico.</p> <p>Obs.: Difere da <i>agitação política</i> pelo caráter ideológico e técnico que a toma, segundo Lenin, uma atividade extremamente importante e especializada². Nesse sentido, o público-alvo da atividade de propaganda são os adeptos e simpatizantes.</p>

2. Cf. LENIN, V. Ibid.; SANI, G. Ibid.

Quadro de arranjo dos documentos do PCB-Pinheiros

A) Diretório Zonal Pinheiros-Perdizes

Fundo: *PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO — PCB*
 Nível: *BASE*
 Organismo: *DIRETÓRIO ZONAL PINHEIROS-PERDIZES*

ATIVIDADES DE ALCANCE EXTERNO			
Função	Especie	Nº de docs.	Datas-limite
Agitação política	adesivo	4+1	[jan?/86-nov/89]
	cartaz	4+1	[jun?/89-nov/89]
	convite	3	[jun/89-jan/90]
	panfleto	9+81	[jan/89?-nov/89]
	sacola	1	[nov?/89-nov/89]
	bônus	1+169	[mar?/86-mar?/86]
Arrecadação financeira	ingresso	3+4	[mar/86]-jul/89
	rita	1+130	[jul?/89-out?/89]
Divulgação de informações do organismo internacional	periódico	3	ago/86-set/88
	programa turístico	1	mar/86-mar/86
	texto de torção	2	abr?/86-nov?/86

ATIVIDADES DE ALCANCE EXTERNO (continuação)

Função	Especie	Nº de docs.	Datas-limite
Divulgação do partido	periódico	9+2	jul/87-mai/90
	programa	2	[jan?]/86-[mai?]/89
Propaganda politica	periódico	1	jul/87-jul/87
	programa de evento	1	mar/89-mar/89
	texto de formação	1	[jan?]/85-[dez?]/85

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO

Função	Especie	Nº de docs.	Datas-limite
Coleta de informações internacionais	periódico	2	jul/87-nov/87
	crônica	1	nov/89-nov/89
Coleta de informações nacionais	entrevista	1	jul/89-jul/89
	noticiário	3	ago/86-out/89
	periódico	7	ago/87-nov/89
Coleta de informações sobre a realidade local	carta-programa	1	jan/89-jan/89
	periódico	1	jun/89-jun/89
Controle da infra-estrutura da sede	relatório	1	jun/89-jun/89
	aviso de atraso do aluguel	2	set/89-abr/90
	aviso de aumento do aluguel	3+1	jan/89-jan/90
	aviso de vencimento do IPTU	3	jan/90-mar/90
	comprovante de pagamento do aluguel	19	jan/87-fev/90
	comunicado	2	jan/87-dez/89
	conta de agua	3	ago/89-fev/90
conta de telefone	1	mai/87-mai/87	
conta de luz	8+2	abr/89-abr/90	
contrato de locação	1+2	jul/85-jul/85	
formulário de controle de depósitos de cheques pre-datados (bloco)	1	s/d [1989?]	
formulário para depósito bancário	1+162	s/d [1989?]	
lista de lareiras	1	[mar/86-mar/86]	

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO (continuação)

Função	Especie	Nº de docs.	Datas-limite
Controle da infra-estrutura da sede (continuação)	notificação de desocupação de imóvel	1+1	jan/89-jan/89
	ordem de corte do fornecimento de agua por débito	1	lev/90-fev/90
papel limbrado (bloco)	procuração para locação de imóvel	2	s/d
	procuração para locação de imóvel	2+2	dez/88-jul/89
proposta de locação	quadro de controle de atividades	2	jul/85-jul/85
	quadro de controle de atividades	1	s/d
recibo de seguro	recibo de taxa de registro de contrato de locação	1	set/85-set/85
	recibo de taxa de registro de contrato de locação	1	jul/85-jul/85
Cadastro	cadastro	5	mar/86-nov/89
	carteirinha	1	jul/88-jul/88
crachá	balanco	1	[ago?]/89-[ago?]/89
	balanco	4	dez/85-jul/89
canho de recibo de arrecadação (bloco)	canho de recibo de arrecadação (bloco)	2	mar/89-out/89
	cartão magnético bancário	1	[jun?]/89-[jul?]/89
cédula de dinheiro para depósito	cédula de dinheiro para depósito	2	s/d [1989?]
	comprovante de transação bancária	38	jun/89-set/89
extrato bancario	extrato bancario	3	jun/89-ago/89
	lenhetele	3	[jul/89-ago/89]
lista de contribuição dos militantes	lista de contribuição dos militantes	5	jan/84-[jul/89]
	livro de movimento do caixa	1	jun/86-ago/89
notas fiscais	notas fiscais	14+3	abr/86-jun/89
	orcamento	1	abr/89-abr/89
pedido de pagamento	pedido de pagamento	1	abr/90-abr/90
	prestação de contas	1	[jul/89-jul/89]
recibo de pagamento	recibo de pagamento	5	jul/85-set/89
	senha para entrega de talão de cheques	1	[jun?]/89-[jul?]/89

TITULOIA DOCUMENTAL DE PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES POLITICAS BRASILEIRAS

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO (continuação)

Função	Especie	Nº de docs.	Datas-limite
<i>Divulgação de informações do nível local</i>	informe	1+1	abr/89-abr/89
<i>Divulgação de informações do organismo internacional</i>	telex	1	dez/89-dez/89
<i>Divulgação de informações dos organismos superiores</i>	noticiário	2	[mar/87]-jan/90
<i>Educação política da base</i>	entrevista	1+1	mai/89-mai/89
	manifesto	1	jul/87-jul/87
	noticiário	2	jul/89-nov/89
	texto de discussão	1	s/d [1989?]
	texto de formação	4	s/d [1980?]-set/89
<i>Estabelecimento da linha política para o nível local</i>	ata de reunião	4	mai/87-mai/90
	carta	2	ago/89-dez/89
	plano de trabalho	1	ago/89-ago/89
	resolução	2	ago/89-dez/89
<i>Estabelecimento da linha política para os organismos superiores</i>	ata de reunião	4	s/d [1987?-1988?]
	periódico	1	[jan/86]-dez/86
	proposta de resolução	1	jan/90-jan/90
	resolução	2	[set/87]-jun/89
<i>Fiscalização eleitoral</i>	credencial de fiscal de apuração	1	nov/89-nov/89
	lembrete	2	[out/89-out/89]
	mapa de acompanhamento da apuração	72	[nov/89-nov/89]
	titulo eleitoral	1	nov/89-nov/89
<i>Preparação de atividades de agitação</i>	bilhete	3	nov/87-jul/89]
	cartão comercial	1	[jul/89-jul/89]
	informe	2	[out/87-nov/89]
	lista de lareias	19	[out/87-out/89]
	orçamento	2	[out/87-out/87]
<i>Preparação de encontros partidários</i>	avaliação das atividades do partido	3	dez/88-ian/89
	bilhete	1	ago/89-ago/89
	carta	1	ago/89-ago/89
	convocatória	1	[jul/89-jul/89]
	lista de delegados	1	ago/89-ago/89
	nomas de encontro	1	[jan?/87-[jan?/87]

QUADRO DE ARQUIVO DOS DOCUMENTOS DO PCB-PINHEIROS

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO (continuação)

Função	Especie	Nº de docs.	Datas-limite
<i>Preparação de encontros partidários (continuação)</i>	plano de trabalho	1	jul/87-jul/87
	resolução de conferência preparatória	3+2	mai/87-abr/89
	tese para discussão	2	abr/89-abr/89
	texto de formação	1	[mai/87-mai/87?]
<i>Preparação de reuniões</i>	proposta para reunião	2	[jun?/89-jul?/89]
	telex	1	[set/89-set/89]

B) Comissão da Juventude Comunista do Diretório Zonal Pinheiros-Perdizes

Fundo: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO — PCB
 Nível: BASE
 Organismo: COMISSÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA DO
 DIRETÓRIO ZONAL PINHEIROS-PERDIZES

ATIVIDADES DE ALCANCE EXTERNO

Função	Especie	Nº de docs.	Datas-limite
<i>Agitação política</i>	panfleto	2	nov/89-nov/89
	periódico	1	lev/90-lev/90
<i>Divulgação do partido</i>	periódico	1	dez/89-dez/89
<i>Propaganda política</i>	carta	1	[nov/89-nov/89]
	plano de organização	1	jun/90-jun/90

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO

Função	Especie	Nº de docs.	Datas-limite
Coleta de informações sobre a realidade local	periódico tese de encontro estudantil	1 1	maiz/89-mariz/89) lev/90-lev/90
Controle dos adeptos	cadastro de adesões cadastro de estabelecimentos de ensino	1 1	mar/90-mar/90 mar/90-mar/90
Controle dos filiados	cadastro	4	s/d [1989?-1990?
Controle dos militantes	formulário para cadastro	1+3	jan/90-jan/90
Divulgação de informações do nível local	informe	2	dez/89-[jan/90]
Divulgação de informações do organismo internacional	periódico	1	jul/85-jul/85
Educação política da base	cartilha fichamento de texto de formação	1+1 2	[jul?/88-[jul?/88 jan/90-jan/90]
	história em quadrinhos panfleto	4+1 1+1	[jan/90?-jan/90?) s/d [1990?
	texto de discussão texto de formação	2+2 3	mai/86-abr/89 nov/89-[jan/90]
Estabelecimento da linha política para o nível local	Ata de reunião proposta de tese	8 1	[nov/89]-lev/90 [mai/90-mai/90]
Estabelecimento da linha política para os organismos superiores	relatório	1	[mar/90-mar/90]
Estruturação dos organismos de base	proposta	7	dez/89-dez/89
Preparação de atividades de agitação	membrane lista de tarefas projeto de panfleto	1 1 3	[jan/90-jan/90] [jan/90-jan/90] [dez/89-jan/90]
Preparação de encontros partidários	projeto de evento tese para discussão cartaz	1 1 1	[jan?/90-jan?/90] [mai/90-mai/90] [jan/90-jan/90]
Preparação de reuniões	convocalória pauta telex	1 3 1	[jan/90-jan/90] [nov/89-jan/90] [jan/90-jan/90]

C) Escola de Samba Tom Maior

Fundo: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO — PCB
Nível: INSERÇÃO SOCIAL
Organismo: ESCOLA DE SAMBA TOM MAIOR

ATIVIDADES DE ALCANCE EXTERNO

Função	Especie	Nº de docs.	Datas-limite
Divulgação da entidade de inserção social	periódico	1	jul/89-jul/89
Função	ATIVIDADE DE ALCANCE INTERNO		
	Especie	Nº de docs.	Datas-limite
Controle financeiro	balanço	1	abr/89-jun/89

FONTES UTILIZADAS

Documentos de arquivo

Para essa proposta de tipologia foram utilizados documentos produzidos por partidos e associações políticas, enquanto entidades ou enquanto indivíduos no exercício de atividades partidárias, encontrados nas seguintes origens:

A) Documentos do PCB

O Partido Comunista do Brasil/Brasileiro, maior partido clandestino brasileiro, tem sua trajetória de atuação política estendida ao longo de quase setenta anos. Muitos de seus documentos encontram-se disponíveis à consulta dos interessados, porém dispersos em múltiplas instituições, organizados com técnicas e metodologias diferenciadas; representam somente uma pequena parcela de sua vasta produção documental. Para essa pesquisa, os documentos do PCB vieram de três fontes.

- De Ana Larissa Generoso Marqui, que doou os documentos administrativos do Diretório Distrital de Pinheiros do PCB (São Paulo), utilizados na aplicação da proposta de tipologia documental¹.
- Dos documentos do Fundo Octávio Brandão no Arquivo Edgar Leuenroth na Unicamp. Deste fundo usei tanto os documentos produzidos pelo PCB como aqueles produzidos por Octávio

1. Tais documentos foram encaminhados ao Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) em junho de 1995, de maneira a permitir o livre acesso aos pesquisadores interessados.

Brandão no exercício de atividades partidárias, dispensando os documentos pessoais de seu arquivo, conforme já indiquei na primeira parte do livro.

- Dos Anexos ao projeto *Brasil: nunca mais* no Arquivo Edgar Leuenroth na Unicamp, dos quais selecionei somente documentos produzidos organicamente pelo PCB. Os documentos recolhidos pelo projeto *Brasil: nunca mais* abrangem amplo espectro cronológico e apresentam um caráter particular de documentos "subversivos" coletados e armazenados pelos organismos de repressão política. Essa característica, paradoxalmente, garante uma correta contextualização dos documentos, pois as entidades que os produziram não tiveram condições de eliminá-los ou de "camuflar" seus reais objetivos. O projeto *Brasil: nunca mais* representaram, de uma vez por todas, desmascarar os aparelhos utilizados pela repressão política por meio de seus próprios documentos².

B) Documentos do PSB e de partidos clandestinos no CEMAP

O Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa, entidade voltada para a preservação de documentos referentes ao movimento operário brasileiro, foi fundado em 1981 por professores, pesquisadores e antigos sindicalistas que eram, em sua maioria, ligados à Livraria Palavra: fachada formal/legal da organização trotskista O Trabalho e do periódico de mesmo nome. Um dos núcleos iniciais de seu acervo foi a coleção do jornalista e escritor Fúlvio Abramo, composta por periódicos, livros, fotografias, correspondências, material de divulgação e agitação política de diversos movimentos e agremiações políticas que abrange o vasto período 1920-1980. Neste núcleo destacam-se documentos do movimento trotskista dos anos 30 e do extinto Partido Socialista Brasileiro — 1946-1965. O arquivo da Livraria Palavra (1976-1985) forma o outro núcleo fundamental do CEMAP e constitui um exemplo único, até o momento, de documentos políticos produzidos por partido clandestino e depositados, integralmente, pelo próprio partido, em arquivo ou centro de

2. Ver a respeito ANQUILOCASE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 21-27.

documentação para a pesquisa pública. Trata-se da totalidade dos arquivos de O Trabalho mantidos pela sede nacional, com a importante ressalva de não terem sido desagregados ou "apreendidos" pela polícia. Esse fundo apresenta não só os documentos orgânicos, como também diversos documentos de divulgação produzidos por outros partidos, brasileiros e estrangeiros, ligados ao movimento operário e popular. Tais características fazem do CEMAP uma amostra significativa da produção documental de partidos clandestinos brasileiros. Nesta entidade pesquisei os seguintes conjuntos:

- documentos do extinto PSB (1946-1965) na Coleção Fúlvio Abramo;
- documentos do movimento trotskista da década de 1930 na mesma coleção;
- documentos produzidos por O Trabalho e outras organizações trotskistas no Fundo Livraria Palavra.

C) Documentos do movimento integralista

Os documentos da Ação Integralista Brasileira (AIB) constantes do fundo Plínio Salgado, no Arquivo do Município de Rio Claro, mostram-se fundamentais para o cotejamento com a produção documental do PCB, uma vez que tais entidades têm orientações ideológicas diametralmente opostas, mas não diferenciadas quanto à produção documental. O fundo Plínio Salgado contempla não somente documentos pessoais, mas também documentos partidários da AIB e do PRR. É necessário salientar que a distinção entre documentos partidários e documentos pessoais, neste caso, não é tão nítida como, por exemplo, no Acervo Octávio Brandão (PCB), dado que a estrutura organizativa dos integralistas era profundamente centralizada na figura do chefe nacional. Dessa forma, a maioria dos documentos do partido passava pelas mãos de Plínio Salgado. Foram utilizados os seguintes conjuntos documentais, integrantes do Fundo Plínio Salgado:

- documentos produzidos pela AIB.
- documentos produzidos pelo PRR.
- documentos produzidos por Plínio Salgado no exercício de funções partidárias na AIB e no PRR.

Bibliografia

A) Arquivística

A bibliografia de caráter arquivístico inclui publicações de orientação geral, discussões e propostas teórico-metodológicas, bem como instrumentos de pesquisa e estudos de casos que serviram como material de referência.

- ANDRES DIAZ, Rosana de. Archivos de partidos políticos, sindicatos, hombres públicos y sus gabinetes en España. *Archives et bibliothèques de Belgique*, Brussels, n. 3-4, p. 83-126, 1989.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ARQUIVO EDGAR LEUENROTH. *Guia 1990*. Campinas: IFCH, 1990.
- ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. *Guia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, 1996.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (Núcleo Regional de São Paulo). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa*. São Paulo: CENADEM, 1990.
- BARROS, Lilliane Schrank Lehmann e Moizo, Rosana Pires Azanha. Formação administrativa da cidade de São Paulo, 1554-1954. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, n. 199, p. 9-112, 1991.
- BEUORTO, Heloisa Liberali. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- _____. Descrição: processos e instrumentos. *Arquivo Rio Claro*. Rio Claro (SP), v. 6, n. 1, p. 8-30, jan. 1987.
- _____. Descrição: processos e instrumentos (2). *Arquivo Rio Claro*. Rio Claro (SP), v. 6, n. 2, p. 40-49, jul. 1987.

- _____. Tipologia documental em arquivística. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, n. 195, p. 9-17, jan./dez. 1982.
- _____. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. *Arquivo Rio Claro*. Rio Claro (SP), v. 9, n. 1, p. 4-15, jan. 1990.
- BEINAVDES, Ieda Pimenta. Vitória não: a conquista possível. *Boletim Associação dos Arquivistas Brasileiros*. (Núcleo regional de São Paulo). São Paulo, n. 13, p. 5-10, maio/ago. 1996.
- BUCHSBA, Günter. Archives des partis politiques en Europe: réflexions générales et situation actuelle. *Janus*. Dordrecht, n. 2, p. 89-102, 1992.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. *Arquivo: boletim histórico e informativo*. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 21-24, jan./jun. 1988.
- _____. Catálogo sumário do fundo 'Antônio Enes'. *Arquivo*. Maputo (Moçambique), n. 5, p. 49-56, abr. 1989.
- _____. O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos. *Arquivo: boletim histórico e informativo*. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-64, jul./dez. 1988.
- CANNAGGIO, Perrine e TOURNIER-BONAZZI, Chantal de. Les archives des hommes et des partis politiques en France depuis la seconde guerre mondiale. *Archives et bibliothèques de Belgique*. Brussels, n. 3-4, p. 41-58, 1989.
- CARUCCI, Paola. *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987 (Beni Culturali, 1).
- _____. *Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione*. 3ª ed. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1989 (Beni Culturali, 10).
- _____. Tipologia, carattere della documentazione, problemi organizzativi. In *Gli archivi per la storia contemporanea: organizzazione e previsione: atti del seminario di studi*, Mondoni, 23-25 febbraio 1984. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1986, p. 71-90 (Pubblicazioni degli Archivi di Stato, 7).
- CENTRO DE PASTORAL VENGUEIRO (Setor de documentação e pesquisa). *Nosso trabalho em documentação*. São Paulo, 1985 (Séne de documentação, 1).
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados*. Rio de Janeiro, 1994.
- _____. *Procedimentos técnicos em arquivos privados*. Rio de Janeiro, 1986.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10º. 1994. São Paulo. *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo), 1998 (CD-ROM).
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Projecto ISAD (G): norma internacional general de descripción archivística*. Ottawa, 1992.
- CORTÉS-ALONSO, Vicenta. *Archivos de España y América: materiales para un manual*. Madrid: Universidad Complutense, 1979.
- _____. Observaciones sobre técnicas descriptivas de archivos. In *PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DEL PERU, INSTITUTO RIM-ÁGUERO. Descripción de documentos archivísticos: materiales de trabajo*. Lima, 1979, p. 7-17 (datilogr.).
- _____. *La escritura y la escritur: paleografía y diplomática de España y América en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986. Tema 8: Tipologia documental. Los manuales de escribanos. Los formularios, p. 31-36.
- COSTA, Maria Inês Nogueira da. *Inventário do fundo "Companhia de Moçambique", 1892-1942: uma abordagem funcional da descrição dos arquivos permanentes*. Tese de doutorado. Maputo: Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, 1993, 3 v.
- CUESPO, Carmen. Terminologia de arquivos: instrumentos de trabajo. In *HOMENAJE a Federico Navarro: miscelánea de estudios dedicados a su memoria*. Madrid: ANABAD, 1973, p. 89-96.
- Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo); Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- DUCHEN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. *Arquivo & administração*. Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago, 1986.
- DUPA DEL MORA, Ana. *Plan Regional para los archivos municipales de la comunidad de Madrid*, 1985 (Archivos, Estudios, 1).
- DURAKAT, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Trad. Adelina Novaes e Cruz. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.
- FARRA, Maria Isabel e PEREIRO, Maria da Graça. *Diccionario do livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto à edição e encadernação, ao tratamento técnico etc*. Lisboa: Guimarães, 1988.
- FERNANDEZ HIDALGO, Maria del Carmen e GARCIA RUIPÉREZ, Mariano. *Los positos múltiples y su documentación*. Madrid: ANABAD, 1989 (documentos).
- FERNEM, Orlando da Costa. Para uma introdução ao estudo do produto bibliográfico. *Revista do Livro*. Brasília, n. 35, p. 11-33, set. 1968.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Pedro. Los documentos en nuevos soportes. *Boletim do arquivo*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 19-37, dez. 1992.
- GRUPO DE ARQUIVOS MUNICIPALES DE MADRID. *El exurgio en los archivos municipales: propuesta de un manual*. Leganes: Delegación de Cultura, 1990.
- _____. Una propuesta de reglamento-tipo para archivos municipales. In *Jornadas de Archivos Municipales*, 9ª. Arganda del Rey, 1992. *El reglamento del archivo municipal*. Arganda del Rey: Ayuntamiento de Arganda del Rey, p. 7-20, 1992.

- _____. *Tipologia documental municipal 2*. Arganda del Rey: Ayuntamiento de Arganda del Rey, 1992.
- GRUPO DE TRABAJO DE ARCHIVOS MUNICIPALES DE MADRID. *Manual de tipología documental de los municipios*. Madrid: Consejería de Cultura de la Comunidad de Madrid, 1988 (Archivos, Estudios, 2).
- HENEDIA HERRERA, Antonia. *Manual de instrumentos de descripción documental*. Sevilla: Diputación Provincial, 1982.
- INVENTÁRIO analítico do acervo Octávio Brandão*. Campinas: Unicamp, 1986.
- JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992.
- LEAL, Maria José da Silva e PERENA, Miriam Halpern (orgs.). *Arquivo e historiografia*: colóquio sobre as fontes de história contemporânea portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988 (Temas Portugueses).
- LO SCHIAVO, Rita de Cássia Martinez. *Roteiro para organização de arquivos de entidades de classe*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.
- LONDOUNI, Elio. *Archiuistica*: principios y problemas. Trad. Mercedes Costa Paretas. Madrid: ANABAD, 1993 (Manuales).
- _____. El problema fundamental de la archivistica: la naturaleza y la ordenación del archivo/Archiuistikaren oinarritzko arazoak: arxivboaren izatera eta antolaketa. *Iragri*: revista de archivistica/archivistika aldizkaria. Vitoria (Gasteiz): Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, v. 1, n. 1, p. 27-61, 1988.
- LOPEZ, André Porto Ancona. A implantação do Arquivo do Município de Amparo. *Arquivo uno*, Amparo (SP), n. 1, v. 1, p. 10-17, maio 1993.
- _____. Sobre a criação da carreira de arquivista pela PMSP: uma vitória de Pirro? *Boletim Associação dos Arquivistas Brasileiros* (Núcleo regional de São Paulo). São Paulo, n. 13, p. 3-5, maio/ago. 1996.
- _____. Tipologia documental e história. In CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10^o, 1994, São Paulo. *Anais do 10^o Congresso Brasileiro de Arquivologia*: rumos e consolidação da arquivologia. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo), 1998 (CD-ROM).
- MIGUES, Maria Amélia Porto. Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa. *Arquivo & administração*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-20, ago. 1976.
- MONEMA, Regina da Luz. *Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais*: ainda uma estratégia a ser definida? Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.
- NAIEM, Aurelio Martin (org.). *Guia para la consulta del fondo documental de la Fundación Pablo Iglesias*: archivo, biblioteca y hemeroteca. Madrid: FPL, 1989.
- OTAMENDI, Alberto F. J. Tipología documental. *Boletín de la Asociación Arquivística Argentina*. Buenos Aires, v. 9, n. 16, p. 28-31, ago. 1979.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo*: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- PINO REBOLLEDO, Fernando. *Tipología de los documentos municipales (siglos XII-XVIII)*. Valladolid: Universidad de Valladolid; Asociación para defensa y conservación de los archivos, 1991 (De Archivos, 1).
- RODRIGUES NETO, J. *Caracterização tipológica dos documentos da provincia franciscana Inaculada Conceição do Brasil*: subsídios para o processamento técnico de arquivos eclesiais regulares. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.
- RODRIGUEZ BARREDO, Julia Maria. El trabajo en grupo y la organización de un archivo municipal. In CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10^o, 1994, São Paulo. *Anais do 10^o Congresso Brasileiro de Arquivologia*: rumos e consolidação da arquivologia. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo), 1998 (CD-ROM).
- SCHILLERBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos*: principios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 1974.
- _____. Los caracteres internos y externos de los documentos. In PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATOLICA DEL PERU, INSTITUTO RIVA-AGUIERO. *Descripción de documentos archivisticos*: materiales de trabajo. Lima, p. 19-37, 1979 (datilogr.).
- _____. *Documentos públicos e privados*: arranjo e descrição. 2^a ed. Trad. Manoel A. Wanderley. Rio de Janeiro: FGV, 1980.
- _____. *Manual de arquivos*. Trad. Manoel A. Wanderley. 2^a ed. Salvador: Arquivo Público da Bahia, s/d.
- SEMIER, Ricardo Frank. *Virando a própria mesa*. São Paulo: Best Seller, 1988.
- TESORRE, Viviane. Arranjo: estrutura ou função? *Arquivo*: boletim histórico e informativo. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 1989.
- _____. O fundo Juventude Operária Católica: uma experiência de arranjo e descrição de arquivos de movimentos sociais. *Congresso brasileiro de arquivologia* (9^o). Comunicação (datilogr.).
- VAZQUEZ, Manuel. *Manual de selección documental*. Córdoba, 1983.
- _____. Reflexiones sobre el termino 'tipo documental'. In *DE ARCHIVOS Y ARCHIVISTAS*: homenaje a Aurelio Tanodi. Washington: OEA, p. 177-185, 1987.
- ZITELLI, Fabrizio. Un archivio di partito: l'Istituto Gramsci di Roma. In *GLI ARCHIVI PER LA STORIA CONTEMPORANEA*: organizzazione e previsione: atti del seminario di studi. Mondoni, 23-25 febbraio 1984. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, p. 105-109, 1986 (Publicazioni degli Archivi di Stato, 7).

B) Partidos políticos

A bibliografia referente a partidos políticos inclui obras gerais de teoria de partidos políticos e de ciência política, legislação eleitoral e partidária brasileira recente, bem como publicações de partidos e estu-

dos diversos que serviram como material instrumental e contextualizador dos documentos pesquisados.

- BOMBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: UNB, 2 v., 1991.
- Brasil. *Código eleitoral e legislação complementar*. 3ª ed. São Paulo: JALOWY, 1988.
- Brasil. *Lei Nº 9096, de 19 de setembro de 1995: dispõe sobre partidos políticos, regulamentação os Arts. 17º e 14º, §3º, inciso V, da Constituição Federal*. In <<http://www.pdt.org.br/lei9096.htm>>.
- Brasil, Senado Federal. *Legislação eleitoral e partidária*, 7ª ed. Brasília, 1991.
- CADERNOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL. São Paulo, v. 3, n. 9, mar. 1990; v. 3, n. 10, jun. 1990.
- CANGIANO, Mônica Herrmann Salém. *Finanças partidárias*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 1980.
- CAMONE, Edgar. *O PCB*. São Paulo: DIFEL, 1982, 3 v.
- CARIONI, Umberto. *Teoria do partido político*. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Sílvia Anette Kneipp. São Paulo: LECH, 1982 (História e Política, 15).
- CESARNO, Vicente. Associaçãoismo voluntário. In BOMBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: UNB, 1991, v. 1, p. 64-66.
- CHARLOT, Jean. *Os partidos políticos*. Trad. Carlos Alberto Lamback. Brasília: UNB, 1982 (Pensamento Político, 47).
- GRADINI, Antonio Roque. *A Nova República e os partidos políticos*. São Paulo: Max Limonad, 1986.
- DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. Trad. Ciro T. de Pádua. São Paulo: DIFEL, 1955 (Saber Atual, 22).
- DUVENGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Trad. Cristiano Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970 (Biblioteca de Ciências Sociais).
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987 (Temas, 3).
- GRANISCI, Antonio. *Antologia*. Selec., trad. y notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1970 (Teoría y Crítica).
- _____. *Maguane, a política e o estado moderno*. Trad. Luiz M. Gazzanico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 (Perspectivas do Homem, 35).
- LANOUIER, Bolívar. *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Loyola, 1989 (Temas Brasileiros, 7).
- LENIN, Vladimir Ilich. *El partido: problemas de organización (selección de trabajos)*. Buenos Aires: Antec, 1967 (Pequeña Biblioteca Marxista Leninista).
- MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. Trad. Hamilton Trevisan. São Paulo: Senzala, 196-1.

- ОРО, Анна. Partidos políticos. In BOMBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: UNB, 1991, v. 2, p. 898-905.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Proposta de programas e estatutos*. s/l, 1990.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Novos rumos: constituição nova para o Brasil*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL. *Peia democracia social: documentos básicos do PDS*. São Paulo, 1988.
- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. *Manifesto, programa, estatutos*. Brasília, 1990 (Documentos Básicos do PSDB, 1).
- PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA. *Manifesto do Partido Social Trabalhista*. s/n/l.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Manifesto, programa, estatutos e regimento interno do PT*. São Paulo, 1990.
- PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Partido Trabalhista Brasileiro. In CAMARCO, Afonso. *O Brasil do trabalhismo*. Brasília: Senado Federal, 1987, p. 10-32.
- PASUNO, Gianfranco. Grupos de pressão. In BOMBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: UNB, 1991, v. 1, p. 562-571.
- _____. Movimento político. In BOMBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: UNB, 1991, v. 2, p. 786-787.
- PRAVO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1985.
- Programa de preservação da memória do Partido Comunista Brasileiro: memória do PCB*. s/l, 1992.
- PROFETA de estatuto do PCB. *Voz da unidade*. São Paulo, 15 maio, 1991, p. 21-22.
- REIS, Fábio Wanderley. Partidos, ideologia e consolidação democrática. In Id. e O'DONNELL, Guillermo (orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 296-326 (Grande Brasil: Veredas, 8).
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas: e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/UNICAMP 1992.
- SANI, Giacomo. Participação política. In BOMBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: UNB, 1991, v. 2, p. 888-890.
- _____. Propaganda. In BOMBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: UNB, 1991, v. 2, p. 1018-1021.
- SANTORI GIOVANNI. *Partidos e sistemas partidários*. Trad. Walfreus Dutra. Rio de Janeiro: Zahar. Brasília: UNB, 1982 (Pensamento Político, 43).
- SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. São Paulo: LECH, 1981 (A Questão Social no Brasil, 8).
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, 1964-1985. Trad. Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- Souza, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil* (1930 a 1964). 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990 (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais, 3).
- STEYN, Alfred C. *Os militares: da abertura à nova república*. 4ª ed. Trad. Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 (Estudos Brasileiros, 92).
- TRINADÉ, Hélio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL, Porto Alegre: UGRS, 1974 (Corpo e Alma do Brasil, 40).
- UMA ALTERNATIVA democrática para a crise brasileira: encontro nacional pela legalidade do PCB*. São Paulo: Novos Rumos, 1984.
- VEIGA GARCIA, Pedro de (org.). *Teoria y práctica de los partidos políticos*. Madrid: EDICUSA, 1977 (Divulgación Universitaria, 123).

C) História, metodologia e teoria

- A bibliografia de cunho histórico inclui propostas e discussões de caráter epistemológico, além de estudos que, embora tratando de outros temas, serviram como referencial para discussão da natureza da prática arquivística e suas relações com a história e a memória.
- ANNUDA, Gilmar. Muito além da sala de aula. *Pos-História*. Assis (SP), v. 3, p. 179-191, 1995.
- BANN, Stephen. 'Views of the past': reflexions on the treatment of historical objects and museums of history (1750-1850). In Fyfe, Gordon e Law, John (eds.). *Picturing power: visual depiction and social relations*. Londres: Routledge, 1988, p. 39-63.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2ª ed. Trad. Sérgio Miceli et al. São Paulo: Perspectiva, 1982 (Estudos, 20).
- BURCUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Trad. Henrique Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993 (Série Diversos).
- BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales* (1929-1989). Trad. Nílto Odália. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992 (Biblioteca Básica).
- CENETOU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- _____. L'espace de l'archive ou la perversion du temps. *Traverses*. Paris, n. 36, p. 4-6, jan. 1986.
- _____. A operação histórica. In Le Goff, Jacques e Nora, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. 2ª ed. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 17-48.

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990 (Memória e Sociedade).
- _____. O mundo como representação. Trad. Andréa Daher e Zenir Campos Reis. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.
- DAS, Maria Odília Leite da Silva. Hermenêutica e narrativa (prefácio). In SÁVČENKO, Nicolau. *Oryen existêncio na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. xi-xxiii.
- _____. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. s/n/t, p. 39-53.
- DURY, Georges. *Idade média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- _____. Prefácio. In VERWE, Paul (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao Ano Mil*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 8-11 (História da Vida Privada, 1).
- _____. et al. *História e nova história*. 2ª ed. Trad. Carlos da Veiga Ferreira e ARIES, Philippe (orgs.). *História da vida privada: do Império Romano aos nossos dias*. Trad. Hildegard Feist, Denise Bottmann et. al. São Paulo: Cia. das Letras, 1990-1992, 5 v.
- FICO, Carlos e Pourro, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. v. 1, Ouro Preto: UFOP, 1992.
- FONSECA, Cláudia. A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 27, p. 51-73, jan. 1989.
- FURET, François. O quantitativo em história. In Le Goff, Jacques e Nora, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. 2ª ed. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 49-63.
- GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador: consideraciones al margen del proceso Sofri*. Trad. Alberto Clavería. Madrid: ANAYA & Mario Muchnik, 1993.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GREW, Raymond. On the current state of comparative studies. In BURCUIÈRE, André e ARNSA, Harmut (orgs.). *Marc Bloch aujourd'hui: histoire comparée et sciences sociales*. Paris: EHESS, 1990, p. 323-334.
- HAUBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Leon Schaffner. São Paulo: Vértice, 1990 (Biblioteca Vértice, 21).
- HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (O Homem e a História).
- JULLIARD, Jacques. A política. In Le Goff, Jacques e Nora, Pierre (orgs.). *História: novos abordagens*. 3ª ed. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180-196.

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2ª ed. Trad. Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1992 (Repertórios).
- _____. A história nova. In Id. (org.). *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 25-64.
- _____. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Trad. José Antonio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1983 (Lugar da História, 24). A política será ainda a ossatura da história?, p. 221-242.
- _____. As mentalidades: uma história ambígua. In Id. e Nora, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 68-83.
- _____. *Reflexões sobre a história: entrevista de Francesco Mariello*. Trad. Antônio José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1986 (Lugar da História, 19). e Nora, Pierre. Apresentação. In Id. e Nora, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. 2ª ed. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 11-15.
- _____. *et al. (orgs.). A nova história*. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, [1990].
- _____. *et al. A nova história*. Trad. Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, s/d (Lugar da História, 1).
- LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e história. In MALEBRA, Jurandir (org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996, p. 15-36.
- _____. Organização de fontes documentais e construção histórica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 37, p. 163-176, 1994.
- _____. O papel do profissional de história na sociedade tecnológica: notas sobre uma discussão. *Pós-história*. Assis (SP), v. 4, p. 127-138, 1996.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. História, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.
- _____. Memória, história e arquivo: reflexões para um tempo de transformações. In CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10º, 1994, São Paulo. *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arqueologia: rumos e consolidação da arqueologia*. São Paulo: Associação dos Arqueólogos Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo), 1998 (CD-ROM).
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto história*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PAS, José Machado. Fontes documentais na análise da vida cotidiana. In LEAL, Maria José da Silva e PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.). *Arquivo e historiografia: colóquio sobre as fontes de história contemporânea portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988, p. 289-306 (Temas Portugueses).
- PALKNER, Richard E. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- PENROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, e prisioneiros*. 2ª ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (Oficinas da História, 12).
- _____. Introdução. In Id. (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p. 6-13 (História da Vida Privada, 4).
- _____. e MARTIN-FUGIER, Anne Marie. Os atores. In Id. (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p. 88-303 (História da Vida Privada, 4).
- _____. *Registro: informativo do Centro Nacional de Referência Historiográfica*. Mariana (MG): CNRH, mar. 1993, semestral.
- _____. *Repertório Semestral*. Mariana (MG): CNRH, jan. 1994, semestral.
- RIÇOUEN, Paul. *Interpretação e ideologias*. 3ª ed. Trad. Hilton Japassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- SANI, Giacomo. Cultura política. In BOSWIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: UNB, 1991, v. 1, p. 306-308.
- SÃO PAULO (cidade), Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, 1992.
- TENEIRA, Nuno Severiano. Para uma 'nova história política': uma experiência de conceptualização na história contemporânea portuguesa. In LEAL, Maria José da Silva e PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.). *Arquivo e historiografia: colóquio sobre as fontes de história contemporânea portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988, p. 205-218 (Temas Portugueses).
- THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1979. Una entrevista con E. P. Thompson, p. 294-318.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottmann et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1989, 3 v. (Oficinas da História, 1, 5, 8).
- _____. *A miséria da teoria: ou um planeta de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltenir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 (Biblioteca de Ciências Sociais).
- VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In Le Goff, Jacques (org.). *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 65-69.
- _____. *Ideologias e mentalidades*. 2ª ed. Trad. Maria Julia Cotvasser. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- WHITTE, Hayden. *Tropicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Neto. São Paulo: EDUSP, 1994 (Ensaio de Cultura, 6).